



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Cláudio Abdo

**Migrações e Comunicação: brasileiros que
escolheram Portugal como destino**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciências da Comunicação
Área de Especialização em Publicidade e Relações Públicas

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Rosa Cabecinhas
e co-orientação da doutoranda
Julia Brasil

junho de 2016

DECLARAÇÃO

Nome: Cláudio Abdo

Endereço Eletrónico: claudioabdo@gmail.com

Telefone: +351 937774308

Número de Título de Residência: B98B44559

Título da Dissertação:

Migrações e Comunicação: brasileiros que escolheram Portugal como destino

Orientadoras:

Professora Doutora Rosa Cabecinhas

Dra. Julia Alves Brasil

Ano de Conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Ciências da Comunicação - especialização em Publicidade e Relações Públicas

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, __/ __/ ____

Assinatura: _____

Aos meus pais, vos dedico com amor

A Saudade

“A saudade é o que faz as coisas pararem no Tempo.”
Mario Quintana

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, agradeço pela oportunidade e por estarem sempre na torcida. Pai, saiba que o fim desta etapa da minha vida tem a tua participação e que te trago comigo no meu coração. Sem você nada disso seria possível e quero que tu saiba que sempre te admirei, mas a tua garra, inteligência, força e cuidado com a mamãe são dignos do mais puro e sincero respeito. Mãe, mesmo que a tua saúde não esteja plena e que o teu cérebro, por vezes te traia, dedico-te este trabalho e esta conquista. Duas pessoas maravilhosas que souberam acariciar e castigar, na hora exata, no momento certo. Eu amo vocês. Aos meus irmãos, Alexandre e Humberto, aos meus sobrinhos Elias e Lucas e para as minhas cunhadas, muito obrigado.

Para a minha Amanda que topou a loucura de sair do Brasil e viver em Portugal sem pestanejar. Abriu mão dos teus sonhos em prol dos meus, te amo mais do que tudo e sei que juntos somos mais e ninguém pode com a gente. Obrigado pelos cafés nos momentos de cansaço, pelas palavras de apoio, pelas frutas que matavam a fome, os bolos e por sempre estar ao meu lado. Mallu e Marie, papai ama vocês. Manô, Júlio, Maria Clara e Adriana, obrigado pela visita e por serem tão presentes. A saudade é o que nos move.

Aos meus amigos do Brasil que sempre estão na torcida mandando boas energias, aos que me visitaram aqui em Braga, saibam que vocês estão aqui nestas linhas. Aos meus amigos de Portugal que são fantásticos e que este mestrado me proporcionou conhecê-los. Que honra fazer parte da vida de vocês. Renatinho, da Paraíba para o mundo. Letícia, uma carioca com o coração gigante que prontamente me ajudou na pesquisa, muito, mas muito obrigado.

Para a minha orientadora Professora Doutora Rosa Cabecinhas que, mesmo firme e rigorosa, sempre trazia uma palavra e um direcionamento. Muito obrigado por dividir os seus conhecimentos comigo e me dar a honra de ser seu orientando. Minha co-orientadora Julia Brasil, muito obrigado pela experiência, correções, indicações, cafés e risadas. Foi um prazer dividir este trabalho contigo.

Aos meu ex-alunos, colegas professores da FURB que serviram de incentivo nesta busca pelo mestrado. Estendo meus agradecimentos à Universidade do Minho, aos professores do ICS e funcionários que sempre estiveram prontos a ajudar e faço em nome da Susana da secretaria. Um abraço para a Adri dos serviços acadêmicos, muito obrigado por tudo.

MIGRAÇÕES E COMUNICAÇÃO: BRASILEIROS QUE ESCOLHERAM PORTUGAL

COMO DESTINO

RESUMO

Os brasileiros constituem o maior grupo de estrangeiros a residir em Portugal. Os fluxos migratórios entre os dois países têm conhecido ao longo dos anos algumas flutuações. Conforme a crise econômica, política e social atingem o Brasil, faz-se necessário buscar respostas às perguntas que permeiam os cidadãos brasileiros que optam em deixar o país e buscar uma vida longe de sua terra natal. Compreender o contexto da comunicação intercultural, os aspectos relacionados à identidade, à língua, à comunicação, às ferramentas de aculturação utilizadas são excelentes pontos de partida.

Depois da revisão da literatura que atendeu aos tópicos mencionados, continuou-se com uma pesquisa realizada com 20 (vinte) brasileiros que residem em Portugal há menos de dois anos, através de uma entrevista e um guião, optou-se por utilizar o conceito bola-de-neve (*snowball*) para encontrar os membros do grupo participante. Pretendeu-se responder às questões levantadas e perceber melhor os motivos que fazem com que os brasileiros deixem o Brasil para residir em Portugal no século XXI e a pesquisa aponta os motivos, as expectativas, as contradições, dificuldades e facilidades encontradas neste processo de aculturação.

Palavras-chave: comunicação intercultural, cultura, identidade, ferramentas de aculturação.

MIGRATION AND COMMUNICATION: BRAZILIANS WHO HAVE CHOSEN PORTUGAL AS DESTINATION

ABSTRACT

Brazilians are the largest group of foreigners living in Portugal. Migratory flows between the two countries have known over the years some fluctuations. As the economic, political and social crisis reach Brazil, it is necessary to seek answers to questions that permeate Brazilian citizens who choose to leave the country and seek a new life away from his homeland. Understanding the context of intercultural communication, the aspects related to identity, language, communication and acculturation which are used are excellent starting points.

After review of the literature that attended the mentioned topics, continued with a survey of twenty (20) Brazilians living in Portugal within two years through an interview and a script, it was decided to use the concept of snowball to find the members of the participant group. It was intended to answer the issues raised and better understand the reasons that make Brazilians leave Brazil to live in Portugal in the XXI century and the research shows the reasons, expectations, contradictions, difficult and easy aspects found in the acculturation process.

Keywords: intercultural communication, culture, identity, acculturation tools.

MIGRACIÓN Y COMUNICACIÓN: LOS BRASILEÑOS QUE HAN ELEGIDO COMO DESTINO PORTUGAL

RESUMEN

Los brasileños son el mayor grupo de extranjeros que viven en Portugal. Los flujos migratorios entre los dos países han conocido en los últimos años algunas fluctuaciones. A medida que la crisis económica, política y social llega a Brasil, es necesario buscar respuestas a las preguntas que impregnan los ciudadanos brasileños que optan por abandonar el país y buscar una vida lejos de su tierra natal. Comprender el contexto de la comunicación intercultural, los aspectos relacionados con la identidad, el lenguaje, la comunicación, la aculturación de las herramientas utilizadas son excelentes puntos de partida.

Después de la revisión de la literatura que asistió a los temas mencionados, continuó con una encuesta de veinte (20) brasileños que viven en Portugal hace menos de dos años a través de una entrevista y un guión, se decidió utilizar el concepto de bola de nieve para encontrar los miembros del grupo participante. Se tenía la intención de responder a las cuestiones planteadas y entender mejor las razones que hacen que los brasileños dejen Brasil para vivir en Portugal en el siglo XXI y la investigación muestra las razones, las expectativas, las contradicciones, las dificultades y las facilidades que se encuentran en el proceso de aculturación.

Palabras clave: comunicación intercultural, la cultura, la identidad, herramientas de aculturación.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
RESUMEN.....	xiii
SUMÁRIO	xv
INTRODUÇÃO.....	17
2. GLOBALIZAÇÃO E FLUXOS MIGRATÓRIOS.....	19
3. CULTURA, MIGRAÇÕES E COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL.....	31
4. IDENTIDADE, COMUNIDADE, SOCIEDADE E SUAS LIGAÇÕES.....	42
5. ESTRATÉGIAS DE ACULTURAÇÃO	54
6. MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFLUÊNCIA SOCIAL	63
7. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	74
8. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	76
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
BIBLIOGRAFIA	110
ANEXOS.....	125

INTRODUÇÃO

Importante começar contando uma história. No mês de julho de 2014, quando recebi uma notificação do contabilista da minha empresa, ainda no Brasil, ficou claro de que aquele modelo de governo não me servia. Com uma taxa de imposto que ultrapassava os 50%, era evidente que ter e manter o espírito empreendedor naquele país já não seria uma tarefa simples de se realizar, mesmo com a empresa aberta há seis anos e consolidada no mercado da cidade em que residia. Foi então, logo após ser admitido no Mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, que me tornaria imigrante. Sim, brasileiro que deixa o seu país para tentar encontrar um lugar mais justo, tranquilo e que permita viver com dignidade, de um governo que cobre os impostos de maneira justa e que estes retornem ao contribuinte em forma de serviços. Senti que estava mal servido e insatisfeito com uma política fiscal irresponsável, um populismo que custa caro e que hoje parece caminhar para o abismo das contas públicas descontroladas. Foi uma espécie de premonição, de pressentimento de que as coisas no Brasil não iam bem e que o país andava a passos largos para sua maior crise econômica, política e social do século XXI e, prevista pelos mais pessimistas, como a pior dos últimos 50 anos.

Trazer um tema atual e urgente para a academia, aliado à problemática pessoal de ter me tornado imigrante, parecia o caminho correto a se tomar. Aliar a minha vivência e experiência, ultrapassar a barreira dos “achismos” e partir para a função de pesquisar e tentar compreender o fenômeno sob outra ótica era fascinante. Deixar o partidarismo de lado, a polarização que toma conta do Brasil e tentar ir a fundo no problema, procurar pistas, encontrar caminhos e repostas nos era inspirador.

Tendo consciência de que o tema da comunicação aliada à imigração seria atual, tendo em vista os complicadores na questão da Europa, partimos rumo a nossa investigação. Encontrar brasileiros, entender quais são suas angústias, o que os motivou para sair do Brasil, quais os desafios encontrados aqui e lá, suas percepções e aliar a isso à comunicação é, sem dúvida, uma grande oportunidade. Dito isto, tinha-se a questão central de investigação:

Por que estes brasileiros deixaram o Brasil e escolheram Portugal como país de destino? Em que medida as diferentes fontes de informação auxiliaram ou não nessa decisão? Alguma informação antes da vinda se mostrou conflituosa com o dia a dia vivendo em Portugal?

Afim de buscar respostas em torno destas questões e de outras que possam surgir por conta das primeiras, pensou-se um tipo de investigação que possibilite diversas etapas e processos. Foi necessário demarcar um território que enquadre vários temas pertinentes ao assunto, através de uma revisão de bibliografia nas áreas - Globalização, Fluxos Migratórios, migrações, Comunicação Intercultural, Identidades,

Estratégias de Aculturação, Cultura. Num segundo momento, de pesquisa, realizou-se um guião de entrevistas e a busca por cidadãos brasileiros que vivem em Portugal, com a condição de estarem a menos de dois anos no país europeu, com a intenção de que as entrevistas buscassem memórias recentes nestes cidadãos. Posteriormente, depois de obter os resultados, analisar, refletir e enquadrar teoricamente, guardou-se um espaço para que fossem feitas considerações finais e apontamentos em novas direções.

Este trabalho está estruturado levando-se em consideração os aspectos supra citados. Obviamente que, por conta dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do Brasil em 2015 e 2016, o possível impedimento da Presidente da República brasileira entre outros fenômenos observados, o formato e o discurso, por vezes, evita fugir ao tema. Desta forma, os capítulos deste trabalho estão divididos em: uma introdução, posteriormente dedicou-se um capítulo para a globalização e fluxos migratórios. Após discorrer sobre os temas, adentrou-se em cultura, nas migrações e na comunicação intercultural. Em seguida abordou-se a identidade, a comunidade, a sociedade e suas ligações e depois disso uma abordagem sobre as estratégias de aculturação. Também se analisou os meios de comunicação e influência social e após discorrer sobre os temas se entra na questão da metodologia de pesquisa, apresenta-se e se discutem os resultados, se faz as considerações finais e colocam-se as referências.

2. GLOBALIZAÇÃO E FLUXOS MIGRATÓRIOS

Seja por ser um fenômeno social, seja por ser um movimento que acompanha os seres humanos desde o princípio, estudar, pesquisar e entender os fluxos migratórios é papel do cientista social. Dentro desse fenômeno também é importante se ater ao processo de globalização que, mesmo sendo recente em termos históricos, exerce influência direta no fluxo de pessoas pelo mundo. Aliás, mesmo sendo as migrações assuntos recorrente na história da humanidade, hoje encontra-se novamente na agenda de assuntos do mundo moderno. A grave crise que a Europa vem passando, neste início do século XXI, em relação à chegada de refugiados, especialmente de países do Oriente Médio, mostra a importância da abordagem, análise e entendimento do tema.

Em busca de definições acerca do assunto, Matos (1993, p.2) afirma que as migrações servem de ligação entre diversos e diferentes espaços e apesar da importância do tema, pouco sabemos a respeito dele e ainda permanecemos ignorantes em relação aos motivos da migração. Ainda para a autora, quando um pesquisador propõe analisar os processos migratórios, é preciso haver uma determinação da “unidade de análise: o indivíduo ou a sociedade, o migrante ou o processo migratório”. Além disso se faz necessário perceber o entorno do fenômeno, possíveis causas e acontecimentos que podem se revelar como fator de decisão no momento de deixar uma região ou país.

[...] os fluxos migratórios são uma das dimensões mais visíveis do processo de globalização mundial. Acontecimentos como os choques petrolíferos, a queda do bloco soviético na década de 90, a crise do Golfo, a crise financeira asiática de 1997 [...], geraram enormes fluxos migratórios [...]. As migrações ganharam um caráter político com impacto social (Figueiredo, 2005, p.17).

Optou-se por interpelar os dois temas, já que globalização e fluxos migratórios são processos alimentadores um do outro. Sendo assim, Patarra (2006, p.7) afirma que a compreensão dos fenômenos migratórios, em tempos de globalização, é importante. Para a autora, as grandes transformações políticas, culturais, demográficas, econômicas e sociais a partir de 1980 servem como linha mestra para entender o fenômeno. A autora ainda cita que: “como eixo de reflexão, situam-se as mudanças advindas do processo de reestruturação da produção, o que implica novas modalidades de mobilidade do capital e da população em diferentes partes do mundo”.

O autor ainda refere que essa ligação existente entre o movimento de globalização e os processos migratórios, já que o primeiro serve de norte e de estímulo para o segundo quando, através da formação de um mercado de ofertas e demandas, faz com que pessoas saiam de lugares menos favorecidos e desenvolvidos na questão industrial e comercial, por exemplo, para países e regiões mais desenvolvidas que, em teoria, possuem mais oportunidades de trabalho, busca de renda e uma vida melhor, com mais qualidade e conforto.

Como afirmam Sánchez-Montijano e Ayuso (2012), o processo migratório da América Latina para a Europa ficou mais intenso por volta da segunda metade do século XX. Para as autoras, esse movimento era constituído de emigrantes europeus que retornavam para o “velho continente” e também por artistas, intelectuais de esquerda e estudantes universitários. Diferente de seus vizinhos, o Brasil sempre teve um passado movido pela circulação intensa de pessoas (saindo e chegando), porém o continente europeu se tornou destino preferido dos brasileiros depois do ano 2000, portanto é ainda um fenômeno recente. Isso começa a acontecer depois de crises econômicas seguidas até o final da década de 1990 e por conta de uma instabilidade que antes não existia (Sánchez-Montijano & Ayuso, 2012).

É necessário apontar que decisões políticas relativas aos territórios têm facilitado, por um lado, o movimento de saída do Brasil, por exemplo, para países europeus como Portugal. O país europeu é considerado uma porta facilitada de entrada para brasileiros, que tem em conta o fato de os dois países manterem parcerias comerciais, políticas e serem considerados irmãos em acordos e tratados. Como afirmam Fernandes e de Castro (2013), que ainda em 2003 o recém empossado Presidente Lula visitou Portugal e assinou um tratado, por exemplo, que visava regularizar a vida de cidadãos brasileiros que viviam em Portugal de maneira irregular. Nota-se que há muito existe uma vontade e interesse de ambas as partes e governos se manterem próximos e com relações diplomáticas fortalecidas, o que pode ajudar os seus cidadãos, porém ainda há uma série de exigências documentais e burocráticas para que um cidadão brasileiro resida em Portugal e vice-versa.

Ainda para Sánchez-Montijano e Ayuso (2012), um outro importante fator de facilitação no processo de imigração brasileira é o de que não existe a necessidade de visto para entrar no espaço Schengen por um período de 90 dias, o que serve de estímulo para que alguns cidadãos cheguem na Europa por Portugal e procurem por trabalho e adequação nos documentos já vivendo no país. Nos EUA, por exemplo, isso não acontece devido à exigência de visto de entrada no país, verificado com atenção pelo governo e suas forças em todos os terminais e portas de entrada do território. Já para Baganha (2001, p.1), citando a teoria de Zolberg, existe uma teia de conceitos que serviam de barreira nos estudos sobre migrações internacionais, ela se refere ao problema das leis que induzem os seres humanos a esse processo de realocização. A autora escreve que somente há pouco tempo foi possível ultrapassar tal limitação teórica e “o exercício do direito de soberania de controlar quem pode entrar, permanecer e pertencer ao Estado-nação, quem define as migrações internacionais como um processo social específico [...]”.

Em suma, não há uma teoria geral das migrações internacionais capaz de simultaneamente responder às várias perplexidades que a observação empírica deste processo social nos levanta. O que existe são teorias de variável valor analítico e de previsão, centradas sobre aspectos específicos dos processos migratórios e seus respectivos impactos e condicionantes (Baganha, 2001, p.2).

Para a autora, existe uma relação direta entre a política, a economia, a sociedade e o processo migratório que, por questões de globalização, se tornou mais acessível. Uma maior oferta de voos entre países, o advento da internet, uma economia global que permite que um estrangeiro consiga ter acesso ao seu banco, por exemplo, de maneira remota ou até a evolução da diplomacia mundial podem ser apontados como fatores que estimulam e não são mais considerados como freios ou barreiras para quem pretende ou precisa sair do seu país em direção a outro.

O aumento das imigrações também é permeado por acontecimentos globais no início do século XXI e ainda para Patarra (2006, p.7) os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, guerras no Oriente Médio e a fuga em massa de cidadãos de países em guerra para a Europa mostram que os questionamentos migratórios passam pelos movimentos sociais. Para a autora há, de maneira evidente, um debate carregado de posturas ideológicas e visões de mundo que buscam enfrentar as contradições e crises no modelo capitalista hegemônico atual. A busca de uma qualidade de vida maior pelos que estão excluídos “ao banquete dos ricos, industrializados, desenvolvidos e felizes *versus* os pobres, sempre em desenvolvimento dificilmente completado, cuja dinâmica gerou os novos contornos da pobreza e exclusão”. Este é o motor das migrações modernas e em um cenário de globalização, a autora mostra que existe uma necessidade de reavaliação e entendimento de quais são os motivos para que os novos fluxos de imigrantes se construam e se estabeleçam.

Os fluxos migratórios são consequência directa da globalização. A criação de um mercado mundial baseado na livre concorrência e na competitividade dá origem a deslocamentos dos factores de produção para as regiões de maior competitividade. Durante a colonização do mundo pelos europeus, o capital e o trabalho deslocaram-se para os territórios coloniais. A emigração europeia para a América e o resto do mundo foi uma resposta à necessidade de desenvolver as terras virgens e de aproveitar os recursos naturais dos territórios colonizados. Quando a mão de obra forçada dos nativos americanos se tornou escassa, recorreu-se à emigração forçada, com o envio dos condenados, como aconteceu na Austrália, mas também em outros lugares, com o envio de escravos caçados como bestas no continente africano (Ortega, 2007, p.2).

A colonização de regiões e cidades do Brasil por cidadãos de países europeus fez com que os laços entre o país sul americano e o velho continente fosse criado e preservado ao longo do tempo. Saquet e Gallo (2015) colocam que os cidadãos que colonizaram a região sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), eram de origem italiana, alemã, suíça, polonesa, austríaca e ucraniana e que, por isso, é possível encontrar cidades e vilas fundadas e habitadas por eles. Sendo assim, é justificável e compreensível que exista uma forte relação entre os países e motivos para que o motor da migração nunca desligue. A quantidade de brasileiros que possuem laços parentais com cidadãos europeus é grande, bem como a busca por pedidos de cidadania.

Sánchez-Montijano e Ayuso (2012) dizem que a relação histórica entre o Brasil e alguns países da Europa também pode ser considerada fator determinante no processo de imigração. Para as autoras, Portugal e Espanha despontam como destino preferido dos brasileiros e isso tem forte relação com a história e a

cultura das duas nações. Novamente se percebe um movimento global de cidadãos que saem de um lugar em direção ao outro por diversos fatores. Seja por causa de uma guerra mundial, como no caso da segunda que deslocou milhares de europeus para os países da América do Sul, seja pela questão econômica, há relação direta entre o momento econômico, social e político de um país e quantidade de pessoas que querem viver nele ou dele sair.

O resultado da globalização é uma ordenação global que se baseia em um sistema de Estados de acordo com Baganha (2001). Para o autor se a globalização não existisse o mundo não seria ordenado e organizado como está, porém ainda assim existiria o paradigma estabelecido entre o liberalismo e a liberdade do indivíduo. Já para Patarra (2006), os direitos humanos passam a ser um instrumento de conciliação, tanto de maneira interna como externa, em um país ou território. Diversos autores reforçam a ideia de que o estabelecimento de um mercado mundial, de um sistema de troca entre países do mundo todo possibilitou e fomentou o processo migratório, já que o ser humano busca constantemente criar e fortalecer laços sociais e um conforto na questão financeira e emocional. Sendo possível ter mais acesso, a intenção de largar tudo e começar de novo não parece tão difícil quanto em outros tempos.

Canclini (2003, p.7) afirma que há uma desordem mundial, porém os países se protegem e se integram através de regiões, no intuito de se protegerem da globalização. Para o autor é só observar “[...] Estados Unidos com a Europa para fazer frente ao Japão e à China, os mesmos Estados Unidos com a América Latina para que os europeus não se apropriem do mercado latino-americano[...]”. Ainda para o autor, o mundo passa por um momento de uniformização e o estabelecimento de um mercado planetário é entendido como uma única forma de se pensar. Para ele o capitalismo não é contestado atualmente e o intercâmbio econômico existente entre as nações pode criar muros, derrubar barreiras, interagir ou separar conforme o interesse estabelecido.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial tem havido um movimento contínuo rumo a um maior internacionalismo e globalismo. O sistema de comércio foi liberalizado. Os movimentos de capitais fluem livremente entre os principais países. A informação e o entretenimento não conhecem fronteiras. O isolamento nacional, tal como o conhecemos nos anos 30, pertence ao passado. Hoje, o nosso bem-estar econômico e a nossa base de conhecimentos estão fortemente ancorados num contexto internacional (OCDE, 2002, p.133).

Para que seja possível entender as sociedades, é necessário entender também o processo de vinculação de um cidadão ou sujeito ao lugar que habita ou transita como refere Cunha (2008). O autor ainda corrobora com este pensamento quando, em lúcida explanação, afirma que são vários os fatores que podem fazer com que um cidadão ou grupo de pessoas se sinta pertencente ao lugar em que estão inseridos, mesmo que, por vezes, existam convergências e divergências de pensamentos e hipóteses.

Qualquer espaço implica fronteiras e, nesse sentido, gera uma dialéctica entre pertença e exclusão, sendo essa dialéctica que se alimenta de mundos imaginados. Imaginados mas não irreais: tanto os discursos que apontam e determinam identidades como qualquer negociação simbólica de fronteiras, têm um efeito real, quer dizer, produzem sentimentos vinculativos (Cunha, 2008, p.149).

Pode-se perceber que a ideia multiculturalista começa a ser apontada pelos autores e com as comunidades de estrangeiros cada vez mais comuns em cidades cosmopolitas, há um índice de habitantes vindos de outras regiões. Percebe-se isso sob vários aspectos, desde a roupa, passando pelo idioma e chegando até a religião praticada.

López, Cunha e Arruda (2012) complementam o pensamento de Cunha (2008) quando adentram no campo do multiculturalismo e afirmam que este resulta da globalização e de sua evolução. Os autores ainda dizem que para que seja possível superar o surgimento e aparecimento de grupos oprimidos, se faz necessário haver mudanças sociais e promoção da diversidade cultural. Para eles, por um longo período de tempo não houve o interesse no multiculturalismo devido ao fato de a globalização ser estritamente capitalista e não se interessava na compreensão do outro e de suas diferenças.

Ainda para os autores, é importante conceituar-se globalização e multiculturalismo para que não haja confusão e falta de clareza no entendimento dos dois conceitos:

A globalização é um fenômeno do modelo econômico capitalista, que consiste na interligação econômica, política, social e cultural em âmbito mundial. Iniciou-se na era dos descobrimentos e foi se desenvolvendo a partir da revolução industrial. Embora fosse ignorada por longo tempo, hoje é estudada e analisada por muitos. [...] A noção de multiculturalismo, em sentido amplo, pode mudar de um lugar para outro. Algumas pessoas vêem o multiculturalismo como uma filosofia anti-racista; outras, como uma maneira de reforma educacional; outras como proteção da diversidade cultural, e dos direitos das minorias, ou o vêem como uma neutralidade, entendendo ser uma simples pluralidade de culturas. O multiculturalismo para pessoas diferentes pode significar coisas diferentes. No entanto, não importa o modo de vê-lo, mas sim de efetivá-lo como um fim social que está sempre em prol de direitos de certos grupos (López, Cunha & Arruda, 2012, pp.302-303).

Há uma necessidade de se fazer a ligação entre a noção de multiculturalismo e as decisões políticas de uma nação, já que é visível e preocupante a dissonância entre o que a sociedade quer e espera dos atores políticos e as atitudes e resoluções advindas por parte da classe dos políticos. Com decisões cada vez mais baseadas e cedentes ao campo econômico, o social é costumeiramente deixado de lado e o resultado pode ser desastroso, como no caso da Europa em relação aos refugiados, por exemplo. Para Hall (2003, p.52) “o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade ou multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais”.

Canclini (2003, p.19) afirma que muito se tem escrito sobre “a crise da política atribuída à corrupção e à perda de credibilidade dos partidos[...]”, mas alerta para que não haja uma transferência unilateral de culpa sobre os que são os tomadores de decisão em uma nação. Para o autor, não se pode e não é possível se diminuir o tamanho da sociedade e da economia, e muito menos esquecer, da política e do planejamento de longo prazo. Ele ainda afirma que existe um esvaziamento do simbólico e material nas questões nacionais

e um desinteresse muito grande dos cidadãos pela participação na política e no que ocorre na vida pública. Somente em períodos eleitorais, graças ao marketing e suas técnicas, há um mínimo interesse pontual e que depois se perde.

Com o evidente atrito entre as questões sociais e as econômicas, é público e notório que a dicotomia onde de um lado encontram-se questões políticas e fatores econômicos numa guerra com as questões e problemáticas sociais não tendo ações de longo prazo ou ao menos uma intenção de entender e analisar o processo como resultado de um do outro e não o contrário. Nações com índices ruins em relação ao seu desenvolvimento social nem sempre refletem isso nas questões econômicas e exemplos não faltam, seja no Brasil, na Venezuela ou até em Angola que receberam milhares de dólares por conta da exploração, estabelecimento de um mercado e venda de petróleo e não conseguem evoluir de maneira significativa em vários aspectos sociais, patinando e andando em círculos para questões que claramente podiam ser resolvidas ou minimizadas, já que há um fluxo de capital.

André (2012, p.203) aponta que existem “[...] três fenômenos convergentes que têm marcado a economia, a cultura e o desenvolvimento tecnológico à escala mundial: a erosão do Estado-Nação, a globalização e o desenvolvimento da sociedade em rede [...]” e traz para a luz o pensamento de Manuel Castells.

Para Castells (2002), discorrer sobre a globalização é algo corriqueiro em seus estudos e ele faz questão de dizer que todas as pessoas possuem uma opinião sobre a globalização e que este é o principal ponto de encontro entre os que apoiam e os que não apoiam esse movimento. Para ele, a própria globalização facilitou e trouxe à tona a discussão de seu conceito e possibilitou que o que estava sendo dito em partes diferentes do planeta fosse compreendido. O autor ainda faz questão de colocar que a globalização é parte de um grande debate ideológico cheio de emoções e confusões.

Empezando por definir la globalización misma. Se trata de un proceso objetivo, no de una ideología neoliberal como argumento para pretenderse como la única racionalidad posible. Y es un proceso multidimensional, no sólo económico. Su expresión más determinante es la interdependencia global de los mercados financieros, permitida por las nuevas tecnologías de información y comunicación y favorecida por la desregulación y liberalización de dichos mercados (Castells, 2002, p.86).

Ainda de acordo com Castells (2002), por ser um assunto tão recorrente da vida moderna, a globalização e suas consequências parecem óbvias, mas não são. Há uma tentativa de criar uma sensação de felicidade extrema e de resultados sempre minimizados, o que nem sempre se mostra como verdadeiro. Os problemas decorrentes do processo de globalização são imensos e nem sempre mensuráveis, principalmente quando estes são deixados de lado e pouco debatidos por interesses escusos e atrelados aos fenômenos econômicos e políticos. A exagerada necessidade das pessoas terem mais do que serem, processo largamente fomentado e forjado pela economia moderna, pode e deve ser atrelada à migração.

Zamberlan (2004, p.13) afirma que a migração e a mobilidade humana são fenômenos que precisam ser percebidos de diversos aspectos. De acordo com o autor, há um conceito tradicional que enquadra a migração como sendo apenas um movimento de pessoas, divididas em categorias profissionais, que ficam temporária ou permanentemente em um local ou região. Porém o mesmo autor afirma ainda que há pouco tempo outros enfoques estão sendo dados ao processo migratório e cita “a migração social” que para ele é uma forma de excluir pessoas dentro de suas classes sociais ou status quo. Quando, para o autor, existe uma dificuldade de ascensão social ou espacial pode haver migração sem que haja mudanças ou deslocamentos e “nesse contexto contemporâneo, os migrantes não são mais vistos como impulsionadores do crescimento [...]. Suas presenças [...], incomodam a sociedade porque eles são os “diferentes”, os “estrangeiros” que “ameaçam” a estabilidade e passam a ocupar postos de trabalho.”

Quando a sociedade moderna introduziu a máquina como instrumento de trabalho, no final do século XVIII, e absolutizou a propriedade privada, estava reforçando a raiz geradora da atual mobilidade humana, o que aparece especificadamente nas migrações: êxodo rural, exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças, crescimento e inchaço das cidades com periferias que confinam os excluídos sem a mínima infra-estrutura de esgotos, transporte, habitação, trabalho, escolas e de serviços comunitários básicos. De outra parte, o século XIX possibilitou um aumento demográfico, seja pela ausência de guerras, seja pelo progresso econômico, seja pelo transporte fruto da revolução industrial, que alteraram profundamente o processo produtivo de então, fortalecendo as cidades surgidas ao redor de fábricas e portos; introduzindo a agricultura empresarial (deixando a de subsistência e artesanal em segundo plano) e iniciando o processo de globalização econômica (Zamberlan, 2004, pp.11-12).

É possível descrever a Europa como um “continente de emigrantes”, Ortega (2007) afirma que isso se dá após a saída dos portugueses em busca de novas terras e territórios pelo mundo, ainda no que pode ser considerado o começo do processo de globalização, e que esse rótulo para a Europa tenha começado. Para o autor não é possível mensurar a quantidade de emigrantes que saíram da Europa e foram em direção a África, Ásia, Oceânia e Américas, mas estima-se que passem dos milhões. Além do intuito das descobertas a emigração na Europa se deu por conta das guerras, fome e perseguição política na época. A Primeira Guerra Mundial é um exemplo disso e é citada por diferentes autores, bem como a Segunda Guerra Mundial e outros acontecimentos políticos importantes.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall e o desenvolvimento do processo de integração europeia, a Europa ocidental começou um novo processo de consolidação e de crescimento econômico que altera profundamente os fluxos migratórios. A Europa ocidental deixa de enviar emigrantes para além dos mares e começa a receber imigrantes das antigas colônias de América, África e Ásia. Se a imigração é um fenômeno novo para a Península Ibérica, não é novo para o resto da Europa. O que é novo é a consciência europeia da existência do novo fenômeno migratório e a reação social e política que a intensificação dos fluxos da imigração está a provocar (Ortega, 2007, p.1).

Com a chegada ao continente europeu de milhares de refugiados, percebe-se uma tentativa, tanto governamental como dos cidadãos, em afastar as pessoas. Gonzalez e Silva (2015, p.51) afirmam que, segundo a Anistia Internacional, “embarcações carregadas de africanos vêm chegando ao litoral da Itália, sendo repelidos pela guarda costeira daquele país, sem que pudessem solicitar refúgio ou pedir auxílio, ou

ainda acontecendo operações de resgate precárias”. Para os autores, conter e controlar à força as pessoas que estão chegando é um modelo ineficaz, pois dessa forma fracassam os direitos humanos e isolam-se pessoas sem necessidade. O medo e a preocupação em relação a uma provável desordem social causada pela chegada, em grandes quantidades de pessoas a países que são organizados em relação às suas questões sociais gera, sem dúvida, um sentimento de receio e agonia nos nativos. Alguns afirmam que isso ocorre por preocupação dos governos que querem possibilitar condições de vida básicas e não conseguem tão rapidamente se reorganizar, porém outros colocam que os residentes dos países se sentem agredidos pelos que vem de fora por conta de aspectos trazidos de forma forte e influente, veja o caso de alguns fanáticos e extremistas da religião islâmica que são percebidos como ameaça. Há um conflito, existe um problema grave entre os que recém chegaram e os que lá já estavam, o debate está aberto porém sem uma solução de curto prazo encaminhada, natural para o tamanho e complexidade do problema.

Gonzales e Silva (2015, p.54) ainda afirmam que “a A Europa tem visto crescer, atônita, um grande fluxo migratório clandestino pelo Mar Mediterrâneo nos últimos anos”. Colocam ainda que “somente no primeiro semestre de 2015 registrou-se a maior onda de migração em massa desde a Segunda Guerra Mundial [...]” e como uma das consequências disso têm-se “[...] um grande número de mortes nas águas do Mediterrâneo, de pessoas tentando chegar ao espaço europeu”.

Quando houve a dominação da América por nações européias, a deslocação de pessoas do país colonizador para o continente colonizado se deu em virtude da exploração de riquezas e não para o desenvolvimento das terras conquistadas. Santos (2013) afirma que com o começo da colonização do Brasil por Portugal, por exemplo, deu início a um processo de migração constante e perene. Outro fator importante a ser considerado, foi de que em se estabelecendo um mercado (colônia - colonizador) há registros da utilização de mão de obra forçada, o que em se tratando da dominação inglesa na Oceania, conta com o envio de condenados para a Austrália como o de escravos africanos enviados para as Américas.

Os grandes fluxos migratórios estão, de acordo com Araújo e Santos (2013), associados ao trabalho e desenvolvimento econômico das nações que dominavam e exploravam as colônias. No caso de Portugal sobre o Brasil pode-se referir, de acordo com os autores, a situação da colônia ser explorada na agricultura, recursos e riquezas naturais com a intenção de se comercializar no mercado internacional.

A teoria económica liberal do fim do século XX e começo do XX contemplou a possibilidade de um desenvolvimento económico sem escravos. Não é casual que a Grã-Bretanha, o país que viu nascer as teorias económicas de Adam Smith e Ricardo assim como a Revolução Industrial, passou a defender a abolição da escravatura no começo do século XIX, apoiando com o seu poder naval as propostas abolicionistas do ministro protestante Wilberforce. A indústria britânica baseada no trabalho de baixos custos das cidades britânicas podia competir no mundo com as indústrias não mecanizadas da Índia ou da China, e com efeito provocou a ruína das economias desses dois países. A abolição da escravatura no sul dos Estados Unidos também provocou a ruína aos Estados do sul. Noutras partes do mundo o trabalho escravo continuou a ser utilizado praticamente até à segunda metade do século XX, o que limitava as migrações internas dos trabalhadores. Nos Estados Unidos, a abolição da escravatura em 1865 provocou uma forte emigração para o norte do país dos escravos pretos libertados, e esta emigração combinada com a imigração procedente da Europa e da Ásia, deu aos yankees dos Estados no norte uma massa de trabalhadores de baixo custo que colocou os Estados Unidos numa posição excelente para competir nos mercados mundiais (Ortega, 2007, p.2).

Muitos fatores, já apontados anteriormente, podem ser considerados como fomentadores da imigração (guerras, condições económicas), porém nesse processo há uma tendência das divergências sobressaírem, causadas pela entrada do novo, do diferente em uma sociedade estabelecida. Ortega (2007) afirma que o acesso e a educação de vanguarda da Europa em relação ao resto do mundo, possibilitou a formação de uma classe média e uma força de trabalho mais cara em termos económicos, por conta da qualificação. Isso se tornou, posteriormente, um problema para a Europa em termos de custo de produção.

A dependência económica da imigração na Europa aumenta com o passar do tempo. O progresso económico, combinado com um sistema eficaz de protecção social, permite o aparecimento de uma sociedade de bem-estar na qual a reprodução física dos nacionais já não é necessária para garantir o bem-estar dos idosos, pois a renovação da população passa a ser, sobretudo, garantida pelos imigrantes ("os novos proletários"). Com o desenvolvimento industrial na Ásia, a indústria europeia tem que competir em custos com a indústria asiática de custos salariais nitidamente mais baixos. Uma resposta a este desafio é a deslocalização industrial para os países de baixos custos salariais. A outra é a abertura do mercado do trabalho aos imigrantes que aceitam salários mais baixos que os trabalhadores europeus (Ortega, 2007, p.3).

Empregar europeus se tornou caro para o sistema e importar pessoas seria uma solução, porém num curto período de tempo se mostrou perigosa e muito custosa, por conta da necessidade de absorção das culturas advindas de outros lugares do mundo e isso fez com que parte da população residente na Europa sentisse a sua identidade e cultura nacional ameaçadas pela chegada de imigrantes. Ramos (2013, p.345) afirma que "a multiculturalidade crescente no tecido social" exige e coloca a sociedade em estado de choque pois "faz com que as cidades, as sociedades, os Estados e as diferentes instâncias sociais sejam confrontadas com uma grande heterogeneidade linguística, cultural e comportamental dos seus utentes, profissionais e cidadãos, assim como com atitudes e comportamentos nacionalistas, racistas e xenófobos".

A Europa iria se tornar dependente económica da imigração de acordo com Ortega (2007), isso por conta da melhoria das condições de saúde e envelhecimento da população que, sem saída, dependeria dos imigrantes, chamados pelos autores de "novos proletários". Os autores vão mais longe e descrevem o crescimento e desenvolvimento asiáticos como portas de abertura para a imigração nos países europeus, já que a mão de obra dos europeus é mais cara e com a chegada de imigrantes há um barateamento desse custo e aumento da competitividade entre Europa e Ásia. O autor ainda afirma, categoricamente, que os

fluxos migratórios são parte essencial do sistema econômico europeu, mas também trazem problemas de ordem social e os estrangeiros começam a ser rejeitados pela população residente. Nesse momento, para o autor, a direita política cresce e ganha corpo na Europa, nascendo um movimento de xenofobia declarada na política.

A rejeição da imigração na forma do racismo origina a criação na Europa de sociedades duais. Os filhos e os netos dos imigrantes ficam nos guetos dos imigrantes das grandes cidades europeias e são rejeitados pela sociedade "branca" ou "cristã" dominante. Não são admitidos no corpo social branco, apesar de terem uma educação e uma cultura europeias. As confrontações nos guetos provocadas pela rejeição social e econômica dos descendentes dos imigrantes constituem hoje um fenômeno frequente em alguns países europeus, principalmente na França. O racismo contra os imigrantes e os seus descendentes provoca em outros países, como a Alemanha, actos de violência gratuita. Em geral, a sociedade europeia sente-se hoje perturbada pelo fenômeno da imigração. A vantagem que deriva para a economia europeia dos fluxos migratórios é compensada com efeitos negativos de carácter social e político. A imigração passa a ser, assim, uma preocupação principal da sociedade europeia de hoje. Os governos tomam medidas para o controlo da imigração. Depois dos primeiros programas anti-imigração promovidos na Grã-Bretanha nos anos cinquenta pelo deputado Enoch Powell, todos os governos europeus seguem o exemplo britânico e adoptam leis para controlar a imigração. O problema é que esta política não é conforme as realidades económicas e sociais do mundo globalizado. A Europa tem necessidade de imigrantes. Na Ásia, na África e na América latina, milhões de trabalhadores estão dispostos a empreender a aventura da imigração, apesar dos obstáculos legais impostos pelos governos europeus (Ortega, 2007, pp.3-4).

Alguns autores citam a crise mundial ainda como um problema grave e que afeta, diretamente, o fluxo de pessoas no processo migratório. É o caso de Sanchez-Montijano e Ayuso (2012) que afirmam que os países que foram mais afetados pela crise fizeram com que os imigrantes que neles estavam regressassem à origem ou fossem para países que precisavam de mão de obra estrangeira para completar seus quadros e vagas de empregos. Por outro lado, ainda de acordo com as autoras, o Brasil teve um desenvolvimento considerável nos últimos anos e necessita de mão de obra altamente qualificada, dessa forma se torna um destino para europeus e asiáticos com formação que, antes da atual crise econômica brasileira, encontraram refúgio no país latino-americano.

A conjuntura econômica atual mundial é de grave crise para uns e de grandes oportunidades para outros. Por um lado, aqueles países da UE mais afetados pela crise, como Portugal, Espanha ou Itália, são os que na década anterior foram o principal foco de atração de emigrantes brasileiros e hoje não podem oferecer postos de trabalho suficientes para seus próprios cidadãos, alguns deles altamente qualificados. No entanto, outros Estados membros ainda necessitam trabalhadores e, dado o alto grau de envelhecimento da população, vão continuar precisando de fluxos migratórios. Por outro lado, o Brasil também é um país de imigração que precisa de trabalhadores, especialmente dos altamente qualificados, e se ergue como um dos polos de atração de mobilidade mundial. Na direção oposta, o crescimento mais equitativo do país levou ao surgimento no Brasil de uma faixa de classe média mais ampla que procura estudar fora do país e já adquiriu poder aquisitivo suficiente para fazer turismo na Europa. Estamos diante de uma nova situação que se traduz em movimentos migratórios nas duas direções (Sanchez-Montijano & Ayuso, 2012, p.152).

Novamente é possível perceber que os fluxos migratórios estão diretamente ligados às questões econômicas, políticas e sociais das nações. Antes, uma decisão tomada num país distante não afetava outros países e atualmente isso se mostra de forma contrária. Marín (2014) entende que o processo de globalização da economia, por exemplo, causa debilidade nas nações, justamente porque as faz interagir e tende a excluir

patamares e diferenças, deixando-as sem saída quando da queda de uma em detrimento da outra. Engana-se quem pensa que uma decisão no Brasil não exerce influência em Portugal ou que a fala de um político francês em relação à Síria não afeta diretamente a Alemanha. Com um mundo cada vez mais entrelaçado, decisões do outro lado da terra impactam nações que estão a milhares e milhares de quilômetros e novamente a chegada dos refugiados na Europa mostra isso. Um ataque aéreo do exército russo ou americano no Iraque pode ser desastroso para a questão humanitária e reflete na saída de pessoas rumo a locais onde encontrem a paz, como no caso da Europa.

Ainda de acordo com Sanchez-Montijano e Ayuso (2012) a situação dos cidadãos brasileiros que imigravam era muito parecida com a dos outros países vizinhos ao Brasil na América Latina. Para as autoras, o número de brasileiros cresceu entre 2008 e 2010 e decresceu posteriormente devido ao início da crise mundial e europeia. Quando ainda tinham uma moeda mais forte, os brasileiros eram os que mais viajavam dentro da Europa em comparação aos imigrantes de outros países latino-americanos. Ainda de acordo com as autoras, também é possível enumerar fatos que mostram que há grandes diferenças quando se é feita uma comparação mais aprofundada entre brasileiros e cidadãos de outras nacionalidades.

Alguns países são preferenciais para os brasileiros que pretendem emigrar para a Europa, Sanchez-Montijano e Ayuso (2012, p.156) citam “[...] (Reino Unido, Portugal ou Espanha), a mobilidade entre Brasil e Europa se especializou. Podemos comprovar através dos vistos de residência de longa duração emitidos pelos consulados dos Estados membros no Brasil [...]”. A Irlanda foi, ainda de acordo com as autoras, o país preferido dos cidadãos brasileiros que pretendiam estudar, Alemanha e Reino Unido também são escolhidos pela questão de estudo, mas em menor porcentagem.

Para as autoras supra citadas, os números desse fluxo de pessoas não pode ser quantificado de maneira exata por falta de dados oficiais fiáveis. Nem o Brasil consegue quantificar e nem os países europeus.

E finalmente falta dizer que, embora a crise faça com que os fluxos deixem de ser predominantemente do Brasil para a Europa, como na década passada, o certo é que sua demonstração estatística não é possível porque nem o Brasil, como novo país de destino, nem a maioria dos novos países europeus de origem, estão documentando esses movimentos. Como exemplos, o último censo demográfico realizado em 2010 no Brasil (IBGE, 2011) não recolhe em nenhuma de suas seções a população estrangeira por seu país de origem. Por outro lado, a maioria dos Estados membros da UE não informam os dados de emigração à Eurostat. O único país que informa das saídas de população nacional para o Brasil é a Espanha. O número de espanhóis no Brasil nos últimos quatro anos dobrou. Se em 2007 eram 9.013 espanhóis com residência no Brasil, em 2010 esse número chegava a 17.346. Esse ritmo de crescimento contrasta com a desaceleração do comércio e com os investimentos espanhóis no Brasil. A Espanha, que chegou a ser o segundo principal país investidor no Brasil, só superada pelos Estados Unidos, reduziu o volume de investimento como consequência da crise, mas continua mantendo uma grande participação e Brasil continua sendo um mercado estratégico por seu grande dinamismo. Portanto, termina sendo lógico que jovens profissionais espanhóis vejam no Brasil as oportunidades que a atual conjuntura europeia não oferece (Sanchez-Montijano & Ayuso, 2012, p.157).

É importante ressaltar que a atual crise econômica no Brasil, desencadeada em 2015, está alterando novamente o fluxo migratório e há uma quantidade enorme de cidadãos brasileiros deixando o Brasil em

busca de outras oportunidades em países de primeiro mundo. Perrone e Azevedo (2015) afirmam que com a crise mundial iniciada em 2008, mais de 1 milhão de brasileiros haviam retornado ao país para ficar próximo da família e por entenderem que o país passava por um bom momento econômico, porém a realidade atual mudou e alterou novamente esse panorama, fazendo com que os cidadãos que voltaram, deixem o Brasil em direção a outros países.

“O forte crescimento do Brasil na primeira década dos anos 2000 e o desastre econômico das principais economias do mundo, afetadas pelo estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos, provocaram um fenômeno impressionante. Brasileiros que haviam tentado a sorte no exterior, desiludidos com a falta de oportunidades na terra em que nasceram, decidiram voltar às cidades de origem. Desde 2008, pelo menos 1 milhão de pessoas acreditaram que, finalmente, poderiam ganhar a vida perto da família e dos amigos e usufruírem do melhor que o país poderia lhes dar. Passados quase sete anos desse movimento de retorno, boa parte das pessoas começa a emigrar novamente. Com a economia mergulhada na recessão, o desemprego disparando e a inflação açoitando o orçamento das famílias, de novo, o Brasil voltou a ser sinônimo de decepção” (Perrone & Azevedo, 2015, s/p).

Júnior (2015, 30 de dezembro) comenta sobre a capa de uma das principais revistas de economia do mundo, a *The Economist*. A primeira capa do ano de 2016 da renomada revista mostra a foto da Presidente da República, Dilma Rousseff, olhando para baixo e o título “Brazil’s fall” - A queda do Brasil. Dados econômicos apresentados pela edição da revista afirmam que o país terá uma queda na economia entre 2,5% e 3,5% em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) e que a dívida bruta do país beira os 70% do mesmo PIB.

Perrone e Azevedo (2015) ainda afirmam que as autoridades brasileiras não conseguem mensurar a quantidade de brasileiros que voltaram ao Brasil e agora deixam novamente o país. Outro dado apontado é de que a classe social que ascendeu nos últimos anos no Brasil e se sustentou em programas sociais do governo para isso, são os mais insatisfeitos com a atual conjuntura econômica do país e estão fazendo frente aos novos imigrantes. Agora que os cidadãos já possuem uma formação acadêmica e se encaixam no perfil de mão de obra qualificada, o Brasil não tem capacidade de absorvê-los. Com o índice de desemprego aumentando, os jovens estão se deslocando para países que buscam profissionais com qualificação e podem oportunizar melhores condições de renda e qualidade de vida.

Sabendo que a globalização e os fluxos migratórios possuem fortes ligações, também é necessário e relevante relacionar a cultura, a imigração e a comunicação intercultural.

3. CULTURA, MIGRAÇÕES E COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL

A cultura é e sempre foi o ponto de encontro para diversos debates. Isso pode ser observado pela grande quantidade e pelos mais diversos estudos que as ciências sociais e humanas dedicam ao tema. Hall (1997) afirma que os seres humanos são capazes de interpretar e colocar sentido no que acontece no seu entorno. Para o autor, uma ação social gera diferentes sentidos e interpretações, tanto em quem pratica, quanto em quem observa. O ser humano vai, propositadamente, definindo as coisas e colocando sentido nelas.

[...] não em si mesma mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas “culturas”. Contribuem para assegurar um significado e, neste sentido, são práticas de significação (Hall, 1997, p.1).

Hall (1997, p.1) ainda chama a atenção para o fato de que existe uma importante diferenciação que deve ser feita em relação à cultura, primeiro é que ela pode ter um viés substantivo e outro epistemológico. Em se tratando de um substantivo, a cultura “na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular” e quando “epistemológico” nos referimos à posição da cultura em relação às questões de conhecimento e conceitualização, em como a “cultura” é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo”.

Em qualquer sociedade ou cultura é possível diferenciar lugares com um grau de especificidade e Velho (1987, p.17), afirma que é importante ter discernimento e cuidado ao estudar outras culturas, pois o cientista social precisa evitar o erro de julgar e determinar sem antes conhecer. O autor afirma que esse cuidado passa por não “impormos nossas classificações a culturas cujos critérios e crenças possam ser inteiramente diferentes dos nossos ou que possam parecer semelhantes em certos contextos para diferirem radicalmente em outros”. Ainda para o autor, alguns limites podem ser fixados de acordo com o espaço físico e geográfico para delimitar as diferenças entre grupos. A distância física, de acordo com o autor, pode ser enganadora, principalmente no mundo contemporâneo. “Outros aspectos, dimensões, traços, podem ser as fronteiras mais significativas - a religião, a identidade étnica, a ideologia política, etc.”

Para Hall (2003) é possível presumir que a identidade cultural seja uma marca de nascença no cidadão, algo que está contido nele por conta do ambiente, da questão genética, da família. Tal identidade pode não ser algo capaz de ser mudado, e pode ser blindado dos acontecimentos do mundo que o cerca.

Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. É impermeável a algo tão “mundano”, secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades - podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento - a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor (Hall, 2003, p.28).

É possível notar que muitos dos estudos realizados sobre a cultura são cheios de pré-conceitos e ideias formadas antecipadamente, ideias que quando são largamente difundidas são difíceis de se alterar, pois trazem consigo definições por parte de pesquisadores que fazem seu trabalho à distância, sem ir a campo. De acordo com Baptista (2008), é necessário desmistificar e criticar textos e leituras que sejam carregadas de estereótipos, seja da própria cultura ou da cultura do outro, pois só dessa maneira é possível descobrir e entender novos sentidos. Ainda para a autora, quando analisamos um objeto cultural como se fosse uma metáfora, há a possibilidade de transferência de sentido e não se pode fazer uma tradução firme e rigorosa. Porém não se pode pensar a cultura como algo antigo, ultrapassado e que não se renova, muito pelo contrário.

Hall (2003) afirma que uma sociedade está em constante processo de criação de culturas, inventa e dá a elas sentido ou não. Quando, após repetidas tentativas, algo ou ação é entendido como parte do processo cultural, ele pode ser replicado e repetido por diferentes gerações, tendo sempre como apoio o fato de ser “da cultura”, do “nosso jeito”. Com o passar do tempo e a apropriação dos cidadãos que compõem a sociedade, um evento cultural pode se manter e ser replicado ano após ano por séculos.

[...] a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (Hall, 2003, p. 44).

A globalização contribui para que haja uma derrubada forçada dos muros culturais e identitários em todo o planeta e o que antes era tido como algo imutável e impermeável se torna, com cada vez mais frequência, poroso e suscetível a mudanças. O dito diferente multiplica-se e Hall (2003, pp.44-45) afirma que “por todo o globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estado-nação dominantes”. Para o autor, há um fluxo de povos e culturas gigantesco e que não se pode parar, na mesma proporção dos inventos tecnológicos e fluxo de capitais que giram no planeta.

A indústria cultural, com toda a sua força, traz consequências. O consumo de marcas, a constante criação de “problemas” que podem ser resolvidos com aquele produto são resultados do nosso tempo. Por estarmos assentados, no ocidente, em sociedades capitalistas extremamente consumistas, puxadas pelo

grande líder ocidental, os EUA, o que ocorre é um comportamento baseado na imitação. A quantidade de produtos culturais que ajudam nesse processo são imensos, passa do filmes no cinema e chega aos produtos na prateleira do supermercado. Lipovetsky e Serroy (2010, p.11) afirmam que “a cultura transformou-se em mundo, em cultura-mundo, a cultura-mundo do tecnocapitalismo planetário, das indústrias culturais, do consumismo total, dos media e das redes digitais”.

Existem as forças dominantes de homogeneização cultural, pelas quais, por causa de sua ascendência no mercado cultural e de seu domínio do capital, dos “fluxos” cultural e tecnológico, a cultura ocidental, mais especificamente, a cultura americana, ameaça subjugar todas as que aparecem, impondo uma mesmice cultural homogeneizante - o que tem sido chamado de “McDonald-ização” ou “Nike-zação” de tudo [...]. Mas bem junto a isso estão os processos que vagarosa e sutilmente estão descentrando os modelos ocidentais, levando a uma disseminação da diferença cultural em todo o globo (Hall, 2003, p.45).

Ainda que a desmistificação seja necessária, outros aspectos precisam ser distintos para que não se protelem confusões de definição de conceitos. Para Sampaio e Andery (2010, p.188) é importante distinguir cultura de prática cultural, isso porque “a manutenção de comportamentos similares mesmo com a substituição dos participantes que diferencia as práticas culturais dos demais fenômenos sociais”. Entender a transmissão da cultura também é necessário na ajuda do entendimento do fenômeno da migração, isto porque existe um processo de comunicação entre as populações imigrantes, como se pode observar atualmente nas migrações da rota dos Balcãs.

Se um grupo de pessoas interage durante algum tempo tem seus participantes substituídos e suas ações permanecem semelhantes aos dos antigos membros, isso pode se dever a duas coisas: os novos membros entraram em contato com circunstâncias semelhantes àquelas as quais os membros anteriores estiveram expostos, ou - o que é mais provável - os membros antigos de algum modo ensinaram aos novos membros como agir. Os fenômenos sociais que envolvem essa segunda situação tendem a atrair maior interesse na discussão da cultura (Sampaio & Andery, 2010, p.188).

No contexto da imigração é necessário entender essa transmissão de cultura, pois caso isso não ocorra pode fazer com que haja um ruído que pode dificultar o processo de entendimento do fenômeno. Sampaio e Andery (2010) fazem questão de deixar claro que o comportamento dos indivíduos que participam de um processo social pode ser propagado e assimilado por outros indivíduos que não vivem a realidade dos primeiros.

Como bem referiram Lipovetsky e Serroy (2010, p.21), a modernidade é acompanhada de perto pela cultura-mundo, teoria fortemente defendida pelos referidos autores. Com uma quantidade infindável de opções culturais, de uma cultura entendida e trabalhada como negócio que, por sinal, é extremamente rentável e bem sucedida. “Nunca o consumidor teve tanta escolha em matéria de produtos, de modas, de filmes e de leituras, nunca os seres humanos puderam viajar tanto, descobrir lugares culturais, provar tantos pratos exóticos, ouvir músicas tão variadas, decorar a sua casa com objectos tão diversos vindos doutras paragens”. Os autores vão mais longe, quando afirmam que o consumo se tornou algo “bulímico”, em total

referência à doença que faz com que os indivíduos comam para satisfazer o desejo de alimentos e depois vomitem. Ainda corroboram para o conceito de cultura e globalização quando dizem que a “quanto mais as sociedades se aproximam, mais se desenvolve uma dinâmica de pluralização, de heterogeneização e de subjectivação”. Também é interessante perceber que ao mesmo tempo em que o processo de globalização une, ele desterritorializa:

Portanto, é importante ver essa perspectiva diaspórica da cultura como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação. Como outros processos globalizantes, a globalização cultural é desterritorializante em seus efeitos. Suas compressões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o “lugar”. Disjunturas patentes de tempo e espaço são abruptamente convocadas, sem obliterar seus ritmos e tempos diferenciais. As culturas, é claro, têm seus “locais”. Porém não é mais tão fácil dizer de onde elas se originam (Hall, 2003, p.36).

Há uma desorientação na questão cultural de acordo com Lipovetsky e Serroy (2010, pp.24-25). Para os autores a cultura-mundo foi capaz de acalmar os ânimos de guerra das democracias pelo mundo, porém trouxe com ela uma capacidade impressionante de perturbar a forma como os cidadãos vivem as suas vidas. Para os autores, não há muita diferença em relação aos medos que permeiam as sociedades atuais em comparação a outras sociedades, anteriores a nossa. Guerras, pragas, tragédias e medos sempre estiveram presentes na humanidade, porém hoje, além disso, tem-se uma promessa, a venda de um futuro melhor, diferente. “Nunca tivemos acesso a tanta informação, nunca o saber pormenorizado sobre o estado do mundo foi tão grande, mas nunca o sentimento de compreensão do mundo no seu conjunto pareceu tão frágil e confuso”.

Daure e Reveyrand-Coulon (2009) complementam a ideia de transmissão da cultura dizendo que os pais que têm filhos nos países de destino na migração, há uma clara falta de sintonia, pois as referências relativas à cultura serão diferentes, bem como a troca de experiências. O lado positivo desse tipo de acontecimento é a possível conversação cultural que pode acontecer entre os atores envolvidos, porém se a experiência social e a informação cultural não circularem, pode nascer o isolamento social de cada um, causando um afastamento familiar. Para os autores, a relação de entre os pais e os filhos já é naturalmente complexa e quando ainda conta com a multiculturalidade pode ser ainda mais complicada e frágil.

Para Lipovetsky e Serroy (2010, p.25) a perda de referência pode ter desorientado a sociedade moderna. Os autores apoiam sua tese afirmando que o fim da Guerra Fria pode ter criado uma geração de pessoas sem um norte para perseguir. Eles explicam que o mundo sempre caminhou para a busca pela felicidade e liberdade e agora que esses objetivos foram atingidos não tem para onde ir. Fica um sentimento de vazio de acordo com os autores, “perdemos a fé num futuro melhor. Para onde vamos? O futuro será o quê? Até as ciências e as técnicas deixaram de alimentar a esperança num progresso irreversível e contínuo [...]. Os nossos filhos viverão melhor do que nós? É possível que amanhã seja pior do que hoje”. Corroborando com o pensamento pessimista dos autores, as notícias que invadem os telejornais dão conta de um mundo

mais perigoso, mais violento e desigual. A crise dos refugiados na Europa, a fome no continente africano, guerras, aquecimento global e tantas outras heranças que sistemas financeiros estão deixando de legado, porém há o outro lado da moeda que não pode ser ignorado. Vive-se mais tempo, morre-se mais tarde, há abundância na produção de alimentos ainda que a distribuição seja desigual, mas há. O fluxo migratório de pessoas continua grande e a liberdade proporciona a escolha, sem generalizações, mas vem ocorrendo.

A fim de adentrar nas definições e conceitos relacionados à imigração é importante partir de um princípio e Trindade (1995) faz questão disso ao distinguir e elucidar essencialmente a emigração, imigração e migração. Para a autora emigrar significa sair do país com duração significativa, onde o indivíduo deixa a sua pátria e fixa residência em um país diferente, estranho ao seu lugar de origem. Imigrantes, para a autora, são os que chegam do exterior na visão de quem está na terra de origem ou de destino. No caso dos migrantes, para a autora, será o termo mais adequado no futuro onde emigrante e imigrante tendem a cair em desuso.

À diferença de designações, atribuídas afinal aos mesmos indivíduos, correspondem também diferentes estatutos sociais: o emigrante é um nacional ausente, com perda pouco significativa de direitos no país de onde provém e, talvez até, uma certa diminuição nos deveres e obrigações inerentes à sua qualidade de cidadão. Em contrapartida, como imigrante, é um estrangeiro vindo de fora, encontrando uma sociedade que provavelmente desconhece e onde terá de inserir-se, sujeitando-se às leis que a administram (Trindade, 1995, p.31).

Para o presente estudo os conceitos definidos por Trindade (1995) foram acertados, já que a análise entre Portugal e Brasil é evidente e aprofundada e a autora consegue estabelecer o contato entre os sentidos necessários para entender o fluxo de pessoas entre as duas nações em questão. Ainda para a autora, algumas razões para a partida precisam ser entendidas, apontadas e analisadas, são elas: motivações econômicas, políticas, de emergência, étnico-culturais, de quadros e especialistas ou de outras situações.

O trauma da partida, de acordo com Trindade (1995) é um aspecto relevante que não pode ser descartado. Há uma ruptura, uma quebra do conhecido e uma imersão no desconhecido, no novo, algo que pode ser difícil e doloroso para o ser humano. Por isso, para a autora, a decisão e as consequências ultrapassam o individual e afetam o coletivo, especialmente se o cidadão tiver família e descendentes.

A mais generalizada das motivações é de raiz predominantemente económica [...]. A falta ou a insegurança de emprego; a insuficiência de recursos da terra ou do mar; a falta de horizontes de bem-estar para si e para seus descendentes, são motivações próximas deste género de razões de partir [...]. A emigração política agrega as causas predominantes deste foro, reflectindo desajustes graves entre um sistema político e a aceitação do mesmo pela generalidade dos cidadãos. [...] A evasão à participação num conflito armado [...], a fuga à repressão exercida pelos vencedores, sobre aqueles que foram vencidos numa confrontação física ou ideológica grave; o receio de perda de privilégios ou a existência de ameaças ao património, à liberdade, ou à segurança física de certos grupos de cidadãos [...]. O conceito sociológico de refugiado, com um abrangimento colectivo, aplica-se a populações que se encontram inopinadamente em situação de total privação de recursos que assegurem, sequer, a sua sobrevivência diária [...]. Conhecendo-se o modo como, ao longo da História das nações, as invasões, guerras, tratados internacionais e migrações tiveram como frequente consequência a inclusão de minorias de origem étnica e cultural diferenciada, em sociedades maioritárias de raiz diferente, qualquer ameaça à sobrevivência das primeiras, como entidade cultural individualizada, pode motivá-las a mudar de país [...]. A categoria de lata de emigração de especialistas abrange as formas de recrutamento selectivo de determinados perfis profissionais disponíveis num país cuja a carência é reconhecida num outro (Trindade, 1995, pp. 41-43).

Por outro lado, de acordo com Zlobina e Páez (2008), além de a imigração ser um fenómeno social muito complexo, ele engloba outros fenómenos. A aculturação, por exemplo, é muito citada pelos autores já que tanto para quem está chegando a uma nova realidade, quanto para quem está recebendo estes novos atores sociais, há um choque de realidades e diferenças a todo o instante. Os anfitriões precisam encontrar formas e maneiras eficazes de incorporar os recém chegados em vários aspectos, desde a questão religiosa até a forma como os estrangeiros se organizam socialmente.

Interessante perceber que no processo de mudança, de chegada ao novo, alguns hábitos podem trazer conforto e ambientação para os “de fora”. Lipovetsky e Serroy (2010, p.139) lembram do “consumidor transnacional que em todo o lado deseja as mesmas marcas e se comporta em obediência aos mesmos padrões”, o que pode ser visualizado com facilidade entre Portugal e Brasil, porém que já é muito diferente em culturas orientais. A proximidade entre a cultura dos dois países facilita a vida dos imigrantes, pois têm-se as mesmas marcas nos dois lados do Atlântico, sem contar com o idioma que mesmo com significativas diferenças, é o mesmo. Em outros aspectos sociais porém a diferença é facilmente percebida e sentida entre os dois países, um exemplo disso é a questão da violência.

A desigualdade num mundo globalizado é causa de migração, degradação ambiental, transmissão de doenças e instabilidade política. A desigualdade extrema agrava todas estas tendências. É, em última instância, inconsistente com a realização global dos direitos humanos, tal como é reconhecido na Declaração Universal dos Direitos do Homem (OCDE, 2002, p. 91).

Como afirma Venturini (2009, p.204), cada indivíduo constrói, de forma particular, a ideia própria da cidade onde habita, onde vive. São sentimentos, histórias e memórias que se criam com o passar do tempo e que se conectam, formando relações e atrelado ao nível social, há a formação de uma rede que se comunica e se estrutura nesse sentido, ressignificando a identidade. “Existem lugares institucionalmente “deputados” para a troca: a praça, o mercado, o bar, o ponto de encontro desportivo ou cultural, onde confluem os percursos dos indivíduos. Existem lugares da alma, onde se desenrola a história da nossa vida”.

Não é difícil associar passagens da vida dos cidadãos, sejam positivas ou negativas, com marcas. A mesma tranquilidade que uma marca representa, quando já é parte integrante do imaginário do consumidor, na vida de um imigrante, ela por si não é capaz de fazer muito por ele no sentido de ambientação. Para Lipovetsky e Serroy (2010, p.140) “a grande maioria das marcas que o consumidor compra é nacional e, por vezes, local. Deste ponto de vista, a mundialização mercantil é mais imaginária do que real”. Complementando o pensamento dos autores, é possível que a presença de marcas mundiais faça com que o cidadão estrangeiro se sinta “em casa”, porém a falta de produtos e marcas que são locais e sempre estiveram presentes na vida deste mesmo estrangeiro, quando ele ainda estava no seu país de origem, podem causar estranhamento e distanciamento cultural.

Já para Zlobina e Páez (2008, pp.48-49), quando é necessário haver convivência entre culturas muito diferentes, pode haver um choque cultural: “pueden llegar a ser difíciles de entender o aceptar, rompen la relativa homogeneidad cultural e incluso pueden producir la sensación de que la identidad cultural o étnica propia está bajo amenaza”. Lipovetsky e Serroy (2010) citam a língua como uma grande barreira no processo de mundialização, mesmo que o inglês tenha se tornado “língua oficial” por ser denominador comum entre culturas tão diferentes, ainda assim há um crescimento considerável de línguas próprias de uma região ou país. Os autores citam a França como exemplo e dizem que línguas que anteriormente eram proibidas, hoje são reconhecidas e tidas como oficial. Para eles ainda que o mundo caminhe para uma tentativa forçosa de ser uma coisa só, há uma tendência igualmente forte de que culturas particulares renasçam e identidades culturais sejam reforçadas, no intuito de demarcar território e firmar posição contra ao nivelamento e igualdade de todos.

Também é importante perceber a influência que a mídia pode exercer nessa ideia de invasão estrangeira, como afirma Venturini (2009), quando mostra a chegada em grande número dos imigrantes e faz alusão a um ataque, uma invasão, usando palavras que dão esse sentido ao fenômeno da imigração moderna televisionada. Obviamente que cumprindo o seu papel de informar, porém muitas vezes dando destaque para uma pequena parte, como se fosse o todo, recortando a realidade e deixando a população residente impressionada. O autor ainda continua dizendo que o estardalhaço midiático é desproporcional quando começa a noticiar acontecimento nos parques das cidades, imputando a culpa às desgraças aos estrangeiros contra a população local.

Para pensar na produção de conteúdo e geração de sentidos, não se pode excluir a comunicação intercultural, pois os nativos interpretam o que a mídia local diz de uma maneira diferente daqueles que recém chegaram ou ainda estão se estabelecendo na nova cultura. Para Baptista (2008, p.174), quando se fala de comunicação intercultural é necessário entender que:

a comunicação intercultural não é mais mera tradução mas propriamente recriação, requerendo de cada sujeito um olhar (re)criador e culturalmente produtor. A comunicação intercultural exige, deste modo, imaginação, tanto a produtora como aquela que está implicada na actividade de interpretação como recriação.

Baptista (2008) continua afirmando que quando se trata de analisar o objeto cultural, tanto dos locais quanto dos estrangeiros, sendo próximo ou distante, cria-se um desafio para cada pessoa envolvida no processo, pois enquanto é apresentado ou interpretado, um novo modelo é criado. Posteriormente ainda a autora afirma que dentro do processo de compreensão do outro, novos sentidos são dados, criados e recriados para talvez um mesmo objeto. O olhar de diversos atores pode ser capaz de gerar um novo olhar para um mesmo objeto ou até mesmo um fenômeno.

De uma maneira mais simplificada, Sebastiao e Fernandes (2015) resumem a comunicação intercultural como algo global que tenta entender como pessoas de diferentes locais e países se comunicam e quais os problemas que aparecem nessa interação. É preciso entender que os que chegaram em um novo país há pouco tempo, ainda passam por um tempo de adaptação variável a cada indivíduo. Seja para se interar sobre a cultura ou até mesmo digerir todas as diferenças, irá, de acordo com os autores, implicar um diálogo.

Considerando-se a relevância do entendimento do fenômeno cultural para a compreensão da Comunicação Intercultural propriamente dita, saliente-se que não são poucas as definições deste termo. Para os nossos fins cabe assinalar a capacidade que a cultura tem de programar a mente de um indivíduo, predispô-la a certo tipo de reação quando estimulada por certa circunstância ou fator ambiental. Na verdade, tais registros contribuem para o estabelecimento de uma relação custo/benefício do processo cognitivo que seja vantajosa, ofertando o máximo de significação com um mínimo de esforço (Wainberg, 2006, p.284).

Para compreender melhor o fenômeno da comunicação intercultural, é necessário adentrar no mundo dos imigrantes. Partindo do pressuposto que estes serão expostos a algo novo, diferente e que muitas vezes não possuem um referencial, é importante salientar o papel fundamental da comunicação, no intuito de se minimizarem os ruídos ao mínimo. Por isso a forma como os recém chegados são tratados pelos nativos, se o Estado se preocupa com sua integração e propõe programas de acolhimento e tantas outras medidas são extremamente essenciais e podem fazer a diferença.

O mundo multicultural não começou a ser desenhado recentemente, muito pelo contrário, vem de centenas de anos. Hall (2003, p.55) afirma que o processo começou antes mesmo da expansão dos países da Europa pelo mundo, no século quinze e para o autor “a migração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnica ou culturalmente ‘mistas’”. O autor reafirma os motivos que levam as pessoas a buscarem por novos países ou regiões sendo categórico ao afirmar que “desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, exploração do trabalho, colonização, escravidão, semi-escravidão, repressão política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico” são motivadores.

Ainda para Hall (2003, p.55) todos os impérios foram, em sua maioria, multiculturais e multiétnicos, porém quando se trata do multiculturalismo no período que compreende a posteridade da Segunda Guerra Mundial, “o multiculturalismo não só tem se alterado, mas também se intensificado. Tornou-se mais evidente

e ocupa um lugar central no campo da contestação política. Isso é o resultado de uma série de mudanças decisivas - um reconfiguração estratégica das forças e relações sociais em todo o globo”.

Quando Reis (2006) afirma que a facilidade que se tem na modernidade de deslocação pelo planeta, por conta da evolução na tecnologia dos transportes e, por consequência, diminuição dos custos, deixa uma questão em aberto que é a interferência do Estado, das nações que levantam as fronteiras ao invés de derrubá-las. Para a autora, há uma certeza que é a de que a necessidade de o cidadão estar munido de documentos e com prévia autorização, mesmo que o mundo através da tecnologia tenha facilitado o processo de um lado, do outro ainda existe a burocracia como espécie de freio da evolução. Tal dicotomia passa pelo conceito de comunicação intercultural, já que esta nem sempre se mantém um diálogo claro e compreendido por todos os lados no processo comunicacional. A deslocação de um cidadão pelo mundo não pode ser simplificada, não somente pela questão documental, mas por conta da bagagem cultural do mesmo. Por isso, tratar a comunicação intercultural e perseguir seu entendimento é tão necessário no processo migratório.

Ela ajuda também na relação dos seres com o mundo a partir de certos pressupostos que pouco a pouco são instalados nos seus imaginários através da convivência, educação, rituais, mitos, narrativas, tabus, línguas, celebrações, memória, história e religião, entre outros fatores de aculturação. São estes elementos que estabelecem as identidades humanas – escalas de valores, hábitos, costumes e atitudes distintas – e permitem sua visibilidade no mosaico étnico da humanidade (Wainberg, 2006, p.284).

As migrações internacionais se diferem dos outros tipos de migração e de acordo com Reis (2006, p. 150) isso é totalmente explicável, já que não se pode ignorar a forte presença do Estado no processo. Seja pela enorme quantidade de leis, seja pelas dificuldades impostas aos cidadãos de entrarem na nação pretendida ou saírem do país de origem, principalmente os que são comandados com mão de ferro, as ditaduras. A autora faz questão de ressaltar que o Estado não pode ser unicamente culpado e tido como a coisa mais importante no processo das migrações internacionais, “no entanto, ele, por meio de políticas de imigração e cidadania, é um importante fator explicativo no processo de formação dos fluxos e ajuda a moldar a forma que esses fluxos adquirem”.

Hall (2003) deixa claro que apesar de haver um sistema global, há um enfraquecimento quando o assunto é soberania nacional. Isso porque, de acordo com o autor, a escala é global em referência ao sistema de operações, mas os resultados não são homogêneos e dessa forma alguns países são afetados de maneira diferente, de maneira desigual e com resultados contraditórios.

Por isso, tentar compreender o processo sob o prisma do imigrante é tão importante. É necessário fazer um árduo trabalho de empatia, de se colocar no lugar do outro, para poder traçar uma linha de pensamento e entendimento capaz de revelar os dados e acontecimentos que nem sempre são tão visíveis. O que um cidadão, que acabou de adentrar num novo território, pensa faz toda a diferença no contexto e buscar compreender suas motivações e percepções é algo fundamental.

É o que explica também o fato de que as percepções são seletivas, pois passam o crivo destes bloqueios sensitivos e cognitivos exigindo esforço para que, no caso da vivência intercultural, seja superada a natural tendência ao etnocentrismo. Na verdade, a programação da memória tem o benefício de evitar que mais informação tenha que ser processada para que o sistema seja ativado toda vez que for provocado por um elemento inesperado, como ocorre nestes encontros em que as viagens, a diplomacia, os congressos, a imersão, o intercâmbio, e as vizinhanças multiculturais, entre outras experiências, proporcionam. A tendência é ver o novo com os olhos viciados na contemplação do velho, cegos, portanto, ao específico, à natureza própria e íntima da diferença. Para que a imersão afetiva e cognitiva na originalidade alheia ocorra exige-se disposição para o gasto de energia. Este é, como se vê, um exaustivo empreendimento no qual se luta contra a inércia intelectual natural dos seres nos seus contatos com o mundo. Neles predomina, com frequência, o pensamento o estereótipo e o preconceito (Wainberg, 2006, p.284).

A Europa, em pleno século XXI, passa por um grande dilema que é o deixar os refugiados entrarem em busca de uma vida melhor e de paz, porém os governos não querem descuidar da segurança e da soberania. Reis (2006, p.151) ressalta que quando se trata dos direitos humanos, mesmo com todos os problemas e deficiências, “as convenções relativas aos refugiados e apátridas representam um ponto de inflexão no direito internacional, pois pela primeira vez é reconhecida a existência do indivíduo no cenário internacional”. Apesar da velocidade do problema não acompanhar a velocidade das possíveis resoluções, é preciso reconhecer que o mundo, nesse aspecto, vem evoluindo de maneira saliente e o indivíduo começa a ser percebido, a sociedade se lança na tentativa de perceber e de ambientar os imigrantes.

Este fato explica o interesse frequente de especialistas no estudo deste tema das relações interculturais pelo fenômeno da percepção social. O fato de darmos significados aos objetos com os quais nos defrontamos levando em conta certos padrões de percepção alimentados ao longo de nossa vida pela ambientação cultural circundante constitui-se um condicionante grave que impede e desautoriza com frequência a emergência do novo frente aos nossos olhos. Da mesma forma, e como assinalado, influencia também gravemente nos nossos julgamentos, pois ora bloqueia, ora autoriza os estímulos que chegam a nossa consciência (Wainberg, 2006, p.285).

A problemática dos milhares de refugiados recém chegados ao continente europeu, o choque que causa na sociedade nativa que se sente ameaçada, os casos de violência relatados e todos os problemas podem ser agravados pela forma como os cidadãos locais veem os que estão chegando em situação humana deplorável. Seja por estarem fugindo de uma guerra ou por serem contrários a um regime político, muitos dos que chegam nem documento possuem. Para Reis (2006, p.153) o problema vai muito além do penoso processo de reunir a família, quando possível, e chega até o tratamento adequado que deve ser dado para esses cidadãos sem papéis e o risco de terrorismo, por exemplo “muitos Estados temem que uma política que conceda muitos direitos aos indocumentados possa servir como um estímulo para que mais pessoas migrem de forma ilegal”. Há aqui a preocupação com o tráfico humano, exploração de trabalhadores ilegais entre outros problemas inerentes ao fato da falta de documentação e ausência do Estado.

De um lado a soberania nacional, a segurança em tempos de ameaça de terrorismo e a obrigação de continuar fornecendo excelentes condições de vida para seus nativos. De outro lado a chegada de milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que trazem consigo o estresse de deixar sua terra natal, de perder tudo e de ainda correrem o risco de serem explorados sexual e socialmente, inclusive com alusão ao turismo sexual.

Em se tratando da indústria do turismo, alguns autores tentam decifrar o seu sucesso e encantamento e a comunicação intercultural pode ser citada:

Por isso mesmo, o turismo é uma indústria bem sucedida, pois autoriza um discreto vislumbre do outro em condições de controle sem que se viva e tenha-se a obrigatoriedade de viver o stress da aculturação, da hibridização e da conversão, típicos de outras circunstâncias e experiências, como é o caso da imigração e da colonização, por exemplo. Como síndrome, o choque cultural expressa o elevado grau do stress que emerge no encontro de um observador com outro observado e portador de um grande volume de diferenças, tornando esta empreitada do deciframento um penoso esforço de processamento. O resultado muitas vezes é a pane cognitiva e emocional (Wainberg, 2006, p.285).

Quando o outro é visto como diferente, como parte não integrante de um sistema, há um desconforto claro e evidente de todas as partes envolvidas. Mountian e Rosa (2015, p.154) afirmam que existem algumas frentes na academia e na política que tentam amenizar tais diferenças, seja pela celebração da diferença ou na tentativa de dar amplo direito aos grupos que compõem as minorias, mas que mesmo essas atitudes estão deixando claro que existem diferenças, mantendo a ideia do outro distante.

“Ou seja, em ambas as estratégias e discursos do outro como diferente (celebração da diferença e multiculturalismo) ou do outro como igual (anulando a diferença), temos a posição discursiva do outro reiterada, ou seja, posicionando o outro como estranho (estrangeiro), em seus hábitos, caráter ou saúde mental, inimigo ou exótico”.

Para compreender o outro é necessário abordar as questões da identidade, da comunidade, sociedade e suas ligações, assuntos que serão tratados e abordados no próximo capítulo.

4. IDENTIDADE, COMUNIDADE, SOCIEDADE E SUAS LIGAÇÕES

Tratar e definir a identidade pode parecer algo simples, mas passa longe disso. Por ultrapassar diversos níveis, é um conceito complexo que exige que o pesquisador procure diversas fontes para tentar explicar o conceito.

A identidade é um organizador psicossociológico, sócio-histórico e político complexo, na medida em que se processa tanto no nível político, das relações internacionais, e decorre tanto de processos de identificação subjetiva e de auto-atribuição como de processos de identificação objectivante e de hetero-atribuição que frequentemente descoincidem (Bastos & Bastos, 1999, pp.11-12).

Para Cavalcanti (2011) o conceito de identidade começa a aparecer nas ciências sociais como uma tentativa de identificar o sujeito, entender em quais grupos ele pertence, se é de alguma raça específica, classe social determinada ou de alguma nação. Para o autor, cada pessoa ou sujeito é concebido não somente por objetos e traços visíveis e que podem determinar a identidade do mesmo, mas pode carregar uma natureza interior que é alterada conforme dialoga e se funde com o mundo exterior.

Há uma necessidade latente no ser humano de se identificar, de demarcar território, de ressaltar características que o diferencie dos demais, de se apoiar no conceito de tribalismo, tão abordado por Maffesoli (2007, pp.98-99). O autor afirma que é muito comum se recorrer para o conceito de tribo quando se pretende entender e caracterizar as ligações sociais de um indivíduo ou de um grupo na sociedade. “Sim, o tribalismo, em todos os domínios, será o valor dominante para os decênios vindouros. Daí a necessidade de retomar uma expressão de Durkheim no sentido de identificar os “caracteres essenciais”.”

Assim como sinalizei diversas vezes, podemos localizar esta vitalidade nas efervescências musicais, mas podemos observá-la, também, na criatividade publicitária, na anomia sexual, nos retornos à natureza, no ecologismo ambiental, nos realces do pêlo, da pele, dos humores e dos odores, isto é, em tudo o que lembre o lado animal no ser humano. Uma “selvagemização” da vida! Eis o paradoxo essencial da pós-modernidade, colocando em cena a origem, a fonte, o primitivo e o bárbaro. A fidelidade às fontes (origens) é, assim, fórmula de futuro, redinamizando, de uma maneira nem sempre consciente, um corpo social um tanto envelhecido. Neste sentido, o tribalismo é a expressão de um enraizamento dinâmico (Maffesoli, 2007, p.99).

Posto isso, é possível compreender a dificuldade na definição do conceito de identidade, principalmente porque ainda existe outro fator relevante a ser considerado. Quando, de forma exclusiva, um cidadão sente que poderá ser desprezado pelos demais na sociedade em que está inserido por conta da sua evidente diferente condição identitária, é necessário supor que ele vá utilizar ferramentas de enfrentamento como citado acima, ou de defesa. Cita-se defesa no intuito de afirmar que o cidadão excluído pode esconder a sua diferença e se camuflando entre os nativos para que não sofram consequências por conta da diferença.

Com o processo de globalização e mundialização, há uma mudança no entendimento de incluídos e excluídos, como também na problemática de se definir identidade. Sawaia (2001, p.25) afirma que o mundo

está menor, que há uma diminuição nas distâncias por conta da evolução tecnológica, que as barreiras físicas já não são um grande problema e que a mescla da cultura com a tecnologia possibilitam o conhecimento de culturas antes desconhecidas. O autor complementa dizendo que “a exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo”.

A questão do medo de não se sentir incluído surge nesse contexto de locais e imigrantes. De acordo com Kaplan (2013), é possível que se crie uma barreira entre os que já estão no lugar com os que acabaram de chegar e isso ocorre por medo. Seja o medo de se contaminar com o novo, com o diferente ou até a insegurança que os nativos sentem em uma possível perda do status social conquistado, prestígio que por ventura tenham na sociedade e, dessa forma, criam-se barreiras, muros sociais invisíveis que resultam em resistência ou resiliência.

Venturini (2009, p.216), ao abordar o conceito de identidade de maneira mais pelo viés do estrangeiro, coloca que aquilo que parece simples e descomplicado pode se mostrar justamente o contrário no dia a dia de um cidadão que chegou há pouco. O autor ainda faz questão de contar a história de uma senhora ucraniana, para apresentar seu ponto de vista sobre a definição da identidade:

A cidade da senhora ucraniana é bastante decente, se desenvolve essencialmente no interior das casas, permite conhecer profundamente a maneira de viver dos italianos. Para ela, porém, esta experiência constitui apenas um parêntese, longo e doloroso, não chega a ser uma mudança. Fala-se pouco italiano, fala-se muito mais em russo. E embora alguma coisa desse mundo penetre nela, a identidade cultural e étnica é preservada, talvez reforçada. O mapa de sua cidade não é amplo, todos os lugares ficam relativamente perto e todos reportam à sua terra de origem, como uma gigantesca rodoviária que junta duas partes da cidade, as duas ucranianas, distantes entre si milhares de quilômetros. É uma cidade virtual e real ao mesmo tempo, feita de linhas telefônicas, de meios de transporte, de troca ininterrupta de mercadorias.

Para Penna (2007, p. 2) a “ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como a divisão entre “locais” (insiders) e “forasteiros” (outsiders)”. Ainda para o autor, o forasteiro não precisa descumprir alguma regra social estabelecida, mas pelo simples fato de não pertencer àquele local desde sempre e este será, por muito ou pouco tempo, considerado como de fora pelos locais. Em uma sociedade estabelecida que se depara com um enfrentamento de algo externo, é comum ocorrer um maior apontamento dos tidos como diferentes. Isso acontece, de acordo com Modood (2013), pelo fato de uma pessoa não estar integrada e não ser considerada da tal sociedade estabelecida. A construção social da identidade acontece quando há uma tentativa de igualdade entre os cidadãos da sociedade, sejam eles de onde forem.

Uma pessoa é integrada, por exemplo, no mercado de trabalho quando: (i) goza de igualdade de acesso ao emprego e à carreira; (ii) tem acesso à educação e à capacitação necessária para concorrer a esses empregos; e (iii) o mercado de trabalho não é segmentado em diversas partes com remunerações e condições de trabalho drasticamente distintas para pessoas com qualificações e experiência substancialmente semelhantes (Modood, 2013, p.419).

Por isso, ainda para Modood (2013), essa tal integração só acontece quando existe uma sociedade mais igual, que permite que todas as pessoas nela contidas tenham as mesmas igualdades de oportunidades. Ainda para o autor, quando há um desvio ou um direcionamento atrelado a critérios como a raça e a etnia, tal sociedade não é igual e ainda está demasiadamente preocupada com a identidade do indivíduo.

Porém tal integração nem sempre ocorre de maneira tranquila e pacífica, como afirma Agier (2001, p. 22) quando expõe que ocorreram conflitos sociais em todo o mundo a partir dos anos de 1970, “em conflitos políticos, fundiários ou urbanos, movimentos identitários (étnicos, religiosos, locais etc.) inventam-se a si mesmos ao mesmo tempo que expõem sua “identidade cultural” como fonte de legitimação em face dos outros ou do Estado”. Para o autor é necessário compreender a “contradição constante entre identidade e cultura”, já que a identidade poderá, posterior a um tempo ou momento, ser ultrapassada, esquecida e a cultura jamais passará por esse problema, pois foi alterada e vivida de maneira profunda.

Essas identidades entram no âmbito (não necessariamente sem ambiguidades ou de forma discreta) de “raça”, etnia, religião, cultura e nacionalidade como variadas formas de diferença. Indubitavelmente, algumas são classificadas ou separadas por gênero de formas específicas ou generalizáveis, mas o ponto importante de onde tudo flui é que essas identidades não podem ser reduzidas a questões socioeconômicas ou “objetivas” em termos sociológicos clássicos; as identidades implicam subjetividade e agência (Modood, 2013, p.422).

Para tratar sobre identidade é importante citar Hall (2006, p.50), que afirma que o processo de construção da identidade e da cultura nacional passa por aspectos palpáveis e outros que estão na imaginação dos indivíduos. Para o autor, dentro da definição de cultura nacional é importante e necessário perceber e incluir os símbolos e representações, pois “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”. O autor ainda reforça a ideia de que na modernidade onde estamos, a identidade cultural dos indivíduos é baseada na cultura nacional de onde eles vêm pois, quando precisam se declarar e dizer de onde vêm utilizam seu país como referência, por exemplo: somos brasileiros.

As identidades nacionais não são nem genéticas nem hereditárias, ao contrário, são formadas e transformadas no interior de uma representação. Uma nação é, nesse processo formador de uma identidade, uma comunidade simbólica em um sistema de representação cultural. E a cultura nacional é um discurso, ou modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto as ações quanto as concepções que temos de nós mesmos (Miranda, 2000, p.82).

Para Miranda (2000), o movimento de globalização não está conseguindo tornar homogêneas as culturas e as identidades, aliás para o autor está acontecendo justamente o contrário, já que em diferentes locais e países o que se percebe é uma resistência muito grande para quem tenta tornar todos iguais e uniformes. Essa resistência não vem acontecendo na economia, já na cultura e em outros campos sim. Isso não ocorre somente em países em desenvolvimento e para o autor essa tendência pode ser percebida em

países desenvolvidos, de primeiro mundo, que sugerem uma tendência de preservar a identidade nacional, cultura local e até na questão do idioma.

Quando Bauman (1999, p.8), ao falar e explanar sobre o tema diz “a globalização tanto divide como une; divide enquanto une - e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo”, o autor tem suas razões, pois ao abordar o assunto traz evidências e continua “junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo “localizador”, de fixação no espaço”. Ainda de acordo com o autor, o significado da palavra globalização é entendido e pode ser interpretado de diferentes formas, para uns pode significar liberdade, para outros prisão. Enquanto alguns cidadãos podem pensar o conceito como sendo global, outros podem encará-lo como local e mover-se pode ser a coisa mais importante do que o autor chama de “tempos modernos ou pós-modernos”.

Se a identidade cultural experimenta hoje tamanha presença — tanto no domínio político global e local, como nos destinos individuais —, isso ocorre porque ela reúne duas exacerbações contemporâneas, na identidade e na cultura, que acabam por se encontrar. Por um lado, a exacerbação do caráter *reflexivo* da identidade, pois vivemos em meio a uma diversidade cada vez maior em termos de contatos, diferenças e disputas que colocam cada um de nós diante dos outros individualmente e sem comunidade de pertencimento fixo, exclusivo ou definitivo (Agier, 2001, p.23).

Existe, para além do desconforto que a globalização causa, um debate e uma vontade em manter identidades locais e culturais e a obrigação de deixar o local e se tornar global. Contradições à parte, Bauman (1999, p.8) afirma que “as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam”.

Também é necessário incluir o conceito de lugar e não lugar no processo de globalização. Quando Sá (2014, p.211) cita Marc Augé diz que “a pergunta que parece estar sempre subjacente ao pensamento de Augé é saber de que forma os “não lugares” podem provocar uma perda de nós mesmos como grupo e sociedade, prevalecendo agora apenas o indivíduo ‘solitário’”. A autora complementa a ideia de Augé explicando que ele apresenta três tipos e variáveis de alteridade, “social (diferença de sexo, idade, classe social etc.), íntima (aquilo que cada um consegue fazer de si próprio) e completa (o estrangeiro, entendido como o inimigo)”. Faz-se necessário compreender que as identidades culturais são mutáveis e não deveriam ser entendidas como definidas e imutáveis.

Sendo as identidades culturais socialmente construídas, e, portanto, múltiplas e contingentes, mutáveis e contextuais, por que as concepções hoje mais difundidas e socialmente atuantes demonstram uma forte propensão para entendê-las como essências, sejam essas “sociais”, “meta-sociais”, sejam mesmo “metafísicas”? Por que se tende a conceber as identidades culturais como rígidas e estanques, projetando-as, com esta configuração de sentido, na própria dinâmica social? (Da Costa, 2002, p.16).

Ao mesmo tempo em que, no processo de globalização, há uma integração dos espaços e territórios, também ocorre, segundo Bauman (1999, p.9) “a progressiva separação e exclusão”. E aqui surgem os

movimentos sociais e posteriormente as organizações que visam auxiliar os excluídos do sistema, as vítimas e os segregados que, por força de um movimento tão forte e intenso como a globalização, são atropelados e privados da liberdade de escolha.

Para Sá (2014, p.211) a globalização transformou o mundo em um grande “não lugar”, onde pessoas vão e vem em grande número, onde há uma circulação constante e onde as pessoas se baseiam nas imagens para buscar entendimento. A autora afirma que esses processos, circulação e globalização, “transformam o mundo em um espectáculo com o qual mantemos relações a partir das imagens, transformando-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte”. Ao mesmo tempo em que o mundo é de todos, ele não é de absolutamente ninguém.

Movimentos sociais, ativismos e organizações de setores das sociedades sempre existiram com objetivos contextualizados, estruturados segundo demandas locais e condições relativas às realidades históricas de cada época e lugar. Em suma, mais cedo ou mais tarde, com mais ou menos intensidade, desde o início do sistema de Estados (se considerarmos o aperfeiçoamento da representação e divisão de poderes, que só começa a partir da Revolução Gloriosa inglesa e demora mais de um século e mais uma grande revolução para ser introduzida no continente europeu), formas desestatizadas de organização de interesses surgiam paralelamente aos Estados e ainda assim eles “venceram” como modelos institucionais privilegiados (Tostes, 2004, p.46).

Diversos autores convergem para um olhar crítico e de ataque ao movimento de globalização. Seja porque ele é agressivo, seja porque ele deixa os envolvidos no processo sem poder de decisão ou escolha. Giddens (2000, p.19) é enfático ao afirmar que “vivemos num mundo de transformações, que afectam quase tudo o que fazemos. Para o melhor ou para o pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir em nós”.

É claro e evidente que somos resultado do processo de globalização, que ele nos guia. Não é possível se distanciar de um acontecimento que rege a vida da humanidade moderna, que permite o ir e vir de forma mais rápida e efetiva, a urgência do agora sendo suportada pelo aparato tecnológico existente, uma relação diferente com a noção espacial, com o referencial de tempo entre outras condições que globalização nos impõe.

As condições contemporâneas de interdependência e globalização não trouxeram necessariamente uma agregação pacífica ou uma integração solidária entre as culturas e os diversos sistemas econômicos. Assim, podemos dizer que o que há de novo é que esse aumento das interconexões e influências recíprocas no âmbito da convivência internacional extrapolou o setor da economia, principalmente na última década, com a aceleração e facilitação do acesso às novas tecnologias e da microinformática, atingindo assim amplos setores da vida social e penetrando o cotidiano das relações pessoais: ajudando a construir preferências e intervindo nos comportamentos sociais – não apenas afetando as grandes relações de poder e a política, mas com certeza, afetando micro relações de intimidade, de conformação de opiniões e de identidades transnacionais a partir da facilitação de associações e relações interpessoais, por conta da ampliação do acesso à informação e à comunicação (Tostes, 2004, p.48).

Há uma intenção em encontrar culpados pela desordem mundial e isso é natural. Claro que o sofrimento de milhares de pessoas não pode, e nem deve, ser ignorado. Porém é necessário ter senso crítico para perceber que não é possível apontar culpados e responsáveis por um único viés. Primeiro pode-se partir do ponto em que o resultado de um processo, mesmo que danoso para alguns, pode ser valioso para muitos e se faz necessário pesar a balança e tentar perceber qual lado abaixa mais. Dizer que a globalização é uma tragédia, além de irresponsável, é jogar os avanços econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e comunicacionais no lixo, sem dar chance de defesa para um movimento forte e intenso que pode, de certo modo, ter trazido um grande contributo para a população mundial.

Porém a contradição moderna se sustenta na ideia de que o mundo está mais igual, no sentido de global e homogêneo e não financeiro, mas o que se nota com certa frequência é a intenção, da sociedade (leia-se elite financeira) ou da mídia, de ressaltar as diferenças entre nações, povos e sociedades.

As elites criam um “estilo de vida” que é semelhante em todo o mundo, assim como são semelhantes os espaços por elas habitados: hotéis internacionais com decoração e design igual em todo o planeta, salas vip de aeroportos, restaurantes, condomínios fechados etc. Há um “estilo de vida” associado a esses espaços que passa pela utilização de certos objetos, roupas, preocupações: o uso do computador portátil em viagens, a prática do jogging, a dieta, a combinação de trajes sociais e roupas esportivas etc. Tudo isso são símbolos de uma cultura internacional, sem ligação com uma sociedade específica. Assiste-se à criação de um “espaço internacional” localizado no centro das grandes cidades, segregado (pelo preço e segurança), homogêneo e sem raízes culturais. Estamos diante de um espaço desenraizado, virtual, apropriado por um conjunto de indivíduos também eles desenraizados (Sá, 2014, p.221).

Contraditório e conflituoso, mas não difícil de entender as motivações para isso. A ideia de homogeneização planetária parece não ter levado em conta o fato de que o local pode, por vezes, superar o global. Manter hábitos, fomentar a cultura local e dinamizá-la pode contribuir para um novo nacionalismo, uma construção de muros anti-globalização. Ao mesmo tempo em que o mundo ficou menor, muitos grupos de pessoas não se sentem inseridos e identificados com o espaço em que habitam, com especial atenção para os imigrantes. O grande interesse econômico e financeiro se restringe a investimentos transitórios, passageiros e mantém pouco ou nenhum interesse no que acontece na sociedade de forma profunda. É a valorização do consumo pelo consumo e não das transformações sociais que decorrem por conta do consumo.

Os pontos de contato e de conflito entre essas duas abordagens, que partem de lógicas, pressupostos e comunidades científicas muito diferentes, certamente giram em torno da noção de espaço: é semelhante o que Castells chama de “espaço dos lugares” e Augé de “lugares antropológicos”, onde a experiência dos indivíduos está vinculada aos espaços que eles percorrem e habitam, a sua cultura, a sua história. Quanto à ideia de “espaços de fluxos” e de “não lugar”, as semelhanças não são tão evidentes. Quando Castells se refere ao “espaço dos fluxos”, define-o não só como um espaço geográfico ligado às Novas Tecnologias de Informação (nti) e à globalização, mas também como um espaço social de uma elite dirigente, ligado ao poder e à riqueza. Essa relação entre espaço geográfico e classe social não é tão clara em Marc Augé, pois não há sempre uma classe específica ou grupo social associado aos “não lugares”. No entanto, em Letempsen ruines, Augé, referindo-se a uma arquitetura que chamou de “singularidades 14 e dos não lugares”, associou-a a uma minoria rica esclarecida (Sá, 2014, pp.221-222).

Para Lipovetsky e Charles (2011) ocorre que nos tornamos uma sociedade baseada no excesso, no exagero. Tudo acontece de forma rápida e quase instantânea, o mundo é um grande supermercado onde quem tem dinheiro e condições compra e se mantém na vanguarda e os que não têm são marginalizados, são colocados de lado. Quem pode no sentido financeiro está automaticamente inserido e quem não consegue acompanhar essa corrida, automaticamente excluído. No meio da desordem que a pressa é capaz de causar, os autores afirmam ainda que tudo é gigantesco, desde a internet e suas infinitas possibilidades até o turismo e a quantidade descontrolada de pessoas circulando pelo planeta, chegando nas cidades e aglomerações sociais dentro de um contexto urbano. São cidades enormes, estranguladas por uma malha viária insustentável e que não acompanha a oferta de novos veículos de locomoção, que não conseguem sequer gerir o lixo que é produzido, chegando também na questão da segurança e do terrorismo, que esbarra na problemática dos refugiados que chegam ao território europeu aos milhões.

Para lutar contra o terrorismo e contra a criminalização já se instalaram nas ruas, nos centros comerciais, nos transportes colectivos, nas empresas, milhões de câmaras, de meios electrónicos de vigilância e de identificação de cidadãos: ao substituir-se à antiga sociedade disciplinar-totalitária, a sociedade hipervigilante está em marcha. A escalada parasítica do «sempre mais» imiscui-se em todas as esferas do conjunto colectivo (Lipovetsky & Charles, 2011, pp.57-58).

Ainda que a visão dos autores seja pessimista em relação ao modo e as consequências de se viver em uma sociedade globalizada, não se pode descartar o pensamento contundente deles. Conforme Lipovetsky e Charles (2011, pp.58-59) avançam em suas teorias, deixam claro uma sociedade egoísta e que superestima a preocupação individual conta com uma crescente quantidade de doenças e síndromes que nascem, justamente, desse individualismo e egoísmo. Afirmam ainda que as “operações de normalização técnica e de afastamento social, a idade hipermoderna produz no mesmo movimento a ordem e a desordem, a independência e a dependência subjectiva, a moderação e o excesso”.

Novamente é possível perceber que a hipermodernidade, relatada e olhada pelos autores, é contraditória, é construída em preceitos de igualdade e desigualdade, de liberdade e de controle, de progresso e olhar para o futuro misturado com manter o passado e valorizar o antigo. Os pesquisadores deixam explícita a ideia de que os cidadãos do século XXI estão perdidos em meio a tantas mudanças e alterações sociais de forma rápida e urgente.

São muitas as perturbações que convidam a examinar um pouco mais de perto o regime do tempo social que governa a época. O passado ressurge. As inquietudes do futuro substituem a mística do progresso. O presente ganha uma importância crescente sob o efeito do desenvolvimento dos mercados financeiros, das técnicas electrónicas de informação, dos costumes individualistas e do tempo livre. Por todo o lado, a velocidade das operações e das mudanças acelera-se, o tempo falta e torna-se um problema ao impor-se no centro de novos conflitos sociais. Tempo de escolha, horários flexíveis, tempo de lazer, dos jovens, da terceira e quarta idade: a hipermodernidade multiplicou as temporalidades divergentes. Às desregulações do neocapitalismo corresponde uma enorme desregulação e individualização do tempo. Enquanto o culto do presente se manifesta com uma pregnância agravada, quais são os contornos exactos e que ligações estabelece com os outros eixos temporais? Como é que neste contexto se articula a relação com o futuro e com o passado? Será necessário reabrir o dossier da questão do tempo social, e este merece mais do que nunca a interrogação (Lipovetsky & Charles, 2011, p.61).

O mundo se tornou plural durante o processo de globalização, porém nunca o individual foi tão afetado pelo mesmo processo. Aceitar que diversas identidades habitem o mesmo contexto social se tornou um problema de ordem mundial de acordo com Lipovetsky e Charles (2011). Para eles, o trabalho realizado por marcas mundiais em tornar tudo parecido e mais igual, tem se mostrado ineficaz quando é priorizado o foco social e não econômico. Os cidadãos parecem ter se cansado de serem forçadamente direcionados para a homogeneidade e mostram-se relutantes em abrir mão do seu passado, sua história, cultura e identidade em prol de um mundo direcionado e dominado por uma minoria de acordo com os autores. Ainda para eles, as fronteiras imaginárias que se erguem nunca foram tão evidentes e perigosas, os nativos que contavam com garantias sociais se sentem ameaçados pelos estrangeiros que buscam melhores condições de vida. Primeiro, segundo e terceiro mundo nunca estiveram tão próximos e os direitos básicos garantidos em países desenvolvidos aos seus cidadãos, agora são reivindicados pelos recém chegados, que também querem usufruir de um Estado que oferece melhores condições de vida.

O que se percebe na Europa pós-moderna é exatamente isso. Os cidadãos europeus têm medo de perder os direitos e liberdades conquistadas em prol de proporcionar uma nova oportunidade para aqueles cidadãos que saem de regiões em conflito. Machado e Cardoso (2016, p.168) afirmam que “as manifestações de intransigência, xenofobia e inabilidade da União Européia e de vários cidadãos de nações européias diante dos migrantes sírios demonstram isso cabalmente”. A adaptação será dolorosa e difícil, pois em um mundo cada vez mais veloz e urgente, a imposição de culturas estabelecidas não é mais aceita de maneira pacífica, nem nunca foi. Os recém chegados trazem consigo uma bagagem que não será descartada, muito pelo contrário, quando estes estiverem em maior quantidade há uma “tendência democrática por imposição de forçar o desejo da maioria” e ter isso como verdade. Certo ou errado, está constatado e evidenciado que conflitos surgirão daí e talvez a paz ocidental seja colocada em cheque.

As metáforas de transformação devem fazer pelo menos duas coisas. Elas nos permitem imaginar o que aconteceria se os valores culturais predominantes fossem questionados e transformados, se as velhas hierarquias sociais fossem derrubadas, se os velhos padrões e normas desaparecessem ou fossem consumidos em um “festival de revolução”, e novos significados e valores, novas configurações socioculturais, começassem a surgir. Contudo, tais metáforas devem possuir também um valor analítico. Devem fornecer meios de pensarmos as relações entre os domínios social e simbólico nesse processo de transformação. Essa questão de como “pensar”, de forma “não-reducionista”, as relações entre “o social” e “o simbólico” mantém a questão paradigmática da teoria da cultura - pelo menos em todas as teorias culturais (e nos teóricos) que não se resignaram a um formalismo elegante e vazio (Hall, 2003, pp.219-220).

Percebe-se que as transformações sociais, mesmo quando pensadas de maneira comparadas, trazem consigo perturbações e incômodos aos cidadãos envolvidos neste processo. Quando um paradigma está em vias de ser quebrado ou alterado, ele não acontece de maneira ordeira e pacífica e é questionado, enfrentado e reclamado por diversos setores da sociedade. A revolução à qual o autor se refere não pode ser entendida como algo que acontece de maneira tranquila e sossegada, muito pelo contrário.

Olhando para o momento na Europa onde a crise dos refugiados parece não ter fim, pode-se perceber que diversos paradigmas estão no caminho de serem quebrados. A sociedade estabelecida não pretende acatar as mudanças causadas pela chegada em massa de imigrantes, seja o aumento do desemprego e da violência, ou até mesmo da implantação de costumes e crenças diferentes das já estabelecidas.

As metáforas clássicas de transformação modelam-se pelo “momento revolucionário”. Temos como “festival de revolução” pertencem a uma família de metáforas extremamente significante historicamente para o imaginário radical. Essas metáforas concebem o social, o simbólico ou o cultural como se fossem costurados um ao outro por uma correspondência rudimentar; de tal forma que, quando as hierarquias sociais são derrubadas, uma inversão dos valores e símbolos culturais tem que acontecer, mais cedo ou mais tarde. “As idéias da classe dominante em todas as épocas são as idéias dominantes”, escreveu Marx em uma passagem famosa (ou, quem sabe, infame): “...ou seja, a classe que constitui a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante.” A transformação aqui é caracteristicamente “pensada” em termos de uma inversão e uma substituição. Quando a classe que “nada tem a perder senão seus grilhões” derruba a classe “que monopoliza os meios de vida material e mental”, também derruba e substitui idéias e valores em um surto de transvalorização cultural. Esta é a imagem do “mundo de cabeça para baixo”; da “moral deles e a nossa” de Trotsky; das “visões de mundo” mutuamente excludentes das culturas de classes antagônicas, tão teatralmente contrapostas por críticos como Lukács e Goldman, que tem governado as metáforas clássicas de transformação (Hall, 2003, p.220).

No caso entre Brasil e Portugal, ainda existe a questão do colonizado e do colonizador que é muito presente como afirma Pontes (2004). A ideia de que os brasileiros que chegam a Portugal são “da colônia” parece sobreviver ao tempo e permanece a ideia de haver uma dependência do primeiro pelo segundo. Quando se pensa na identidade dos brasileiros que residem em Portugal e na influência do país europeu em relação à cultura e aos costumes sobre o país sul-americano, pode-se perceber os conflitos e divergências existentes. A distância entre os dois territórios, a questão histórica, educacional, política, social e econômica influencia as relações mesmo com mais de 500 anos de história entre as duas nações.

Não são poucos os casos relatados de xenofobia, preconceito e diferenças evidenciadas entre portugueses e brasileiros. Tal é compreensível, com base no que os autores afirmam, como Malheiros (2007) por exemplo. Porém não é aceitável que se perpetue e se alimente tais sentimentos entre os povos. Longe de

tentar fazer um discurso de paz e amor simples e sem base, é compreensível que com a diminuição da distância entre Brasil e Portugal, viabilizada pela globalização, e a chegada de tantos brasileiros no país europeu, as diferenças fiquem evidentes e o sentimento de ameaça pelos nativos em relação aos forasteiros seja mal interpretado. Com o passar do tempo os casos de preconceito e xenofobia tendem a diminuir, já que a convivência proporciona o conhecimento e aceitação de diferentes culturas. Os laços afetivos surgem e assim aquilo que causava desconforto entre os diferentes, começa a ser entendido como algo interessante e bom, não que o contrário também não possa acontecer. É cíclico, é mutável e não segue regras.

Malheiros (2007, p.126) afirma que “o estereótipo da prostituição também gera uma marca de hostilidade entre as próprias mulheres, brasileiras e portuguesas e, mesmo, nas brasileiras entre si”. Tal fato não pode e nem deve ser ignorado, bem como pode ser facilmente explicado já que no começo da migração de brasileiros para Portugal, no início da década de 1980, havia um grande número de mulheres que quando chegavam no país europeu e não encontravam trabalho, optavam por vender o corpo, criando esse estigma que perdura por anos. Histórias de preconceito e até de tráfico internacional de mulheres brasileiras que chegavam à Europa para serem exploradas sexualmente são verdadeiras e povoam o imaginário da população portuguesa, algo que hoje já começa a se reverter pelo combate e forças tarefa dos governos dos dois países através do trabalho de ONG's (Organizações Não Governamentais), fóruns, palestras e debates.

Quando a realidade é mais próxima, pode-se entender e perceber com mais clareza. Falar dos refugiados sírios, fora do contexto entre Portugal e Brasil, que saem de uma região em guerra no mundo para países da Europa também distantes da realidade dos cidadãos portugueses e brasileiros, parece não aproximar o problema e dificultar a noção da realidade. Porém, quando se fala do sentimento entre os dois países, é possível haver um melhor entendimento e percepção da realidade, pois faz parte do contexto e está mais próximo. Vários são os fatores que ajudam a explicar o preconceito e o distanciamento entre brasileiros e portugueses, já que os primeiros são taxados, já no aeroporto, de colonizados. Só essa imagem pode levar anos para ser desconstruída e talvez nunca será, pois durante muito tempo os portugueses foram os que tiraram do Brasil e dos brasileiros sua riqueza e mantiveram uma cultura de exploração, geradora de conflitos.

Perante este quadro, podemos afirmar que as ligações entre Portugal e o Brasil têm sido complexas, influenciando, inevitavelmente, os processos de construção das relações e das imagens recíprocas. A história faz com que os dois países estejam muito ligados, mas origina também muitas diferenças e várias tensões. Por exemplo, em que é que um Brasileiro de raízes italianas se sente próximo de Portugal? Esta complexidade e a contínua mudança das relações de força entre os dois grupos (colonização, imigração, emigração, etc.) têm afectado as representações que estes possuem, quer relativamente ao outro, quer sobre si mesmos. As representações mudam no espaço e no tempo mas veiculam estereótipos e “tradições”. A história (sempre irregular ao nível social e das relações de poder) entre os dois grupos influencia imenso a interacção entre eles. Em geral, observa-se que o contacto de duas culturas diferentes, nomeadamente no âmbito de um processo de imigração económica em que o grupo que comanda a economia impõe também a sua cultura ao grupo imigrado [...]. Contudo, esta situação não parece ser completamente válida no caso da imigração brasileira para Portugal, uma vez que os Brasileiros têm um lugar específico na sociedade portuguesa e, apesar da vulnerabilidade acrescida que está sempre associada à sua situação de imigrante, dispõem de instrumentos de defesa que tiram partido da proximidade histórica, linguística e muitas vezes socioeconómica, relativamente aos Portugueses. O processo de aculturação parece, pois, modificado neste caso (Malheiros, 2007, p.161).

Apesar das dificuldades e dos pré-conceitos existentes, é possível afirmar que a situação da sociedade portuguesa em relação à chegada de brasileiros é diferente. Há uma ligação histórica, mas também existe a ligação familiar, que é muito mais forte. Muitos cidadãos portugueses têm familiares no território brasileiro e a cultura do Brasil não pode ser considerada desconhecida em Portugal. Além das relações pessoais, a influência da mídia brasileira em Portugal é grande e as telenovelas tão apreciadas em terras lusitanas são mais do que um elo, são como chaves que abrem portas para os brasileiros que residem em Portugal serem melhor acolhidos.

Após analisar os conceitos e cruzar informações entre Brasil e Portugal, não é difícil perceber que entre os dois países há uma relação diferente e menos impactante do que, por exemplo, os refugiados sírios que chegam na Alemanha. Primeiro porque os cidadãos brasileiros que atualmente saem do país não fogem de uma guerra e encontram um “país irmão” com portas abertas, um Portugal que conhece e reconhece a língua e os costumes dos recém chegados.

É sabido que os processos identitários são construídos em dinâmicas contrastivas, e que a definição de um “nós” coletivo pressupõe distinções em relação ao “outro” coletivo. Embora a definição de uma identidade exorcizada entre os imigrantes brasileiros resulte num processo de escalonamento entre as brasilidades atribuídas - isto é, alguém é sempre mais ou menos brasileiro que outro - que, de certa forma, dissolve o “nós” coletivo em uma hierarquia de alteridades, é fato que do outro lado da equação, o lado do “outro” coletivo, está o Português. Da mesma forma que existe uma imaginação retificada de uma essência exotizada brasileira, existe a reificação de uma essência portuguesa, mediada por imagens preconceituosas e, de certa forma, ressentidas (Machado, 2003). Na prática cotidiana, também esta imagem do Português será hierarquizada: ou seja, Portugueses podem ser mais ou menos portugueses. Menos português é sempre aquele que é amigo de Brasileiros, convive em algumas das redes e está longe do “Português reificado” (Malheiros, 2007, p.176).

Contrastes e diferenças, duas palavras que são exageradamente utilizadas quando se pretende comentar de algo ou alguém de fora que tenta, ou está inserido em uma sociedade estabelecida. Há sempre que se considerar o outro lado, evitar julgamentos precipitados que possam influenciar negativamente no estudo e obtenção de dados. Enquanto se faz necessário evidenciar o que aproxima os dois povos, é necessário ter discernimento e paciência para entender e perceber que na construção dessa relação entre Brasil e Portugal, por vezes, são as diferenças que possibilitam a aproximação. Como afirma Cardoso (2015,

p.5): “Português ou brasileiro? – Este questionamento, longe de estar restrito à esfera de estrutura linguística, traz à tona discussão que perpassa âmbitos ideológico, cultural, diplomático, histórico e político”. Para o autor, apesar de haver entre o Brasil e Portugal essa dicotomia, antagonismos que fazem parte da história das duas nações.

Pretender uma sociedade igual pode ser o desejado, porém deve-se saber que em um mundo encaminhado para a homogeneidade, o diferente será evidenciado cada vez mais. Identidade, cultura e sociedade são coisas distintas, mas que caminham lado a lado e não se pode definir uma sem a outra. Não é possível tratar da identidade sem levar em consideração os aspectos culturais, bem como não se pode falar de cultura sem inseri-la em um contexto de sociedade e ao falar de sociedade a identidade surge. Conceitos interligados que possibilitam o entendimento do outro, do diferente na sociedade estabelecida. Analisando e se aprofundando é possível perceber que os forasteiros, definidos por Elias (2003), trazem com eles bagagens multiculturais que fazem a sociedade caminhar, sair do estado pleno de conforto e se deparar com aquilo que a globalização mais sabe fazer que é colocar o diferente em evidência, misturar culturas e sociedades, possibilitar a chegada do novo e forçar uma evolução.

Não é possível voltar atrás com o processo de globalização, é daqui para frente e não para trás, porém não se pode esquecer o que fez o mundo moderno, ou hipermoderno como alguns autores defendem, chegar aonde chegou. Olhar para o passado pode nos fazer perceber o futuro e aceitar que o novo chega com cada vez mais força e velocidade sem, muitas vezes, respeitar o tempo para que “o novo” seja digerido e aceito pela sociedade estabelecida. Talvez o contraditório seja o guião para o mundo que se assenta na modernidade, mas se a sociedade terá sabedoria, paciência e entendimento é uma outra questão. O novo gera incertezas e as crises migratórias mundiais estão aí para evidenciar e provar isso.

5. ESTRATÉGIAS DE ACULTURAÇÃO

Alguns autores tratam da globalização como um fenômeno incoerente, como é o caso de do Carmo, Melo e Blanes (2008) que afirmam que a elasticidade dos acontecimentos no contexto da globalização é capaz de projetar o indivíduo para qualquer lugar do mundo sem que ele tenha a necessidade de sair do seu quarto. Graças ao enorme fluxo de informação que se cruza e com o auxílio das novas tecnologias (internet por exemplo), é possível dar a volta ao mundo através da tela de um computador, desde que este esteja ligado e tenha acesso à web. Ainda para os autores, as cidades se tornaram amontoados urbanos quando olhadas de cima, porém nas suas entranhas há uma disformidade, mesmo que siga um padrão mundial.

Ramos (2015, p.10) afirma que um dos resultados efetivos da globalização é o fluxo migratório intenso e a consequente multiculturalidade em grandes centros urbanos do planeta. Cidadãos de diferentes nações são colocados para viver em um mesmo contexto, cada qual com sua bagagem histórica, cultural, social e política, ocasionando, por vezes, conflitos. A convivência, o dia a dia e o compartilhamento de espaços públicos por pessoas tão diferentes é realidade, e é importante e necessário um esforço dos Estados para promover e adotar práticas que visam informar e trazer para o conhecimento dos cidadãos nativos o que os recém chegados trazem de novo. O autor ainda complementa dizendo que “na atualidade, segundo dados das Nações Unidas, uma, em cada trinta e cinco pessoas, é migrante internacional, constatando-se que, perto de 200 milhões de pessoas, vivem, hoje, fora dos seus países de origem, migrando essencialmente para as cidades”.

A comunicação intercultural, caracterizada pelo diálogo entre culturas diferentes que convivem em um mesmo espaço, ganha cada vez mais importância na sociedade contemporânea globalizada. Uma das características da globalização atual é o aumento do fluxo de pessoas. Lamentavelmente, esse fluxo não tem sido acompanhado de políticas que beneficiam os imigrantes em áreas relacionadas à saúde, à educação e a oportunidades de trabalho, o que os coloca em posições isoladas e negligenciadas nos diferentes destinos que escolhem para continuar suas vidas fora do país de origem (Soliz & Serrato, 2015, p.68).

Os agentes públicos, de acordo com Ramos (2015), tentam encontrar formas de gerir a diversidade cultural e amenizar o impacto da chegada de cidadãos estrangeiros, já que onde há uma maior concentração de pessoas, geralmente nas cidades, é onde fica latente e aparente, onde se aproximam e se distanciam as igualdades e diferenças. A mesma cidade que acolhe é a que discrimina, o mesmo espaço que pode ser sinônimo de liberdade, é o que pode mais oprimir. Para o autor, é importante haver uma estratégia, novos modelos e políticas que promovam o diálogo intercultural.

Uma vida urbana mais intensa, resultado do processo de êxodo rural, fez com que, de acordo com do Carmo, Melo e Blanes (2008), o indivíduo estivesse no centro de todas as relações e, sendo assim, este cidadão tende a querer fugir dessa centralidade buscando um isolamento social, uma busca por sua individualidade.

Perante a densidade populacional e relacional, o indivíduo autonomiza-se face a uma série de vínculos tradicionais específicos da vida aldeã: por exemplo, a vinculação a um «nós» comunitário a partir do qual se partilhava a mesma visão do mundo, o mesmo sistema de valores e os mesmos códigos linguísticos e simbólicos.

Na grande cidade, o sujeito desprende-se da maior parte desses vínculos, mas, em contrapartida, conquistou a condição para se individualizar e para se descomprometer de uma fidelidade relacional com o «outro», seja ele o vizinho, o transeunte ou o colega de trabalho. [...], tende a generalizar-se e a naturalizar-se uma série de atitudes de *indiferença* ou de *reserva* face ao «outro» que se encontra fisicamente próximo. A maior parte das relações passam a ser mediadas por um espírito de cariz calculista que tende a agir de modo racional (do Carmo, Melo & Blanes, 2008, pp.29-30).

Quando a vida de cidadãos estrangeiros residentes em um contexto fora do seu país de origem está no centro do debate, se faz necessário evidenciar o que Bauman (2009) e Ramos (2013, p.347) chamam de “Outro”. Para o autor, “o Outro poderá ser visto como alguém a tolerar, como um sujeito pleno de um grupo social, como uma fonte social ou cultural positiva [...], ou como ameaça e fonte do mal e, conseqüentemente, um sujeito a excluir, a discriminar ou a eliminar”.

A memória dos povos é importante porque lhes dá significado e sentido de vida. No entanto, em algum momento o imigrante muda de sistema social e de significados culturais, fazendo com que a memória social não tenha eco no seu novo entorno. Essa situação pode provocar um isolamento do indivíduo por temores sociais como a rejeição e a discriminação, mas, por outro lado, em um sistema ideal de canais de comunicação e administração de mecanismos de inserção para os imigrantes, os indivíduos poderiam vivenciar uma transição positiva que permitisse conservar sua identidade sem perder a oportunidade de mudança em um novo contexto (Soliz & Serrato, 2015, p.68).

Para Costa e Carvalho (2015), existem formas possíveis de se amenizar, compreender e solucionar os problemas que podem, por conta das diferenças, acontecerem na tentativa de convivência entre cidadãos culturalmente tão diferentes. Para os autores, se faz necessário haver uma intervenção, uma promoção do diálogo e da cooperação com a participação de todos os envolvidos, tanto dos nativos quanto dos não nativos, para só assim se chegar no amadurecimento social, no fomento aos laços sociais, numa possível e esperada unidade social.

A diferença pode causar conflito e para Ramos (2015, p.12) isso se deve à piora e ao aumento na distância entre países que são extremamente desenvolvidos e ofertam uma vida mais segura e digna aos seus cidadãos e os países e nações pobres. “Atualmente, aproximadamente duas centenas de milhões de homens e mulheres são imigrantes legais ou ilegais e refugiados, crescendo esses fluxos a um ritmo mais rápido do que o crescimento da população mundial”. Há um aumento crescente no fluxo migratório mundial, bem como os problemas por ele ocasionados.

A diversidade cultural tem sido umas das principais fontes de conflito social nos últimos anos, notadamente movimentos sócio-políticos fundados na reconstrução de identidades culturais e em novas formulações das reivindicações das minorias “étnico-nacional” e “lingüístico-cultural”, em clara resistência às tendências etnocidas e genocidas do século XX. Nesse contexto, a aculturação – vale dizer, a cultura que modela a cognição e a conduta das pessoas – e os imperativos culturais devem ser considerados na análise das condutas normatizadas nas sociedades plurais (Leister, 2013, pp.1-2).

As implicações por conta da migração são enormes, como afirma Ramos (2015), ao apontar que há um abalo na estrutura social do Estado receptor por conta dos cidadãos que chegam. Seja pela diferença na língua, nas normas culturais e sociais que regem a sociedade entre tantas outras dessemelhanças, os imigrantes começam e tendem a desenvolver formas e maneiras de tentar se adaptar e agindo assim começam a resolver os problemas que surgem por conta de ser de fora daquela sociedade. Aqui nesse ponto, ainda para o autor, é onde o processo de aculturação pode ser problemático.

Para do Carmo, Melo e Blanes (2008, p.31), a habilidade que o indivíduo moderno carrega consigo de poder habitar diferentes lugares e de se relacionar com diferentes coletividades cria a imagem do estrangeiro. Um cidadão que ao mesmo tempo em que está em um lugar, em outro momento próximo pode estar em um outro, de um dia para o outro. Para os autores, o estrangeiro que entra na vida social de uma cidade, é participante do seu processo, mas em qualquer momento pode, de maneira abrupta, interromper sua participação e ir para um outro lugar, mesmo que tal decisão não exerça influência no seu direito de ir e vir. Por ser desapegado, é livre segundo os autores e assim “é visto como um *não-possuidor de terra* que, de certa maneira, não está preso a nenhum lugar”. Mesmo que seja uma morada provisória, conviver no contexto de uma cidade nova, uma cultura diferente da sua, exige o desenvolvimento de habilidades que podem facilitar a sua sobrevivência em um ambiente que não é o seu habitual.

Quando confrontado com a necessidade obrigatória de se aprender uma nova cultura, o imigrante começa a ter que fazer muitas escolhas e Ramos (2015, p.15) afirma que abandonar a cultura do país de origem é muito difícil e dolorida. Conviver com dois códigos culturais pode ser complexo, principalmente se estes forem de difícil compreensão e tenham contradições em que a mediação não seja facilitada ou possibilitada. É possível que haja inclusive “efeitos desorganizadores no comportamento e estarem na origem de distúrbios psicopatológicos, dificuldades de adaptação e estresse de aculturação”.

Entre as comunidades de imigrantes e de minorias étnicas, certos traços culturais, tais como, o grau de coesão familiar e do grupo, o apoio/suporte social, as redes de solidariedade grupal, o sentimento de pertença identitária e os valores religiosos e espirituais, são elementos protectores contra o isolamento, a doença mental e o estresse (Ramos, 2015, p. 15).

Vieira e Vieira (2015) trazem para o debate a ideia de que os imigrantes que pretendem obter sucesso e reconhecimento na nova sociedade em que estão inseridos, irão se confrontar entre abandonar a sua cultura de origem ou assumi-la, dessa forma passando a incluir no seu pensamento uma nova forma, a dominante da nova sociedade em que se encontra. Ao fazer isso, de acordo com os autores, o imigrante deixa de ser quem é para se tornar alguém que ainda não conhece, ou que não se reconhece. O resultado pode ser o silêncio, o receio de contar o seu passado, de onde veio e quais motivos foram decisivos para a tomada de decisão em deixar o país de origem.

Como se tornou um ser humano do mundo, para do Carmo, Melo e Blanes (2008, p.33) o indivíduo se mostra e aparenta estar sozinho no mundo, despido de seus vínculos sociais e sem uma ideia de pertencimento a uma comunidade. Também, para os autores, o cidadão não consegue se apoiar em instituições por estas estarem “supostamente em crise (a família, os sindicatos, os partidos, a comunidade local, etc.)”.

Aliado ao problema de ser de fora e ter que passar por um processo de adaptação já naturalmente difícil e complexo, Vieira e Vieira (2015) denominam o cidadão que pretende anular o seu passado e viver intensa e unicamente a nova de cultura de “oblato”. Quando confrontados optam por serem reservados e alimentam o medo de serem identificados como imigrantes, não pertencentes àquela cultura. Une-se a isso a xenofobia e os movimentos anti-imigração, têm-se um cidadão anulado e que renega seu passado. Porém, ainda para os autores, ocorre muito comumente que os filhos desses cidadãos queiram saber sua história e a vida dos seus antepassados, recorrendo e retornando aos seus países de origem em busca do entendimento e compreensão da sua história. Tendem a tentar reverter a ideia de insignificância aconselhada e propagada por seus pais.

O retorno à identidade de "valores" não deixa lugar para a alteridade e solidariedade, e na complexa sociedade multicultural, qualquer manifestação nacionalista ou segregacionista representa ameaça ao princípio da igualdade e ao conceito aplicado de liberdade. O reconhecimento e a aceitação de etnicidades, religiões, línguas e valores distintos são elementos da paisagem política do século XXI. E é o conceito de tolerância que tenta enfrentar tais questões (Leister, 2013, p.2).

Um dos processos que ajudam os imigrantes durante a tentativa de aculturação passa pela educação. Vieira e Vieira (2015, p.107) afirmam que o papel dos professores é muito latente quando se fala de aculturação e que eles são agentes poderosos, pois podem fomentar a compreensão, a integração no contexto escolar dos imigrantes e dos cidadãos locais. Para os autores, “é preciso colocar várias mentes a pensar coletivamente sobre as mesmas problemáticas, [...] sobre os incidentes que remetem para a ideia da diversidade cultural na sala de aula”.

Ainda para os autores existe “a necessidade de construção de novos dispositivos pedagógicos para a ação educativa”. Para isso eles afirmam utilizar livros, por exemplo, como ferramentas de aproximação e dizem “temos usado até o livro do Príncipezinho [o Pequeno Príncipe] para mostrar, [...] em que consiste o contacto intercultural e a transformação do self na viagem da vida: “Aqueles que passam por nós não vão sós; não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”.”

A diversidade cultural exige novos tipos de políticas públicas, reconhecedoras das demandas identitárias e, ao mesmo tempo, requer o fortalecimento da integração social no âmbito territorial interno. Como respeitar os costumes e tradições culturais, sobretudo das culturas minoritárias e em choque com os costumes da maioria?

A Declaração das Nações Unidas já se intitula universal e enumera, dentre os direitos básicos, o direito à vida, direito à liberdade, direito à proteção dos interesses morais e materiais, o direito de não ser submetido a maus-tratos, direito à liberdade de opinião e expressão, direito à segurança pessoal, direito à propriedade, direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Da mera enumeração dos direitos, a natureza universal é tida como evidente (Leister, 2013, p.2).

Ortiz (1999, p.80), “a modernidade-mundo carrega consigo um elemento diferenciador. Esta é a sua natureza. Isso significa que a mundialização é simultaneamente uma e diversa”. O autor explica que o “uma” diz respeito ao fato de ter alcance planetário e portanto não pode carregar uma assinatura, “modernidade japonesa” por exemplo. A mundialização é diversa no momento em que não influencia uma sociedade de maneira igual a outra, cada nação possui características próprias que fazem com que os acontecimentos sejam diferenciados.

A reafirmação de identidades particulares desafia os mecanismos de integração social e a verificação de autoconsciência nacional coletiva. É necessário reafirmar que as democracias nacionais presumem certo grau de homogeneidade cultural, ignorando, em nome da vontade geral, o desejo de autonomia e reconhecimento (Leister, 2013, p.7).

A pluralidade encontrada em democracias modernas, fomentada pela globalização, se contrapõe à utilização do termo multicultural e Requejo (1999, p.92) expõe a questão da utilização do termo multicultural quando pretende analisar as democracias modernas. Para o autor, o termo “multicultural” não parece o mais indicado para fazer tal análise, isso por conta do fato da questão multicultural ter abrangência sobre um número muito grande de termos e “é um conceito confuso em termos descritivos [...], necessário diferenciar entre os principais tipos de fenômenos “multiculturais” presentes em sociedades democráticas [...]”.

Porém para Ramos (2015, p.20), mesmo com a complexidade do fenômeno, tanto por ser novo quanto por ser confuso e não se enquadrar em pré-definições, a diversidade cultural dentro de um contexto urbano pode e deve ser explorada para trazer soluções sociais:

É importante saber gerir e explorar as possibilidades oferecidas pela diversidade cultural em nível urbano, promover o desenvolvimento psicossocial, económico e habitacional e melhorar a qualidade de vida, através de projectos de cooperação e de troca de boas práticas relativamente à gestão e planeamento, às actividades de mediação, às políticas sociais, educacionais e culturais aos media.

A complexidade do fenômeno da interculturalidade e da aculturação de imigrantes pede que haja, de acordo com Ramos (2015, p.21), um empenho de governos e autoridades da área pública para que seja promovido o diálogo e a interação social entre os atores sociais mais plurais e diferentes. A intenção de tal integração é “impedir o desenvolvimento de *ghettos* religiosos e étnico-culturais e a criar espaços onde os indivíduos se possam encontrar e partilhar costumes culturais e religiosos”. O autor ainda afirma que se faz

necessário quebrar o paradigma quando o assunto é diversidade cultural e minorias, como se fosse algo problemático e entender que é uma tendência social em um mundo cada vez mais interligado.

Evitar e ignorar tal tendência mundial não é uma saída plausível para governos e Ramos (2015) corrobora para este argumento, quando afirma que é fundamental e imprescindível criar e amplificar métodos que atuem na área psicológica, social e educacional oportunizando, de maneira profissional e competente, um atendimento e um auxílio para todos os grupos envolvidos no processo de aculturação da sociedade, desde os grupos dominantes até os grupos dominados. Dessa forma, ainda de acordo com o autor, é possível que haja uma compreensão e um entendimento da cultura local e de culturas mais distantes, como também facilita o processo de comunicação e entendimento entre os locais e os recém chegados, criando uma cultura de paz e harmonia, evitando maiores conflitos.

Uma pedagogia da relação intercultural baseada na compreensão e na tolerância, no reconhecimento do outro e da diversidade, deverá ajudar cada um a determinar as suas próprias representações, preconceitos e modelos do seu sistema de valores, assim como a identificar as representações, preconceitos e sistemas de valores dos outros indivíduos e grupos, constituindo um meio de “*aprendizagem*” do outro, de compreensão intercultural, de luta contra o etnocentrismo e a xenofobia. Os valores culturais são valores partilhados por um grupo cultural, constituindo matrizes cognitivas que orientam as opções, as acções e comportamentos (Ramos, 2015, pp.21-22).

Um dos problemas encontrados no processo de aculturação é a língua e, de acordo com Esteves (2009), quando algumas situações de tensão se estabelecem, a presença de um interlocutor, um tradutor pode ser fundamental. Atenuar termos, moderar nas palavras pode ser um excelente remédio, segundo o autor, durante um conflito. Ainda para o autor, mais importante do que se fazer entender, é se entender bem, de forma adequada o que pode ser muito mais interessante do que fazer uma tradução fiel é fazer de forma adequada e para isso um interlocutor com experiência é fundamental.

Apesar de o estrangeiro ser considerado um estranho e ter imensas dificuldades em construir e habitar um lugar na sociedade em que está inserido, do Carmo et.al. (2008, p.38) afirmam que “em vez de um *sem-lugar*, porque não projectar nele a ideia de um *construtor de lugares* que, no meio da azáfama de ir e vir, constrói uma paragem provisória na qual fixa a relação que vai estabelecendo com a urbe”. Para os autores, mesmo que os indivíduos tenham, cada vez mais, certeza de que logo estarão de partida para uma próxima cidade ou país, estes trabalham de maneira árdua e pesada para construir laços e relações com o espaço, no intuito de se aproximarem e de se relacionarem com o que os cerca.

A globalização abriu ainda mais a cidade ao mundo, e isso multiplicou a possibilidade de se poderem desmanchar e refazer inúmeros lugares. A cidade é cada vez mais fixa em múltiplas paragens provisórias, às quais os indivíduos poderão regressar nem que seja por breves instantes. [...]

Na sua essência, a urbe continua ser espaço vivido na rua, nos largos, nas casas... A globalização não resgatou esse espaço à cidade, quando muito atribuiu-lhe outros horizontes: a rua já não acaba no perímetro urbano, continua por aí fora e até pode dar a volta ao mundo. Em qualquer canto do globo, é possível revisita-la e conhecê-la. Mas não é por isso que a rua se esvanece como lugar. Pelo contrário, ao circular em registos e em imagens, reenviadas de uns circuitos para os outros, esta poderá encher-se ainda mais e, com ela, novos lugares surgirão (do Carmo, Melo & Blanes, 2008, p.39).

Porém, para Santomé (2008, p.20), há um esforço dos países mais ricos do mundo de, em nome da segurança, levantarem fronteiras e se fecharem para estrangeiros, principalmente os que vieram de países mais pobres e que historicamente são explorados. Para o autor, “este erguer de novas fronteiras que se tem vindo a desenvolver, de forma especial, obriga a redefinir um outro, o estrangeiro, como inferior e controlando o pensamento da cidadania autónoma. Cidadania esta que goza de todos os direitos, somente por ter tido a sorte de nascer num desses países do denominado primeiro mundo”.

Ainda para Santomé (2008), a luta entre governos de esquerda e de direita podem evidenciar ainda mais a tentativa e o esforço em criticar o multiculturalismo, tendo-o como sendo um conceito perigoso para os grupos dominantes de algum país ou cultura. Seja na criação de barreiras para os imigrantes ou até mesmo na evidente invenção e divulgação de inimigos para a cultura primeiro mundista.

Apesar de existir a ideia de que a globalização traz igualdade, Patricio (2002) questiona esse argumento quando afirma que se o mundo fosse tão igual como é dito, não se admitiria que bilhões de pessoas ainda sintam fome ou que metade da população do planeta nunca tenha feito uma ligação via telefone. O autor ainda deixa uma questão, que é a de que existe a possibilidade de a globalização ser apenas para os ricos que seriam, evidentemente, privilegiados?

A interculturalidade é frequentemente também, ela própria, apenas uma palavra de ordem de sociedades e de grupos que procuram encontrar meios últimos, avançados e sofisticados que assegurem a manutenção e a gestão do próprio poder e, inclusivamente, das próprias culturas. Nós podemos reparar que a interculturalidade é, muitas vezes, um slogan das nossas sociedades, para o qual as outras sociedades, os outros mundos, olham com desconfiança. À mesma velocidade que nas nossas sociedades - nas sociedades ocidentais - a interculturalidade avança como palavra de ordem, quase que no sentido inverso, noutras sociedades, o fechamento à interculturalidade avança à mesma velocidade. Vejam-se os fundamentalismos étnicos, religiosos, de todo o tipo, e tentemos interpretar isso sem complexos de qualquer ordem. Trata-se, de facto, de questões importantes e conexas (Patricio, 2002, p.69).

Para do Carmo et.al. (2008), as religiões se mostram como ponto de conflito entre nações e povos de diferentes culturas, porém que o que foi feito em outros tempos e em territórios distantes da Europa, parecem não ter espaço na agenda e nas conversas de cidadãos europeus.

Neste sentido, discutir o Islão na Europa é, também, discutir a «essência cristã» deste continente. Por entre comentários descuidados do Papa Bento XVI sobre a «violência» muçulmana, e as «dúvidas do primeiro-ministro francês Sarkozy sobre o «europeísmo» da Turquia, está em causa (discute-se) a própria ideia da Europa. Tal como, séculos atrás, desenhar o mapa do mundo era, simultaneamente, interpretá-lo à luz de um cristianismo eurocêntrico. É por isso que nunca damos por nós a discutir a «essência e herança confucionista» da China em oposição à «invasão cristã» que ali se processa hoje, a perda das tradições xamanísticas da Amazónia graças à «escola jesuíta», ou a ameaça à identidade youruba, face à cristianização e islamização da Nigéria (do Carmo, Melo & Blanes, 2008, p.322).

Apesar de serem as diferenças culturais e os conflitos que mais chamam a atenção no processo de aculturação dos estrangeiros em qualquer contexto social, Ramos (2015) aponta possíveis técnicas e ações que podem facilitar a integração entre grupos culturais tão diferentes para que estes convivam socialmente dentro de um contexto de paz e harmonia. Para o autor, o processo de aceitação passa pelo conhecimento,

pela comunicação intercultural e pelo despertar consciente de que o diferente não é ruim, até que seja descoberto e posteriormente respeitado.

Para desenvolver as aptidões de comunicação intercultural e facilitar o diálogo intercultural e a compreensão recíproca entre indivíduos, grupos e culturas, é necessário:

- desenvolver a compreensão da cultura, a compreensão dos processos e do funcionamento da cultura considerada, em si mesma, indiferentemente desta ou daquela cultura particular;
- reconhecer a parte de “arbitrário” e de relatividade de toda a cultura e desenvolver os instrumentos e as atitudes para compreender e aceitar outras formas de culturas e outros grupos étnico-culturais;
- aprender a conhecer-se a si mesmo. É importante aprender a identificar os seus sentimentos e atitudes. É necessário ter consciência dos seus preconceitos e atitudes etnocêntricas e egocêntricas, do seu próprio estilo de comunicação, assim como ter consciência de que não comunicamos somente através de actos conscientes e deliberados, mas também inconscientes e por toda a nossa forma de interagir com o meio envolvente;
- aprender a descobrir e a compreender o “sentido” de normas e valores, os quadros de referência dos outros, aprender a conhecer os códigos culturais respectivos, o que permitirá estabelecer relações mais abertas e mais flexíveis, podendo conduzir a contactos interculturais e a comunicações mais diversificadas, enriquecedoras e satisfatórias;
- evitar julgamentos rápidos e superficiais, estereótipos e atitudes etnocêntricas, o que permitirá escutar e colocar-se no lugar do outro, de forma a tentar compreender as coisas do seu ponto de vista, o que permitirá a descentração [...];
- desenvolver a empatia, as capacidades empáticas, o que implica a capacidade de se colocar no lugar do outro e o reconhecimento do Homem na sua individualidade e singularidade;
- dispor de tempo para comunicar, para compreender uma situação, estar atento às mensagens silenciosas da comunicação não-verbal, assim como aprender a respeitar os ritmos e os estilos de comunicação próprios a cada indivíduo e a cada cultura;
- desenvolver estratégias e intervenções educativas interculturais, incluindo uma formação centrada sobre a informação, nomeadamente sobre a história e a cultura dos diferentes grupos ou comunidades presentes no mesmo espaço social [...].
- implementar uma formação adequada dos profissionais, particularmente dos educadores e uma revisão dos programas e dos materiais didácticos;
- trabalhar os currículos e os materiais de aprendizagem, inclusive os que apresentam mensagens discriminatórias e “racistas”, utilizando-os como instrumentos de consciencialização intercultural;
- utilizar adequadamente os meios de comunicação social, em particular, os media audiovisuais (Ramos, 2015, pp. 24-25).

Percebe-se que ferramentas existem, porém o processo de aculturação não é fácil e encontra muitas barreiras. De acordo com Resende, Dowbor e Ianni (1997, p.271) as mudanças económicas, sociais, políticas e culturais que ocorrem no mundo moderno são grandes, apesar de não poderem ser tratadas de forma genérica e tão pouco que elas atinjam todo o planeta de forma igual. Quando se aborda os aspectos culturais, é importante perceber que “a globalização das sociedades e a mundialização da cultura rompe com essa integridade espacial, tornando cada vez mais difícil discernir os limites de cada povo ou cultura”. Talvez aqui esteja apontado um dos vários problemas que norteiam o processo de aculturação e as estratégias que podem ser elaboradas e desenvolvidas para isso.

Porém, como afirma Santomé (2008, p.42) “comprometer-se com uma educação multicultural crítica implica assumir como ponto de partida que vivemos numa sociedade racista [...]”, ou seja, faz-se necessário haver uma análise de questões relacionadas com a justiça social e quais são os instrumentos que vêm sendo utilizados para manter de forma perene as diferenças sociais e a inferioridade social.

É necessário não esquecer que se queremos ter êxito a luta contra a marginalização e opressão, não se pode levar a cabo sob a forma de tarefas fragmentadas, onde cada grupo humano em função de importantes variáveis (género, étnia, nacionalidade, sexualidade, idade) soluciona os seus problemas isoladamente. Noutras épocas históricas este nexó de coordenação dos combatentes contra a marginalização deu-se pela classe social. Das mãos dessa dimensão registaram-se também as primeiras reivindicações anticolonialista, de libertação das mulheres, incluindo as exigências em prol da escolarização obrigatória e gratuita, etc.. Erros pontuais na sua continuidade contribuíram também para a fragmentação, a ponto desta categoria mais parecer funcionar como um travão para as reivindicações feministas, nacionais, étnicas, de sexualidade, de idade, etc (Santomé, 2008, p.48).

Para Featherstone (1990, p.7) é necessário entender que quando se fala de cultura global, não se considera o planeta como tendo um Estado único, mas sim o fato de existir um movimento de globalização da cultura. O autor complementa afirmando que “é [...], pois um equívoco conceber a ideia de uma cultura global necessariamente como um enfraquecimento comprometedor da soberania dos estados nacionais [...]”.

Num mundo tão plural como o atual, Ramos (2015) afirma que a humanidade moderna precisará aprender a conviver com o diferente, não há outra saída e todo o processo pela educação. Para o autor, só quando o pensamento da diversidade for colocado na base da educação, será possível se construir uma sociedade mais justa e menos desigual. O autor ainda afirma que a interculturalidade e o processo de aculturação de cidadãos de origens tão diversas dentro de uma mesma sociedade só será possível com um esforço conjunto de várias esferas sociais.

Uma sociedade multicultural e um mundo globalmente interdependente necessitam de uma nova abordagem educacional, política e de cidadania, que incorpore a dinâmica da diversidade cultural e da mudança e os princípios fundamentais dos direitos humanos, em estratégias e políticas que promovam o desenvolvimento humano, a igualdade de oportunidades, a consciencialização cultural e as competências comunicacionais e interculturais (Ramos, 2015, p. 27).

Tão importante quanto entender o que está exposto, é perceber como a sociedade é influenciada e como os meios de comunicação exercem tais influências. No próximo capítulo há uma tentativa de se estabelecer uma relação entre os meios de comunicação e como eles impactam a atuam no contexto social.

6. MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFLUÊNCIA SOCIAL

Dimensionar a globalização passa, inevitavelmente, pela análise da influência social dos meios de comunicação. Como afirma Mancebo (2002), quando diz que múltiplos fenômenos estão contidos no processo de globalização do qual o mundo vem passando, há uma quantidade grande de impactos que são gerados em diferentes camadas da sociedade por conta da globalização, inclusive na cultura.

Já para Lévy (2000, p.39), “de fato, uma vez o planeta explorado (no paleolítico), conquistado (neolítico), posto em relação (tempos modernos), o crescimento demográfico não leva mais à separação e ao afastamento, [...] ao contrário, conduz à intensificação dos contatos em escala planetária”. Isso é possível, de acordo com o autor, por conta do desenvolvimento e aprimoramento “das técnicas de transporte e de comunicação [...], motor e manifestação desse relacionamento generalizado”. Portanto, para o autor, vivemos em um planeta interligado, em rede.

Os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada. Esta existe no domínio público, para além da comunicação interpessoal. A contínua transformação da tecnologia da comunicação (TI) na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança. O processo de construção de significado caracteriza-se por um grande volume de diversidade. Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia. Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder (Castells, 2013, pp.14-15).

Lévy (2000) afirma que a grande maioria das informações que circulam pelo mundo podem ser acessadas através de um computador que esteja conectado com a internet. Dessa forma, para o autor, através da utilização de uma rede de contatos, qualquer cidadão que tenha acesso ao que está acontecendo em qualquer parte do globo e um prédio em uma metrópole está concentrando informações de diversas partes do mundo e conta com a participação de povos das mais diferentes nações.

Ainda para o autor, se for feita uma análise que mostre como os seres humanos ocupam a terra desde os primórdios, certamente as pessoas ficariam impressionadas com o fato de que a dispersão pelo planeta foi lenta durante um longo período de tempo e conta com uma aceleração surpreendente nos últimos 50 anos após o surgimento, uso e exploração intensivo dos sistemas de transporte e dos meios de comunicação.

Porém não é possível reduzir a influência da comunicação na sociedade e não se atentar ao impacto que ela causa nos seres humanos modernos. Castells (2013) diz que dominar os processos comunicacionais é deter o poder, e há uma mudança na sociedade após o surgimento da internet e de seu uso promovendo a

comunicação digital. O autor afirma que continua sendo uma comunicação massiva, porém consegue atingir múltiplos receptores com suas individualidades sendo respeitadas.

Conrado Filho e Santos (2015, p.191) afirmam que “não é de se estranhar se afirmarmos que hoje em dia grande parte da nossa interação diária é realizada (ou intermediada) por meio de produtos comunicacionais”. Para os autores, estamos envolvidos por dispositivos e eles colocam que: “seja por meio de uma conversa através de chat, seja numa ligação por meio do telemóvel ou por troca de SMS, interagimos constantemente uns com os outros através de dispositivos que podem ser ou não móveis”. Para Cogo e Badet (2013), se faz necessário compreender que os meios de comunicação exercem influência na sociedade e, na abordagem deste estudo, na vida dos imigrantes e apresentam o Brasil como um país de imigrantes e influenciam também através de notícias direcionadas que apresentam outros países como destino para quem possui qualificação técnica.

No contexto deste estudo que está sendo apresentado, pode-se incluir a influência da comunicação quando trata de ataques terroristas e levanta questões de cunho xenofóbico, racista e tenta imputar aos estrangeiros e refugiados ataques terroristas como noticiado em casos dos ataques na França em 2015 e 2016. Sacramento e Machado (2015, p.26) afirmam que “com base na semiologia dos discursos sociais” é possível perceber “diferentes estratégias discursivas e os efeitos de sentido produzidos na separação entre “nós” (saudáveis/ameaçados) e “eles” (doentes/ameaçadores) e suas conexões com um processo de estereotipização do Outro”.

Para isso Lévy (2000, p.41) afirma que “o terrorismo explora a ubiquidade e a mediatização num mundo interconectado”.

Depois da segunda guerra mundial, o conflito latente entre os dois blocos transformou o planeta num tabuleiro em que todas as casas eram diretamente acessíveis e manipuláveis pelos dois principais adversários. Esse conflito de 40 anos terminou com o desabamento do império soviético, cuja forma de organização era incompatível com a multiplicação crescente dos contatos e com a desterritorialização característica da época atual. A ascensão de modos de comunicação descentralizados e incontroláveis pelo poder político (telefone, fax, fotocopiadoras, microcomputadores, impressoras, televisão por satélite, etc.) reduziu consideravelmente a influência deste sobre a sociedade. Basta lembrar que nos bons tempos de Stalin todo detentor de uma máquina de escrever devia declarar-se à polícia, e os compradores de papel carbono eram objeto de vigilância feroz (Lévy, 2000, p.41).

A internet se tornou um poderoso meio de comunicação moderno e, de acordo Castells (2013, p.16), a sociedade moderna que ele chama de “sociedade em rede”, o poder está em várias dimensões e “as redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder”. Para o autor, o mundo que se conecta através de uma rede, rede essa que constituem outras redes dentro dela própria e “a metarrede das finanças e da mídia é ela própria dependente de outras grandes redes, tais como a política, a de produção cultural [...], a militar/de segurança, a rede criminosa e a decisiva rede global de produção e aplicação de ciência, tecnologia e administração do conhecimento”. Ainda para o autor, tais redes não fazem um processo de fusão, mas se aliam e competem em prol de projetos específicos que sejam de interesse mútuo e que visam

obter controle social, que se relaciona com a agenda política que desempenha um papel importante nesse processo. O autor termina sua explanação afirmando que é por isso que há uma “rede de poder construída em torno do Estado e do sistema político” e que essa rede obedece a uma rede geral, interligada e que depende diretamente das ações do Estado que a regula.

Para se chegar até a era da internet, não se pode pular o importante e decisivo papel da televisão e do rádio na construção social e no imaginário as pessoas durante, pelo menos, metade do século XX. Miguel (2002) afirma que a sociedade mudou seu pensamento e ações no período pós-mídia e que a forma como as pessoas se informavam e como os políticos tratavam a questão da coisa pública consegue ser medida num antes e depois da expansão do rádio e da televisão. O autor coloca que o surgimento de novos meios de comunicação fizeram com que os atores do campo da política tivessem que se renovar, a fim de saber utilizar as ferramentas da melhor maneira possível.

Cada um à sua maneira, Franklin Roosevelt, nos Estados Unidos, e Hitler, na Alemanha, tornaram-se símbolos da política da era do rádio. (Assim como Hollywood e a UFA berlinense representaram duas formas diferentes de aproveitamento político do cinema.) Mas o meio dominante, desde que surgiu, e que por enquanto não parece ser desafiado pelas novas tecnologias, é a televisão. Ela revolucionou nossa percepção do mundo, em especial do mundo social e, dentro dele, da atividade política.

Ocupando uma posição cada vez mais destacada na vida de seus espectadores (sempre mais numerosos), como fonte de informação e de entretenimento, a televisão reorganizou os ritmos da vida cotidiana, os espaços domésticos e, também, as fronteiras entre diferentes esferas sociais. Como demonstrou Joshua Meyrowitz, a mídia eletrônica, sobretudo a TV, rompeu a segmentação de públicos própria da mídia impressa e contribuiu para redefinir as relações entre mulheres e homens, crianças e adultos, leigos e especialistas. Aprofundou as transformações no discurso político, de certa maneira unindo o sentimento de intimidade, transmitido pelo rádio, com o apelo imagético próprio do cinema (Miguel, 2002, p.155).

Alves (2015, pp.109-115) coloca que é importante acompanhar e “observar as migrações como produtos culturais de um mundo globalizado” e que se faz necessário perceber e lançar “um olhar sobre os mídia e a forma como estes têm acompanhado a história das migrações”. A autora continua e afirma que “o fenômeno da popularização no acesso da comunicação gera a massificação da cultura”.

Há ainda o fato de que o ser humano tem a necessidade de construir representações sociais e, de acordo com Jodelet (2001), isso se deve a vontade de saber o que acontece no mundo. Sendo um ser social e por precisar do outro, de acordo com a autora, o ser humano se mostra tão pré-disposto a levar a sério e dar importância para as representações sociais. Para a autora, é evidente que os meios de comunicação social exercem forte influência na (re)construção dessas representações, agindo por vezes com a intenção de manipular a sociedade. Para Moscovici (apud Jodelet, 2001, p.4), muitos fenômenos ligados às representações sociais são influenciados pela velocidade e quantidade de ocorrências ligadas a comunicação.

Alexandre (2001) afirma que os cidadãos sofrem com um fluxo grande de informações que chegam até eles através dos meios de comunicação de massa. Dessa forma, para o autor, as mensagens são carregadas de ideias, ideologias que visam construir e alterar a opinião dos que são expostos a elas. Ainda para o autor, como o direcionamento da mídia de massa é focada numa grande quantidade de pessoas,

atingem uma grande audiência em pouco tempo tendo um efeito ampliado de qualquer ideia, informação ou ensinamento.

Atualmente as indústrias da mídia estão passando por grandes mudanças econômicas e tecnológicas, gerando um importante impacto na produção e na difusão das mensagens. A produção e circulação das mensagens na sociedade atual é extremamente dependente das atividades das indústrias da mídia. O papel das empresas de comunicações é fundamental na formação do indivíduo moderno, pois é difícil imaginar, nos dias de hoje, o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas a nós (Thompson) (Alexandre, 2001, p.115).

Para Miguel (2000, p.192), “só nos últimos 30 anos, a humanidade produziu mais informações do que nos cinco milênios precedentes”, isso para o autor significa quase que uma guerra onde as fontes de informação lançam ofensivas como que num bombardeio constante de informação por meio de áudio, vídeo, impresso e eletrônico. Ainda para o autor, “os meios de comunicação alteraram nossa maneira de ver o mundo que nos cerca” e “nada parece resistir aos meios de comunicação de massa”. Porém, como colocam Gutsack e Rocha (2015, p.149), “desde os tempos em que as paredes das cavernas serviam para registrar mitos, leis e demais acontecimentos, existem narradores e, conseqüentemente, leitores e interpretadores [...]”, e para os autores isso serve para encontrar “em meios e materiais diversos, a possibilidade de serem interpretados pelos componentes das suas culturas”.

Outro fator relevante quando se trata da influência social que os meios de comunicação exercem, diz respeito à velocidade e à agilidade com que a informação circula. Porto (2006) afirma que os novos instrumentos tecnológicos utilizados na disponibilização e processamento das informações é algo novo para a humanidade. O autor acrescenta que em 20 anos essa velocidade cresceu de forma exponencial e inimaginável e que há uma mudança na recepção da mensagem pelos cidadãos e a mídia de massa parece ter se tornado individual. Gutsack e Rocha (2015, p.149) afirmam que isso tem um começo, lá ainda quando “a história documenta que cada cultura encontra, através dos recursos e objetos que domina, a sua forma de narrar-se e, assim, perpetuar-se ao longo dos tempos”.

Com o advento da internet e o uso intensivo das redes sociais, onde cada pessoa tem o seu perfil, Porto (2006) salienta que o aparato tecnológico permite que cada pessoa se relacione no seu tempo e na sua vontade, não sendo mais uma massa, mas indivíduos únicos dentro da mesma ideia de massa. Ainda para Porto (2006, p.46), os utilizadores dos meios de comunicação desenvolveram um papel mais ativo do que nos primórdios, sendo participativos e utilizando a interação possível na modernidade. Para o autor, “os novos sistemas multimídias são quase humanos, pois possibilitam uma relação próxima de diálogo e comunicação exclusiva dos indivíduos”.

As cidades contam com cidadãos com acesso a uma grande quantidade de informação e, por isso e em teoria, são bem informados. Para Canclini (2003), o formato das megalópoles modernas se desenha com

relação direta aos processos de comunicação e isso se dá quando as fronteiras caem e os locais mais longínquos são aproximados de todos os moradores através dos meios de comunicação.

Na segunda metade do século XX, quando a concentração demográfica e a expansão territorial das megacidades debilitam a conexão entre suas partes e, ao mesmo tempo, as redes comunicacionais levam a informação e o entretenimento aos domicílios, os usos das cidades são reorganizados: a desordenada explosão rumo às periferias, que faz com que os habitantes percam o sentido dos limites de “seu” território, é equilibrada com os relatos dos meios de comunicação sobre o que acontece nos lugares mais distantes dentro da cidade. Do passeio do flâneur que reunia informações sobre a cidade para depois transferi-las às crônicas literárias e jornalísticas, passamos, em cinquenta anos, ao helicóptero que sobrevoa a cidade e oferece a cada manhã, através da tela do televisor e das vozes do rádio, o panorama de uma megalópole vista em conjunto, sua unidade recomposta por quem vigia e nos informa. Os desequilíbrios e incertezas engendrados pela urbanização que desurbaniza, por sua expansão irracional e especulativa, parecem ser recompensados pela eficiência tecnológica das redes de comunicação. A caracterização sócio-demográfica do espaço urbano não consegue dar conta de seus novos significados se não incluir também a recomposição que a ação midiática lhes imprime (Canclini, 2003, p.41).

Ainda para o autor, o papel dos veículos de comunicação (rádio, TV, jornal e etc) ao tentarem narrar os fatos que ocorrem nas grandes cidades, fazem com que se criem fronteiras invisíveis que delimitam a atuação destes veículos em determinado espaço da cidade. Mesmo que o pensamento seja global, a ação de comunicação é local, próxima da sua audiência de acordo com o autor. Canclini (2003) ainda afirma que é fácil perceber e encontrar essa dicotomia global x local nas cidades através da forma com que os meios de comunicação trabalham e se organizam.

Alexandre (2001) afirma que essa ideia de local é passada pelos veículos de comunicação ao informarem de maneira mais pessoal, utilizando uma linguagem menos formal e mais próxima da realidade dos espectadores. Não é incomum encontrar apresentadores de telejornal usando bordões e chavões para que a sua audiência o perceba como sendo dali, alguém que fala a mesma língua e vive aquilo que está dizendo. O autor cita os programas de rádio que usam a ideia do confidencial, querendo iludir os outros ouvintes ao mostrar que o locutor mantém uma relação íntima com o ouvinte, o que quase sempre não existe.

Se a comunicação se destina a influenciar o comportamento, é preciso compreender as variáveis e os processos que determinam o *comportamento* e suas mudanças. Embora se separem emissor e receptor, na atividade profissional de jornalismo, ambos são sistemas correspondentes, pois são organismos humanos que existem em condições parecidas. A análise do comportamento, segundo o ponto de vista dos especialistas em Comunicação, aplica-se a fontes e receptores. Mas existem muitas formas para se trabalhar este assunto, e uma delas é desenvolvida através da representação social, que procura ligar e relacionar os fatores pessoal e social que entram no processo.

Um dos fenômenos mais importantes nesse final de milênio é a substituição das ideologias pelo culto às celebridades. Hoje em dia o parecer vale mais do que o Ser, o entretenimento conquistou a realidade, cada vez mais a ficção compete com as histórias da vida real, não basta ser *homem*, tem que ser *artista* (Alexandre, 2001, pp.120-121).

Com a ideia de que qualquer um pode, e deve, ser artista ou tenha se tornado alguém com influência por conta do acesso à informação, alguns casos se tornam emblemáticos num sistema que talvez seja injusto. Alexandre (2001) cita o caso da Escola Base que foi muito importante no Brasil por conta de uma injustiça cometida pelos veículos de comunicação ao acusarem pessoas inocentes de terem cometido um crime. Na ânsia de escandalizar e trazer audiência, jornais, revistas, programas de TV e rádio veicularam uma

pessoa acusando outras sem provas. A pressa tornou a vida dos acusados um caos com proporções impressionantes.

O autor ainda afirma que há uma tentativa de se teatralizar os acontecimentos e que são cada vez mais comuns programas de TV que se propõem a revelar segredos de pessoas anônimas. Desde a política, passando pelo esporte e chegando aos crimes, tudo é parte integrante da espetacularização, da indústria midiática que tenta buscar e satisfazer a sua audiência.

Diante desse quadro mundial a mídia tem pouco espaço para a *verdade*, pois depende das verbas publicitárias, que são manipuladas pelas grandes indústrias e conglomerados financeiros. De cada dez notícias veiculadas pela mídia, uma é positiva. Nós, jornalistas, dizemos em nossa defesa que a vida é assim mesmo, violenta, cruel e que não fazemos mais do que reproduzi-la. O tempo todo somos, como consumidores, bombardeados com folhetos de compra e anúncios persuasivos. A briga do momento é o crescimento dos provedores de acesso à Internet grátis. As empresas de comunicação estão preocupadas com a chegada dessa nova maneira de veicular informações (publicitárias e jornalísticas) para a sociedade (Alexandre, 2001, p.122).

Samways (2015) acredita que o problema tem início quando a mensagem começa a se tornar um simples objeto de consumo. Para o autor, ao passo que mercantilizar a mensagem possibilitou que os veículos criassem e fomentassem um mercado, fez com que ela tenha se tornado deveras vulgar. Ele continua dizendo que a ideia de comunicação de massa mostrou o seu pior lado, um lado puramente voltado para o mercado onde atingir um número grande de pessoas é o objetivo, mesmo que isso faça com que o processo se torne medíocre e até perigoso, ao economizar o pensamento geral.

O autor é contundente ao dizer que a intenção de fazer com que as pessoas pensassem foi abruptamente substituída pela vontade de entreter a qualquer custo. Alguns poucos interessados se mantiveram, porém a grande maioria segundo o autor, se rendeu e aceitou o conteúdo vindo de qualquer jeito, sem cuidado, sem pensamento crítico e sem profundidade.

A imprensa, as revistas, o rádio a TV foram atingidos pelo sensacionalismo e pelas ideologias. Houve uma predileção pelo espetáculo, pela vedetização. Não são os pensadores, os cientistas, os construtores do conhecimento (portanto, os construtores da liberdade) que ocupam corações e mentes dos então consumidores de conteúdos e da mídia. São os ídolos. Não é a história real que desperta a atenção dos homens, mas as fofocas pré-fabricadas. Exploram-se a morbidez dos consumidores e o seu desejo de ser íntimo das intimidades dos ídolos. E a desproporção do espaço concedido aos veículos dispostos a trabalhar em prol da educação dos destinatários da mídia é tanta que acabaram sendo rotulados de “alternativos”.

Há algo errado com a sociedade que não seleciona criticamente as mensagens suas ferramentas de comunicação de massa (Samways, 2015, p.26).

Há, de acordo com o autor, uma defesa constante das empresas de mídia quando estas são questionadas sobre seu papel na sociedade. Qualquer pergunta, segundo ele, de cunho ético é logo atacada e repelida sob o jargão da censura. Ou seja, o autor deixa a dúvida em relação à democracia, levanta o questionamento sobre o vale tudo em nome da liberdade. Desde a banalização da violência, passando pela colocação em risco a decência humana, as empresas da mídia parecem fazer tudo para garantir a tiragem de

amanhã dos seus produtos jornalísticos, mesmo que isso tenha um grande preço a se pagar na questão social.

A questão dos imigrantes sírios que tentam adentrar no continente europeu pode ser usada neste contexto. O caso do menino sírio que morreu afogado durante a travessia pelo mar e seu corpo ficou estendido em uma praia turca é tida como símbolo da crise humanitária, porém para Samways (2015), a exploração de imagens tão chocantes e fortes tem um cunho econômico e mercadológico. O autor ainda levanta a questão da luta de classes e aponta que são raras as vezes em que é possível ver pessoas das altas classes sociais expostas em capas de jornais como as pessoas mais pobres, de camadas inferiores da sociedade.

Notem-se aqueles veículos que privilegiam a exploração de um suposto fotojornalismo. Publicam nas primeiras páginas fotografias que podem tomar praticamente metade da folha, dando conta de um acidente automobilístico ou de um homicídio. O que se vê são corpos estendidos no chão. Cadáveres mutilados, em poças de sangue, em posições desengonçadas, entre as ferragens de um automóvel ou num terreno baldio. Geralmente, as vítimas são pessoas das camadas mais pobres da população. É raro ver-se alguém de família rica sendo exposto doentamente ao consumo dos leitores. E basicamente porque as classes ricas têm condições de contratar bons advogados que rapidamente processam, por danos morais, empresas jornalísticas e jornalistas. Os hipossuficientes sequer sabem que têm direito à preservação de sua imagem, sua privacidade, sua honra (Samways, 2015, p.26).

Para além de ser chocante, usar imagens que expõem a dignidade humana podem ser crimes em muitos países, como é o caso do Brasil. Para o autor, é interessante perceber o uso indiscriminado de imagens fortes em busca de audiência, sem que haja uma resposta da justiça, um impedimento. Ele complementa e faz uma *mea culpa* quando diz que não pode ser correto e normal uma população aceitar e consumir esse tipo de informação e questiona a mentalidade de um cidadão que se presta a comprar tal tipo de informação.

O autor deixa claro em seu texto que é possível que esse mercado da espetacularização exista e se mantenha por ser rentável, perverso e sem escrúpulos.

E o mais curioso, nesses casos, é que tais fotografias podem configurar infrações penais inscritas no Código Penal. Há um crime de “vilipêndio a cadáver” que considera crime a ação de vilipendiar (aviltar, ultrajar) corpo humano morto (artigo 212). E se trata de um crime classificado entre aqueles ditos “de ação penal pública incondicionada”, isto é, aqueles em relação aos quais não é necessária qualquer providência (p. ex., representação, queixa) da parte do ofendido, que, no caso, é a sociedade inteira, para que o Ministério Público denuncie o fato criminoso ao Judiciário. Agora, em quantas oportunidades se viu tal atuação de promotores de Justiça? Claro, a explicação mais corrente é a de que é indispensável o “propósito consciente” de aviltar, de ultrajar. E as empresas jornalísticas se defendem com base no direito constitucional à liberdade de expressão tanto quanto no direito de o cidadão ser informado. Em muitos casos, somente o apego excessivo ao formalismo poderia ser capaz de não vislumbrar a intenção de aviltar, através da exploração comercial do fato, na própria composição da fotografia. Qual a necessidade, do ponto de vista jornalístico, de a notícia da morte violenta de alguém dever ser “ilustrada” com um retrato em que aparece o corpo desse alguém em pose e condições absolutamente ridículas, indignas, numa palavra, ultrajantes? A sobriedade respeitosa no trato do assunto, por certas empresas jornalísticas, coloca-lhes a pecha de “conservadoras”, para dizer o mínimo (Samways, 2015, pp.25-26).

Fica claro que para Samways (2015), os meios de comunicação são ferramentas muito eficientes quando se propõem a influenciar a sociedade e o autor usa o exemplo da Inglaterra na questão da proteção da utilização de imagens de pessoas que cometeram crimes. Ele critica a forma de pensar de uma sociedade que se permite ser estimulada e influenciada por programas de televisão e rádio, por exemplo, que violam a privacidade e extrapolam a falta de senso crítico, ético e o pouco ou nenhum respeito ao explorar os seres humanos.

O autor vai mais longe e sugere que o que mais o deixa impressionado em canais de televisão serem exploradores da desgraça humana, é que no Brasil estes canais ocupam espaços em concessões públicas e mesmo assim prestam um desserviço para a sociedade. Afirma ainda que deveria ser uma preocupação dos emissores dessas mensagens degradantes e que tem o poder de transformar através de um conteúdo perverso.

O que acontece quando permitimos que as referidas ferramentas de integração mundial dos seres humanos sejam mal-empregadas? Em regra, uma anestesia, uma suspensão ou perda da sensibilidade que aquela “extensão do sistema nervoso” permitia. Desse modo, o temor de nos manifestarmos contra os abusos, o medo de sermos tachados de censores, nossa omissão, poderão preparar o terreno para o cultivo de outras formas de ditadura, que continuarão a nos impor o sensacionalismo, a espetacularização, o vedetismo, esvaziando a massa crítica dos destinatários da mensagem. E essa ditadura, assim como toda e qualquer ditadura, poderá nos castrar o senso crítico, fazendo-nos considerar normal, legítimo, a indignificação da pessoa humana.

Quem estiver desperto para essa realidade deve ser chamado a reagir, a trabalhar pelo restabelecimento do espaço aos agentes da mídia que estão engajados na defesa dos verdadeiros propósitos dos meios de comunicação de massa, a democratização do conhecimento, a integração humana. É da democracia a tolerância para com o heterogêneo, é da democracia a observância dos limites que a sustentam (Samways, 2015, p.27).

Para Candaten e Veloso (2015, p.2), “as pessoas sabem de tudo um pouco, porém não sabem o suficiente sobre nada, falta-lhes senso crítico para questionar, principalmente, para enfrentar ideias e fatos que lhes são impostos e, dessa maneira, acabam por fazer parte do show”. Os autores ainda afirmam que a mídia não oportuniza aos cidadãos o direito de pensar, pois o conteúdo que geram já é suficientemente pensado e, por isso, se aproveitam da falta de tempo da modernidade para influenciar as pessoas. Ainda para os autores, há pouca ou nenhuma formação em relação à cultura por parte dos cidadãos, facilita o trabalho de quem pretende espetacularizar os acontecimentos sociais através da mídia, transformando sistematicamente as pessoas em atores que integram e participam do espetáculo sem criticar e sem reagir aos bombardeios de informação vinda de qualquer jeito até os indivíduos.

Fica evidente que sucumbimos aos meios de comunicação e à modernidade quando, ao sermos apresentados a essas tragédias, às que a mídia dá uma significativa importância, não damos mais valor para os pequenos casos que acontecem a todo instante, sejam eles bons ou ruins – assaltos, tiroteios, estupros, trabalhos sociais que ajudam muitas pessoas, mas que não ganharam a devida importância e atenção. Assistimos a essas notas rápidas e muitas nos passam despercebidas, pois nossa atenção está voltada para algo maior, ou seja, a tragédia eleita como tal pelo editor de notícias do veículo conforme o interesse da diretoria da empresa (Candaten & Veloso, 2015, p.7).

Torna-se cada vez mais evidente que há um jogo em causa. De um lado, como afirmam os autores, a pressa da modernidade e a falta de tempo da sociedade em desenvolver o seu senso crítico, de outro as empresas que controlam os veículos de comunicação que falam com a massa e tem total interesse em que nunca seja desenvolvido o senso crítico na sociedade em geral. Explorando o mercado, obtendo lucros em um território quase que sem lei, as grandes empresas de comunicação saem ganhando com a tragédia e os problemas sociais.

Também, de acordo com os autores, não se pode ignorar a influência da comunicação de massa na formação da identidade dos cidadãos. A grande mídia tem poder e trabalha para continuar exercendo influência na sociedade, interferindo na formação do pensamento crítico e tornando o mundo da comunicação um poderoso sistema de convencimento de muitos em pouco tempo.

Podemos entender que, sim, a mídia influencia na construção da identidade. Muito. Mas, [...] essa influência é tanta que ele perde sua identidade e constrói outra com os vários personagens que interpreta durante sua carreira. O sujeito pós-moderno que não possui mais uma identidade fixa, [...] que por conta dessa fragmentação do mundo moderno acabam caindo numa possível crise de identidade, onde não se sabe mais qual o verdadeiro eu em meio a tantos “eus” (Candaten & Veloso, 2015, p.8).

A modernidade proporciona ferramentas e técnicas de comunicação nunca antes vista e sentida pela humanidade. De acordo com Zuin (2001), a possibilidade de se fazer contatos remotos através da internet ainda deixa os usuários um tanto emocionados e, mesmo que sejam indiferentes ao conceito de Indústria Cultural da Escola de Frankfurt, são fomentadores deste conceito sem mesmo perceberem. Para o autor, é incrível que mesmo que se habite uma sociedade em que a técnica é o que conta, o consumo de massa e uma produção cultural muito grande, a sociedade não se mostra mais democrática ou com justiça social, muito pelo contrário.

Ainda para o autor, quando crimes, atos de violência ou vandalismo são praticados por cidadãos que tiveram uma boa educação, refere-se às escolas particulares com melhor desempenho em países como o Brasil, por exemplo, e quando tais atos são justificados com desculpas fracas e infundadas e mesmo assim a justiça acredita em tais justificativas e entende que os praticantes são inocentes, há claramente uma ruptura social.

Tais atos são indicativos de que há uma nítida fissura entre os conteúdos ideológicos da promessa de uma vida mais justa por causa da “democratização da cultura” e o real cumprimento dessa intenção. De fato, a produção cultural que se submete quase que por completo ao seu caráter de valor afasta-se de si própria, ou seja, termina por negar toda possibilidade de felicidade ao dissimular um verdadeiro estado de liberdade (Zuin, 2001, p.10).

Zuin (2001) ainda afirma que o resultado do processo de tornar a produção de símbolos algo voltado para um mercado, apesar de ter propósitos bem estabelecidos, força uma suposta integração impossível entre tribos da sociedade que não possuem igualdade. Para o autor, ainda que a centralidade do objetivo de

se ter uma cultura de massa seja a possibilidade de emancipar o coletivo, isso é falso e improvável de acontecer.

O autor complementa ainda que a realidade não consegue se separar da ideologia e uma atitude qualquer que vise não atender por um momento os interesses da indústria cultural e do consumo, é entendida e classificada como algo fora da rota. Zuni (2001, p.12) afirma que “não obstante, tem-se a impressão de que não há qualquer tipo de padronização ou uniformização do produto. Parece que vivenciamos uma identidade “única”, já que nos diferenciamos de todos os outros que não usam nossas marcas sociabilizadoras, tais como as marcas dos tênis e grifes de roupas famosas.”

Esta talvez seja a principal característica psicossocial do processo dissimulador da semiformação. O auspício inicial da formação burguesa – de que a sociedade democrática seria principalmente constituída por um indivíduo consciente das contradições entre os seus desejos e o desenvolvimento da cultura e, portanto, do limite de suas ações e de sua intervenção social, a ponto de poder confirmar a concretização de sua atividade racional livre na universalização dos seus direitos e deveres de cidadão – foi transformado no principal componente ideológico da formação que aparenta ser o que de fato não é (Zuin, 2001, p.12).

Os meios de comunicação são, como afirma Franco (2014), capazes de formar opinião de uma grande quantidade de pessoas, podem ser considerados fatores de influência na forma como os seres humanos se comportam e o autor chega a afirmar que podem servir como ferramentas de controle da sociedade. Para o autor, a busca pela audiência é capaz de acabar com a imparcialidade de qualquer telejornal, já que os apresentadores quase sempre fazem questão de imprimir a sua opinião e assim, tendo um lado escolhido, arrebanham ou não seus espectadores.

Franco (2014, p.271) diz que “os meios de comunicação em massa na sociedade atual deveriam desempenhar um papel essencialmente informativo, dando àquilo que a maioria da população busca que seria a verdade acerca dos acontecimentos de seu cotidiano”, porém não é tão simples quanto parece. O autor coloca que os meios de comunicação de massa tentam conquistar e dominar o pensamento de classes sociais em diversos segmentos da sociedade. Chama de mito a questão da imparcialidade da imprensa e diz que “o tratamento dado à notícia antes de chegar ao receptor é o principal argumento que se pode utilizar para caracterizar o jornalismo como manipulador”.

Porém aqui reside o conflito citado anteriormente que dá conta da liberdade de imprensa e da censura. Franco (2014) afirma que o problema da manipulação por conta dos veículos de comunicação de massa começa quando estes atuam em sociedades em que a educação é fraca e atrasada. Dessa forma, os grandes conglomerados de comunicação podem se tornar instrumentos de poder com influência social relevante e capaz de manipular de maneira ideológica classes e grupos em detrimento de outros.

Atualmente, não há como negar a maior participação que o poder da mídia adquire na sociedade moderna. Além de penetrar em movimentos circulares e repetitivos, em que a violência se encontra, mais recentemente a mídia passa a se propor como a instância que pode atuar em um reestabelecimento da cidadania dos indivíduos espectadores, reestabelecimento este que se dá a partir do combate à violência urbana.

Nesse contexto, a globalização trouxe reflexos para o supracitado acontecimento. No âmbito da mídia, com o desenvolvimento do processo de globalização, operou-se o fenômeno da midiaticização, em que os meios de comunicação em massa, sendo instrumentos veiculadores de informação, transmitiam os acontecimentos aos seus leitores e ouvintes, e estes, necessitados de participarem e contribuírem para as mudanças, passaram a considerar a mídia como um instrumento de efetiva participação popular, configurando-a como um instrumento de exercício da cidadania (Franco, 2014, p.275).

Por serem controlados por empresas que visam o lucro, os veículos de comunicação de massa são usados para adquirir a confiança dos cidadãos. Franco (2014) corrobora para isso afirmando que a sociedade pensa ter um aliado na questão dos direitos da coletividade, porém o pensamento é comercial, mercadológico e visa ao lucro, por isso pode, por vezes, ser alienador e desonesto.

Para se ter uma sociedade menos influenciável e mais justa, o autor propõe que haja um controle em relação à atividade da mídia. Sem querer censurar, de acordo com o autor, porém com responsabilidade, seriedade e ética, os veículos de comunicação de massa precisam saber do peso e da influência que exercem em um grande número de pessoas. Além disso, Franco (2014) constatou que existe uma tendência maior de haver interferência na sociedade quando esta não possui educação suficiente que auxilie no desenvolvimento do senso crítico.

A seguir, após finalizar a parte teórica, se inicia a pesquisa, coleta de dados e análise dos dados levantados.

7. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para o presente estudo foi usada a abordagem qualitativa. Tal método de pesquisa é importante para possibilitar que o pesquisador esteja diretamente envolvido com o processo de construção do pensamento, auxilia na compreensão e posterior descrição com maiores detalhes. A profundidade desejada com este método é alcançada com um aprofundamento no contexto onde ocorre. Moreira (2007, p.49) afirma que “a abordagem qualitativa parte, precisamente, do pressuposto básico de que o mundo social é um mundo construído com significados e símbolos, o que implica a procura dessa construção e dos seus significados”.

Ainda para Moreira (2007, pp.50-51), a utilização de métodos qualitativos possibilita uma aproximação do objeto de estudo enquanto que outros métodos não. Isso porque a flexibilidade de captação de dados e informações é mais latente na abordagem qualitativa. “Os métodos qualitativos elegem descrição densa e os conceitos compreensivos da linguagem simbólica, os métodos quantitativos preferem a precisão matemática e os modelos estatísticos de codificação numérica”.

Para a recolha de dados optou-se pela entrevista qualitativa. A escolha foi intencional e Moreira (2007) ajuda a entender tal opção:

A entrevista é seguramente a técnica mais utilizada na investigação social. E isso muito provavelmente porque é tão próxima da arte da conversação. Na verdade, a conversação, praticada ou presenciada, em situações habituais da vida quotidiana, pressupõe um ponto de referência constante e é, talvez, a melhor prática preparatória de realização de entrevistas, com as quais tem muitas semelhanças e dissimelhanças [...] (Moreira, 2007, p.203).

É importante ressaltar que existe um processo longo para que a decisão pela entrevista qualitativa seja decisiva. Leituras são fundamentais e ajudam na constituição do problema de investigação, para Quivy e Van Campenhoudt (1998, pp.69-70) “as entrevistas contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou rectificam o campo de investigação das leituras. Umas e outras são complementares e enriquecem-se mutuamente”. Para os autores, há um ganho de tempo e “constitui, para nós, uma das fases mais agradáveis da investigação: a da descoberta, a das ideias que surgem e dos contactos humanos mais ricos para o investigador.”

Ainda para o presente estudo, optou-se por utilizar uma amostra não probabilística do tipo bola de neve (*snowball*) que é quando os participantes iniciais indicam novos possíveis entrevistados, pois existem critérios pré-estabelecidos como: todos os elementos da população de análise serem brasileiros e estarem vivendo em Portugal há menos de dois anos, sendo um grupo específico de pessoas.

“A amostra não probabilística é obtida a partir de algum critério, e nem todos os elementos da população têm a mesma chance de ser selecionados, o que torna os resultados não generalizáveis. Guardando suas limitações, esse tipo de amostra pode ser conveniente quando os respondentes são pessoas difíceis de identificar (por exemplo, criminosos) ou grupos específicos (por exemplo, pacientes) [...]” (Freitas, Oliveira, Saccol & Moscarola, 2000, p.106).

Para Quivy e Van Campenhoudt (1998, p.195) quando se trata de investigação na área social, utilizar entrevistas pode fazer com que surjam elementos e informações que ajudarão na reflexão de temas e assuntos, possibilitando uma “análise sistemática de conteúdo que corresponda, por seu lado, às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos”.

Para Moreira (2007) a entrevista pode ser de diversas formas, uma delas é a que o entrevistador opta por utilizar um guião. Assim, de acordo com o autor, existe uma liberdade para que o pesquisador possa ordenar perguntas conforme percebe o andamento da entrevista. Foi a opção escolhida no presente estudo e o guião pode ser encontrado nos anexos do trabalho. Para o autor, utilizar um guião é o que melhor corresponde a uma entrevista qualitativa na essência.

Além do mais, devido à simplicidade de elaboração e também à correspondência (parcial) com as conversas de rotina da vida social quotidiana, este tipo de entrevista é muito frequentemente preferido pelos estudantes nos seus projectos de pesquisa. As entrevistas não-estruturadas são muito úteis como estratégias de descoberta (Moreira, 2007, pp. 204-205).

8. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para este estudo foram realizadas entrevistas entre os dias 26 de novembro e 14 de dezembro de 2015 nas cidades de Braga e Porto, em Portugal. Foi utilizado um guião para que o pesquisador pudesse ordenar uma linha de raciocínio e conseguisse extrair dos indivíduos entrevistados informações relevantes ao problema de pesquisa.

A amostra foi constituída por 20 imigrantes brasileiros que residem em Portugal há menos de 2 (dois) anos, 11 (onze) do sexo masculino e 9 (nove) do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 19 e os 50 anos de idade. No que respeita à situação familiar, 9 (nove) entrevistados eram casados, 10 (dez) solteiros e 1 (um) divorciado, sendo que do total 3 (três) tinham filhos e 17 (dezesete) não. Quando questionados sobre a região de origem no Brasil, 7 (sete) afirmaram ser da região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), 7 (sete) da região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), 2 (dois) da região Centro-Oeste (Distrito Federal e Mato Grosso), 2 (dois) da região Norte (Pará) e 1 (um) da região Nordeste (Paraíba). Quanto ao grau de escolaridade, 5 (cinco) entrevistados já eram pós-graduados em nível de especialização e mestrado, 8 (oito) possuíam o ensino superior completo e 7 (sete) com o nível superior ainda incompleto.

Como fator de decisão para a saída do Brasil 6 (seis) indicaram ser uma oportunidade, 6 (seis) apontaram outros fatores, 4 (quatro) apontaram a violência como fator decisivo no momento de deixar o país e 2 (dois) disseram que a língua foi determinante.

Importante aspecto ressaltado pelo entrevistados, a violência surge em quase todas as entrevistas, em algum momento da abordagem. Para evitar divergências, faz-se necessário definir a violência:

“Surgida no início do século XIII, a palavra violência, que deriva do latim vis, designando força ou vigor, caracteriza um ser humano de carácter irascível e brutal. Define também uma relação de força que visa submeter ou constringer o outro. Nos séculos seguintes, a civilização ocidental concedeu-lhe um lugar fundamental, fosse para denunciar vivamente os seus excessos, e declarando-a ilegítima ao recordar que a lei divina proíbe matar outro homem, ou para lhe dar papel positivo eminente e caracterizá-la como legítima, para validar a ação do cavaleiro, o qual verte o seu sangue para defender a viva ou o órfão, ou tornar lícitas as guerras justas conduzidas pelos reis cristãos contra infiéis, desordeiros e inimigos do príncipe” (Muchembled, 2014, p.15).

E a palavra violência não surge na boca dos entrevistados sem que hajam explicações, justificativas e apontamentos de sobra. Fort (2007, p.138) afirma que existe uma sociedade cada vez mais assustada com a violência urbana e que emprega meios para tentar amenizá-la, isolando-se e procurando, de forma egoísta, encontrar uma solução solitária para um problema que é do todo, que é coletivo. A autora ainda afirma que há uma tendência de anulação do real, algo previsto nas sociedades modernas e é diretamente influenciado pelos veículos de comunicação que tendem, incessantemente, a tratar a violência e a morte como algo espetacular. “É na mídia que o indivíduo vai buscar essa experiência imediata do real”, ou seja, aquele ato violento ou criminoso que acontece na frente da sua casa, no rua onde o cidadão vive, é contado e representado pelo jornalismo trazendo construções despedaçadas da vida real.

A teoria de Szpacenkopf (citado em Negrini, 2012, p.80) diz que:

“os espetáculos de violência e morte são atrativos ao grande público. Szpacenkopf (2003) evidenciou que mesmo os que dizem não gostar de violência acabam sendo atraídos por contemplá-la nos meios de comunicação e acabam se interessando por notícias com este conteúdo, “[...] seja porque querem estar informados, seja porque precisam saber o que pode lhes acontecer, seja porque defensivamente podem ver na tela o que poderiam fazer, mas que são os outros que fazem”.

Para facilitar o entendimento das respostas dos elementos que participaram da pesquisa, nomearemos com nomes fictícios os 11 (onze) homens e as 9 (nove) mulheres conforme a seguir: Miguel, Alice, Arthur, Sophia, Davi, Júlia, Pedro, Laura, Bernardo, Isabela, Gabriel, Manuela, Lucas, Luiza, Mateus, Helena, Heitor, Valentina, Rafael e Enzo.

Alice, que foi entrevistada no presente estudo, afirma: “tenho dois filhos pequenos, e agora a questão de violência me assustou um pouco”, sair do Brasil para Alice era uma questão de buscar segurança e tranquilidade e afirma que “[...] foi uma opção de uma vida mais tranquila”, bem como Miguel que diz que sair do Brasil foi “opção foi basicamente por conta a violência urbana que já estava insustentável”. Já para a entrevistada Sophia:

“Foi uma opção. Porque...resumir em poucas palavras é complicado. [...] Porque já tínhamos uma vida organizada, porém não satisfatória. Não chegávamos a níveis satisfatórios, não digo só a nível financeiro, digo a nível de um tudo. Não adianta você trabalhar, ter um trabalho estável, você ter a sua casa tudo, mas você não ter segurança. Principalmente no Rio de Janeiro, que onde morávamos, você não tem segurança pública. Você sai de casa com medo de não poder voltar e não tô [sic] a dizer ir pra balada nem nada disso, tô [sic] a dizer sair pra trabalhar. Pra viver, a rotina do dia a dia já estava ficando complicada e está cada vez pior, infelizmente. Não tem mobilidade urbana, você perde pra ir 4 a 5 horas no trânsito por dia, isso, pronto, 4 horas por dia, sexta-feira nem conta, não é?! Se você quer fazer um passeio, uma viagem, uma coisa pra dar uma descansada num feriadão esquece, você perde quase um dia do seu feriado só pra poder se deslocar. Por falta de mobilidade, por falta de...de segurança...por N situações.”

Um país continental como o Brasil, possui problemas com a violência proporcionais ao seu tamanho. De acordo com o Relatório Global sobre a Prevenção da Violência (2014), que é um documento elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório da ONU sobre Drogas e Crime (UNODC), em 2012 o país registrou 50.108 homicídios e deste total, 73% foram resultado do uso de armas de fogo. É um número elevado e preocupante, que impacta diretamente a população. O relatório citado utiliza dados de 2012, porém em 2014, de acordo com Stochero (2015, 27 de julho) o “Brasil teve em média 143 assassinatos por dia”, totalizando 52.336 em apenas um ano.

Para Cerqueira (2014), os motivos que justificam o aumento da violência no Brasil não são recentes, muito pelo contrário. É, de acordo com o autor, consequência de uma série de atos, divididos em três períodos entre a década de 1980 e os anos 2000. Nos últimos 30 anos a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes quase que dobrou e possíveis causas não faltam, seja pela questão social, econômica e de demografia ou pelo significativo aumento do mercado de drogas proibidas, comércio de armas de fogo ilegais e até pelo papel da polícia na sociedade.

O autor fala do primeiro ato que justifica a disparada da violência no Brasil, para ele o problema se inicia em 1981 quando o país se depara com a famosa década perdida (1980). Diante de uma atividade econômica estagnada, inflação nas alturas e a renda concentrada na mão de poucos, a década de 1980 no Brasil recebeu o título de década perdida. O segundo ato para Cerqueira (2014, p.54) compreende o período entre os anos de 1990 e 2001 onde ele intitula de “cada um por si - ou o crescimento da indústria de segurança privada”. Já o terceiro item apontado pelo autor vai de 2001 até 2007 quando, após haver a degradação das forças de segurança pública, há uma disparada nas taxas de homicídio no Brasil, porém “no campo socioeconômico, a evolução se deu de forma positiva, com a desigualdade de renda diminuindo de forma consistente, com a taxa de desemprego e o aumento da renda per capita [...]” (Cerqueira, 2014, p.64).

Para Miguel, a opção do deixar o Brasil também se baseia na violência e ele afirma que a “opção foi basicamente por conta a violência urbana que...já estava insustentável”. Há, inclusive, por parte do entrevistado Miguel um relato de violência:

“Eu não lembro o ano, mas foi uma época que eu tava (sic) morando com a minha mãe, já tava (sic) casado [...]. E nesse período nós tivemos a casa invadida, por dois elementos que eu não cheguei a ver porque ficaram, esconderam-se né? Fugindo da polícia, esconderam-se lá e tal e aquela sensação de impotência foi...foi terrível. Foi um dos motivos pelo qual eu decidi.”

Mello-Silva et al. (2012, p.559), afirma que pessoas que são vítimas da violência, principalmente quando existe contato com armas de fogo, como no caso de Miguel, existem sensações que são sentidas pelas vítimas que podem levar ao desenvolvimento de traumas psicológicos e até o aparecimento de síndromes: “vítimas de violência vivenciam ameaça à integridade física de si própria e de outros, medo intenso, impotência ou horror. Em regiões com alta taxa de violência, a ocorrência de repetidos eventos pode predizer o Transtorno de Estresse Pós-Traumático, bem como pode reduzir a qualidade de vida das vítimas”. Quando o autor se refere às regiões com alta taxa de violência, Miguel se encaixa nesse padrão, já que vivia na cidade do Rio de Janeiro, uma das mais violentas do Brasil.

Em países semi-periféricos, com o seu legado de desigualdades, injustiça social, arbitrariedades e violências, e por não ter encontrado segmentos sociais capazes de cumprir as tarefas históricas de transformação e ruptura com a cultura oligárquica predominante, as promessas emancipatórias da modernidade não passaram de declarações formais, visando legitimar pactos de elites. Assim ocorreu em diferentes momentos da história brasileira, como na República Velha, na Revolução de 1930, na ordem constitucional de 1946, etc., num processo de “Revolução Passiva” ou de pacto entre as elites, visando transitar, sem rupturas (ou, pelo menos, sem rupturas profundas), para uma nova realidade que mantém a lógica anterior nos aspectos essenciais do modelo de desenvolvimento e da estrutura de classes (Dornelles, 2014, p.214).

Mateus, que é da cidade de São Paulo/SP, diz que “não tive ainda nenhum caso, espero não ter e duvido que tenha, nenhum caso de, de sei lá, roubo e etc. Não, no Brasil muitas vezes, em São Paulo principalmente”. Quando é confrontado com a diferença entre o Brasil e Portugal na questão da violência ele diz: “só que aqui (Portugal), nenhum. Não cheguei nem próximo. E isso é um negócio que eu posso pontuar

como a segurança um dos fatores que me surpreenderam, não me surpreenderam porque eu já esperava que não tivesse tanta criminalidade quanto São Paulo”. Mateus ainda coloca que “São Paulo é uma das cidades mais violentas do Brasil assim, né? E você pega Braga e Portugal como um todo, a criminalidade é pequena, eu acho que sei lá, a taxa de homicídio por 1000 habitantes deve ser abaixo de 1%. Então é um negócio bem mínimo. Agora no Brasil você tem, em São Paulo especificamente [...]”. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna - RASI - (2016), Portugal registrou 102 homicídios no ano de 2015 e, conforme afirmou Mateus, a taxa é abaixo de 1%, ficando em 0,01% para cada 1000 habitantes.

Ainda para Dornelles (2014), o Brasil teve o processo de modernização adquirido de maneira retardada, com atraso e, mesmo assim, não conseguiu diminuir seus problemas sociais, que são graves, há bastante tempo. Há, para o autor, uma cultura oligárquica no país e isso é parte integrante da problemática da desigualdade social, de se terem elites que governam o Brasil desde sempre e não possuem interesse em incluir os cidadãos excluídos e praticar a justiça social. Coloca o autor ainda, que quando se é negada a grande parte da população brasileira o direito de participar da sociedade de forma igualitária, tende-se a uma busca por essa igualdade de maneira que práticas ilegais se realizem.

Quando a violência é considerada como resultado da “escassez do público”, ou seja, da exclusão política de grandes parcelas da população e da privatização da liberdade, o enfrentamento do quadro de ruptura com a institucionalidade se dá com a democratização do Estado, e com o pluralismo político e a ampliação dos canais de participação e representação política. A democratização do Estado, por si só, não é um remédio para a apatia política e a indiferença cívica, para as ações antiinstitucionais da juventude mais pobre e para o neo-corporativismo das formas associativas (Dornelles, 2014, p.218).

Heitor cita outro problema que considera grave, a “corrupção. [...] É exatamente isso, você fica insatisfeito com a situação da sociedade brasileira” e para ele houve um despertar, uma atenção das pessoas para o fato de que “cada vez menos as pessoas se importam umas com as outras. Cada vez menos importa a vida a do outro” e ele entende que “isso aumentou exponencialmente nos últimos anos. Onde a gente vê que o nosso governo tá (sic), tá (sic) roubando então tá (sic) todo mundo roubando pra si. Sendo que quem dá o exemplo, está dando um mau exemplo, está todo mundo seguindo assim”.

A corrupção política é um fenômeno universal que atinge praticamente todos os países do mundo, democráticos ou não. No caso dos países democráticos, no entanto, ela tem efeito devastador para a legitimidade do regime e para a promessa de igualdade política que ela supõe. Isso ocorre, por um lado, porque ela induz parcelas importantes da opinião pública a considerar que o princípio do primado da lei não é efetivo, já que muitas vezes nem todos os protagonistas envolvidos são igualmente atingidos pelos efeitos punitivos das normas legais. Por outro lado, a corrupção também desequilibra os modos pelos quais projetos de políticas públicas são escolhidos pelas instâncias de tomada de decisões, já que alguns desses projetos são adotados através de meios espúrios envolvendo a apropriação privada de fundos públicos. Nessas condições, ela fraudava o princípio de que na democracia a competição política entre atores diferentes se baseia na igualdade de condições (Mesquita, Moisés & Rico, 2014, p.1).

Singer (2013, p.35) define a corrupção como sendo “um fluxo de transações indevidas entre os bens públicos e os interesses privados [...]”, e por isso “os governos, enquanto gestores da riqueza coletiva, estão

constantemente no centro das denúncias”. Para o autor, quando se é erguida uma bandeira popular que explora e aborda um movimento anti-corrupção e as pessoas colocam o combate a esse problema como motivo para protestar, “ela penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção?”. A ideia de Heitor de que está “todo mundo roubando”, surge dentro de um contexto de realização da Copa do Mundo de 2014, de protestos populares contra o governo federal brasileiro que eclodiram em junho de 2013 e o autor coloca:

Com a crítica aos dispêndios para o calendário esportivo, entrava em cena uma segunda bandeira de esquerda, após a redução das tarifas. Afinal, o que está em jogo é a destinação de dinheiro público para construir estádios luxuosos e rendosos em termos de negócios, mas depois pouco úteis, em um país onde os pobres não têm esgoto, atendimento médico, transporte aceitável, segurança pública e, agora, para cúmulo da ironia, passaram a ser excluídos também do próprio futebol. Em última análise, a crítica da desigualdade constitui o *leitmotiv* do enredo “anti-Fifa” (Singer, 2013, p. 36).

Ainda para Singer (2013, p.32) os protestos no Brasil foram “socialmente heterogêneos” e “foram também tão multifacetados no plano das propostas que não espanta haja todo tipo de imputação ao seu sentido ideológico: desde o ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo”. Para o autor, fica claro que a ida dos cidadãos brasileiros para as ruas “acabaram por ser uma espécie de “Jornadas de Juno”, cada um vendo nas nuvens levantadas nas ruas a forma de uma deusa diferente”. Durante os protestos no país, órgãos e institutos de pesquisa foram questionar os participantes para saber quais eram as suas principais reivindicações e Singer (2013, p.39) diz que “50% fazendo referência especificamente à corrupção”.

A entrevistada Sophia aponta para um fato que é comum aos grupos de estrangeiros, o dilema entre buscar uma nova oportunidade de vida ou permanecer próximo aos familiares. De acordo com Truzzi e Matos (2015), com a constante movimentação de pessoas pelo mundo, aumentando a distância entre elas, é natural que a saudade seja um fator que tenha peso relevante e importante na tomada de decisão de sair do país de origem e ir para um outro lugar.

“Queríamos ter qualidade de vida, tranquilidade, poder viver, fazer o que quiser sem estar se preocupando enfim, tendo enfim, tendo segurança, tendo tudo isso. É abdicar de estar próximo das pessoas que se ama, mas também tem a ver com escolhas, não é. A gente pesa na balança e ver o que satisfaz. Meu marido tinha uma situação, profissional...né, encaminhada porém não tava (sic) satisfeito, tava (sic) com enfim...problemas de saúde, depressão, a base de medicamentos, não sei o que, ou seja, você trabalha pra caramba pra tar (sic) comprando remédio e ferrando com a sua saúde.”

Porém, no caso do Brasil e de Portugal, há uma série de fatores que podem ser considerados como facilitadores no processo de adaptação e a língua é um deles. Malheiros (2007, p.40) afirma que por Portugal ser considerado um país-irmão do Brasil, possui características relacionadas à linguagem e à cultura, ajudando no fluxo de cidadãos entre os dois países. O autor ainda coloca que “as relações estabelecidas com o Brasil vinculam-se aos laços culturais e de sangue”.

Já para Silva (2000), alguns tipos de interesses que posteriormente podem se transformar em oportunidades, passam pela língua. Para o autor, o papel da língua é primordial no processo de união entre povos de diferentes nações e exerce influência inclusive econômica.

Por outro lado, uma língua comum a vários países é um bem público internacional, isto é, está disponível sem restrições para todos os que o utilizam, sejam eles populações ou empresas, constituindo uma vantagem, cujo recurso próprio ou alheio pode favorecê-los colectivamente. Assim, e para além dos benefícios decorrentes das trocas e dos negócios em variados sectores e contextos, outra área onde esta lógica tem incidência particular, é a dos organismos internacionais (em princípio portadores da lógica dos bens públicos), cujo peso tende aliás a aumentar rapidamente, detendo uma parte importante da afectação e da orientação internacional dos recursos. Em termos gerais, é importante sublinhar esta convergência, ainda que relativa e limitada (bem como atravessada por conflitualidades várias), entre firmas transnacionais e organismos internacionais, com vista a tratarem o mundo como também dividido em espaços linguísticos estruturantes, de uma forma mais solta e pragmática que os próprios Estados tradicionais (Silva, 2000, p. 13).

A entrevistada Laura afirma categoricamente que optou por Portugal por conta da língua: “escolhi Portugal por causa da proximidade da língua mesmo”. Assim como ela, Luiza também aponta a língua como fator importante e diz que “lugar de fácil acesso pra mim, porque sei lá, ser imigrante falando a minha própria língua é mais fácil né?!”. Percebe-se que, o que os autores afirmam, se encontra com o que a pesquisa do presente estudo constata com alguns entrevistados.

A língua pode ser considerada como fator fundamental na influência do processo de globalização, como afirma Silva (2000). Para o autor, a língua é capaz de derrubar muros que possam atrapalhar a relação entre países longínquos, pode aproximar relações comerciais, econômicas, políticas e sociais, porém deixa claro que isso só acontece quando há interesse entre as nações envolvidas.

Quando inquiridos sobre buscarem em Portugal algo que não encontram no Brasil, os entrevistados trouxeram pontos de vista relevantes e diferentes uns dos outros. Alice afirma que para ela o que importa atualmente é a segurança, Miguel também aponta para o fator da segurança e diz: “sim...sim...sim... sensação de segurança, principalmente”. Júlia também reitera o que os entrevistados anteriores disseram e afirma que busca “mais segurança, aqui é mais seguro, é um país muito mais tranquilo”.

Sophia também coloca a segurança como um fator primordial que busca em Portugal, assim como a Luiza que diz que “pra morar sozinha, com segurança [...], segurança, de morar sozinha”. É possível perceber que 4 (quatro) entrevistadas mulheres, das 9 (nove), citam a segurança como fator relevante e para apenas 1 (um) dos 11 (onze) homens, a questão da segurança vem em primeiro lugar. Apesar do debate de gênero não ser o foco deste estudo, a quantidade e a diferença de prioridades entre os entrevistados é, no mínimo, interessante. Blay (2003, p.87) afirma que “agredir, matar, estuprar uma mulher ou uma menina são fatos que têm acontecido ao longo da história em praticamente todos os países ditos civilizados e dotados dos mais diferentes regimes econômicos e políticos” e no Brasil não é diferente.

Para Arthur, um fator que predomina na busca por algo que ele pode encontrar em Portugal e não no Brasil, são as questões culturais. Apesar de conter em seu discurso alguns tópicos relativos à violência, o

entrevistado não associa diretamente e direciona suas ideias para a questão da educação, cidadania, moral e ética.

“Eu vim buscar diferença. E assim, o que eu encontrei de diferente aqui em Portugal, de cara assim, fora as questões culturais mais explícitas, sociais. A maneira que as pessoas se comportam aqui é diferente da maneira como os brasileiros se comportam. Seja, assim...questão de cidadania. Não sei se é uma coisa localizada aqui do norte de Portugal, mas assim logo quando eu cheguei eu fiquei muito impressionado com uma coisa muito simples, de...aqui você pouco escuta buzina. Na minha cidade eu era a pessoa que mais buzina lá e isso que eu buzino pouco. [...] Trânsito, respeito por ciclista e faixa de pedestre. É uma coisa muito simples, mas que eu até levei um certo tempo para me adaptar saber que quando tinha uma faixa de pedestre eu podia passar sem medo, porque eles sempre param. E assim, essas pequenas atitudes de cidadania. Eu dificilmente encontrava no Brasil [...], uma coisa que chega até a ser ridículo é que uma atitude de cidadania dessa quando é encontrada no Brasil é motivo de noticiário. [...] não que não aconteça, mas é muito esporádico. Já esqueci meu guarda-chuva algumas vezes em bares e é uma coisa que você perde porque você perde, mas ninguém leva. Vê solto assim ninguém pega o que não é seu. Deve acontecer né, até porque não tem só português aqui e também não tem só português honesto, mas a maioria das pessoas, de uma maneira geral eu me sinto muito seguro. E a segurança é um outro fator também que eu sinto aqui [...].”

Importante delimitar e compreender o conceito de cidadania e de acordo com Pinsky e Pinsky (2007), o sentido da palavra varia conforme o tempo e o local onde está sendo aplicado. Para os autores, a noção de cidadania é diferenciada dependendo do país onde é aplicada e para eles tem muita diferença entre a definição de cidadão em países da Europa e no Brasil, por exemplo. Ainda para eles, ser cidadão é poder usufruir de direitos civis, sociais e políticos e os autores afirmam que conquistas como o voto feminino, aceitação de outros cidadãos que não pertencem àquela sociedade entre outras, são atitude e ações que permeiam a noção de cidadania.

Tratar de cidadania é, mesmo que despropositadamente, adentrar no campo da ética. Os conceitos se relacionam e mesmo que a sociedade seja algo complexo de se definir como afirma de Bártolo (2007), o que Arthur refere são questões práticas que fazem parte do processo de conviver em sociedade atrelado a noção de cidadania, ética e moral.

Uma ética societária, que apele para o compromisso do dever e motive para o cumprimento dos deveres sociais de solidariedade, de respeito pela dignidade de toda a pessoa humana e recuperação/integração de todos quantos estão excluídos, constitui, no início deste século XXI, um imperativo universal. Assuma-se, inclusivamente, a Ética no seu sentido pragmático, de boas práticas, porque o importante e decisivo é que todo o cidadão interiorize o conceito do dever, como uma boa metodologia ao serviço daqueles que mais necessitam (de Bártolo, 2007, p.148).

Isabela afirma que busca em Portugal “civildade”, corroborando para o que Arthur afirma. Já Valentina afirma que “do governo eu não espero nada”, mas busca em Portugal por “educação. [...] E cidadania”. Lucas deixa claro que “em comparação com as universidades do Brasil, acredito que ter um curso hoje no exterior é muito mais notável dentro do país. [...] A qualidade de um ensino no exterior te proporciona muito uma abertura maior, do que se você tivesse no próprio Brasil”. Essa visão pode ser explicada e para Schwartzman e Brock (2005, p.15), a alfabetização na Europa já era popular no começo do século XX enquanto que no Brasil a educação chegava a uma pequena parcela da população. De acordo com

os autores, “somente com a Revolução de 1930, que trouxe Getúlio Vargas ao poder e deu início a um novo período de centralização política, a educação finalmente surgiu como prioridade nacional”. Em resumo, a educação no Brasil entrou na pauta do país a menos de 100 anos, o que em se tratando de história, é praticamente nada.

Para Pedro, além da questão cultural, a facilidade de acesso ao mestrado em relação ao Brasil é algo que ele busca vivendo em Portugal. Para ele o “mestrado bem mais acessível e a questão cultural que a gente não tem como encontrar lá”. Já Manuela afirma que busca em Portugal cultura e educação. A visão dos entrevistados é justificada por Reis (2007), que afirma que Portugal representa a Europa na visão dos brasileiros e os portugueses servem de farol do saber, do desenvolvimento, da novidade, da questão racional, dos bons costumes, um sinônimo do que é civilização e os pregadores do cristianismo. Sendo assim, de acordo com a visão do autor, é possível compreender que ainda hoje muitos brasileiros vejam os portugueses e Portugal como um lugar superior, uma escola de cultura e possibilidades na questão do emprego, da educação e de uma vanguarda social desenvolvimentista.

Os portugueses são os representantes da Europa, das Luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo. O Brasil queria continuar a ter uma identidade portuguesa, a jovem nação queria prosseguir na defesa desses valores. A outra questão suscitada pela busca da identidade: o que o Brasil não quer ser? A resposta das elites: o Brasil não queria ser indígena, negro, republicano, latino-americano e não-católico. O que significa dizer: o Brasil queria continuar a ser português e para isso não hesitará em recusar ou reprimir o seu lado brasileiro (Reis, 2007, pp.31-32).

A entrevistada Sophia corrobora para isso e afirma que além de buscar tranquilidade e segurança, ela veio em busca de um futuro profissional melhor e diz “eu estava formada, eu um ano de formada na minha área, na minha cidade exatamente nunca tive nenhuma oportunidade nem de entrevista. Aqui eu mal cheguei, um mês que eu estava aqui eu tive entrevista, na minha área”. Para ela, Portugal representa uma chance de se destacar na carreira e um investimento, “por isso eu quis investir, continuar investindo no meu futuro, continuar investindo no meu conhecimento e vim pra dar continuidade na minha carreira, nas oportunidades que aqui tem, que são maiores”.

Contrapondo essa ideia de Portugal ser visto com um país melhor que o Brasil e com mais oportunidades, Gabriel afirma que “eu não vim aqui com o sonho do brasileiro que não gosta do Brasil. Eu adoro o meu país, eu estudei cultura e política e todas as implicações más e boas que isso tem e eu gosto muito do Brasil, com todos os problemas dele”. Bernardo também reconhece que o Brasil é superior a Portugal em alguns aspectos e diz que “eu buscava uma...acho que...claro que uma é...assim pra carreira algo a mais. [...] Uma oportunidade de estudo, que uma faculdade que tivesse coisas que não encontrava lá assim, mas vi que, que não é bem essa a realidade e que a faculdade de lá não deve muito pra daqui em vários quesitos”.

Sem a pretensão de delimitar certo e errado, é interessante perceber as diferenças entre o pensamento dos cidadãos brasileiros que vivem em Portugal. São pretensões diferentes e visões de mundo

opostas, ambas que podem ser apoiadas em pesquisas e ideias de autores, como no caso de Gabriel e Bernardo:

Essa matriz mítica é decisiva para a elaboração do imaginário brasileiro e da auto-imagem do Brasil. Antes de mais nada, como todos sabem, "o Brasil é um dom de Deus aos homens", demonstrado pela ausência de violência natural - não temos vulcões, terremotos, maremotos, tufões nem desertos (há 500 anos isso é repetido) - e pela clemência primaveril da natureza - nosso Hino Nacional refere-se ao país como "florão da América" cujos céus "tem mais estrelas" e cujos "bosques tem mais flores". Nas escolas, as crianças aprendem o significado das quatro cores de nossa bandeira: o verde, nossas luxuriantes florestas; o amarelo, nossas inesgotáveis riquezas minerais; o azul, nosso céu de anil onde brilha o símbolo de nossa eleição divina, o Cruzeiro do Sul; o branco, a paz e a ordem (com progresso) de um povo varonil, justo, generoso, cordial, pacífico e ordeiro. Somos o bom-selvagem, por natureza e por divina providência, pois, somos herdeiros da inocência dos nativos do Paraíso (ainda que os tenhamos dizimado num genocídio sistemático) (Chauí, 1995, p.80).

Para a autora, somos forçados a imaginar um Brasil que está fadado ao sucesso, mesmo que para isso não necessite de grandes mudanças sociais ou de pensamento. Chauí (1995, p.80) continua quando afirma "estamos, profeticamente, destinados à grandeza do futuro, pois, nascido sob o signo do milênio, "o Brasil é o país do futuro", pelo qual não precisamos lutar porque nos está prometido desde o começo do mundo". Já a entrevistada Helena diz que "busco essa, essa...uma experiência de interrelação mesmo, de experimentar uma vida num outro país com uma outra realidade, uma outra cultura. Embora algumas coisas possam ser muito parecidas, outras não são né? É outro lugar, é outra região, é outra...". Deixa claro que para ela há uma distinção muito facilitada entre os dois países e completa dizendo "uma coisa que é interessante de estar aqui em Portugal assim é que pra gente chegar a facilidade do idioma é muito grande, mas por outro lado a gente tá muito perto de outros países interessantes também. Que dá pra fazer conexões, pra você ter outras experiências".

Lucas reafirma a ideia de que Portugal pode ser uma porta de entrada para um outro mundo e diz que busca "Intercâmbio. O conhecimento de cultura e a possibilidade de ter um mercado muito mais aberto. Digo numa questão tanto pra conhecimento pessoal, no caso você ter a Europa aí sua disposição para poder viajar e conhecer também as culturas diferentes". Pode-se afirmar que Portugal é tido pelos brasileiros como um país que pode servir de trampolim para outros países da Europa e ainda pode ser um lugar para encontrar gente do mundo todo, aliado a uma riqueza cultural vasta. Rafael corrobora para isso e afirma que Portugal permite o "conhecimento de novas culturas pelo acesso. Lá (Brasil) pra eu conversar com, sei lá, com alguém da República Tcheca isso eu acho que isso nunca ia acontecer. Aqui (Portugal) aconteceu em duas semanas."

Santos (1993), explica essa ideia dos entrevistados, afirmando que Portugal possui uma cultura muito rica que não se limita somente aos portugueses. Para o autor, a cultura portuguesa é aberta para toda a Europa, para o Brasil e ainda para a África e isso se deve ao fato de Portugal ser um país dependente de outras nações.

Com exceção de um período de algumas décadas nos séculos XV-XVI, Portugal foi durante todo o longo ciclo colonial um país semiperiférico, actuando como correia de transmissão entre as colónias e os grandes centros de acumulação, sobretudo, a Inglaterra a partir do séc. XVIII, e este facto teve uma importância decisiva para todos os povos envolvidos na relação colonial, uma importância que, de resto, se manteve mesmo depois de essa relação ter terminado e até os nossos dias (Santos, 1993, p.27).

Ainda para Santos (1993, p.30), Portugal se mostra como um país de opostos em múltiplos aspectos, inclusive quando se refere à questão identitária. O autor afirma que “é certo que Portugal é por vezes considerado, tanto por estrangeiros, como até pelos próprios portugueses, um enigma, uma sociedade paradoxal”. Pode-se afirmar portanto, que as fronteiras de Portugal não parecem visíveis desde que os próprios portugueses foram conquistar outros territórios.

Dando seqüência ao guião nas entrevistas com os inquiridos, abordou-se a perspectiva da busca pela informação. A intenção era saber se os cidadãos brasileiros que pretendiam deixar o Brasil estavam informados e por quais veículos ou canais de informação o faziam. Alice disse que se informava sobre os acontecimentos do país através da internet e de portais de notícias como “click RBS”, “globo.com” e “G1”, que é um portal na internet que pertence à Rede Globo. Assim como Alice, Miguel disse “eu não costumo assistir TV, então a minha maneira mais básica de informação era internet” e complementou afirmando “sempre acessei assim os sites de portais de notícia [...]. Globo.com, Jornal Fluminense que é o jornal da minha cidade [...]. O próprio Facebook, também é uma ferramenta de informação se souber filtrar”.

Arthur também dá continuidade ao que disseram os entrevistados anteriormente e coloca que “eu acessava mais eram as notícias avulsas dos portais de notícias como G1, como a Veja” e continua “na verdade qualquer portal de notícia pra mim [...], tentava obter à partir de repente de um site que eu via a notícia, se não era um site muito conhecido, eu procurava saber num site de maior credibilidade a mesma notícia para saber se procedia”. Já Pedro não citava nome de nenhum veículo de comunicação e diz “eu não costumo consumir a informação de uma fonte fiel, eu sou bem variável”. Já para Júlia a informação vinha do “G1...a Folha”, numa referência ao portal de notícias do Jornal Folha de São Paulo, assim como Sophia que cita “o jornal da minha cidade que era Niterói (cidade no estado do Rio de Janeiro), O Fluminense. O Globo [...] acesso online”.

Davi diz que tinha assinatura da Revista Época e que se informava “principalmente a Globo né?! O Fantástico (programa semanal veiculado nacionalmente pela Rede Globo)”. Já para Laura a informação era buscada na internet, “de forma geral revista é muito difícil” e diz “eu acesso mais Folha e UOL”. Manuela afirma que a TV e a internet eram fontes de informação e coloque que “sim...o Jornal da Globo é um jornal eu assistia bastante, Jornal Nacional principalmente” e “o G1, o G1 era um site que eu olhava muito também”. Bernardo afirma que “uma coisa que eu vejo, que eu olho bastante é o Catraca Livre (portal com uma variedade de informação) e...não sei...coisas do Facebook mesmo e...às vezes algumas coisas. Tem o jornal da minha cidade que é o Gazeta do Povo, as vezes alguma coisa da Folha. Raro”.

Isabela coloca que toda a informação que consumia vinha de portais da internet e diz “G1, eu sempre abria, A Notícia porque era mais regional nosso. Jornal de Santa Catarina também, abria também a página da UOL. Todos na internet”. Gabriel contrapõe os outros entrevistados ao afirmar que se informava por veículos de comunicação, geralmente jornais, de maneira impressa e não pela internet. O entrevistado diz “eu lia bastante, bastantes veículos de comunicação, assim de massa. Então, eu assinava porque a minha família toda assina, então eu tenho O Globo, eu tenho Folha de São Paulo”. Luiza intercala TV e internet e diz “Jornal Nacional, eu sempre assisti isso” e “G1 eu lia bastante, leio até agora”.

Para a entrevistada Helena há uma alternância entre internet e TV e ela diz “A Gazeta do Povo, que é um jornal nosso. [...] Tudo online” e que “televisão eu gostava do jornal da Globonews, esse eu assistia bastante. Globonews em pauta (nome de um programa do canal de televisão à cabo)”. Lucas mostra em sua fala o que a pesquisa demonstra, que a internet é uma ferramenta de comunicação poderosa e diz que se informava através do “G1, Hooters, que é o site, que é o site de economia também. Valor Econômico”. Mateus afirma que também se mantinha informado pela internet através da “Folha, Folha de São Paulo. [...] Estadão e entrava muito no UOL de portal de notícias”. Já Heitor volta a alternar entre a internet e a televisão ao afirmar que “lembro de assistir bastante Band News, Record News bem menos, mas assistia, também via. [...] G1, site do G1, site do Santa (Jornal de Santa Catarina), Diário Catarinense...que mais...portais, alguns portais”.

Rafael corrobora para o fato de colocar a internet como uma importante ferramenta na busca por informações e diz “internet, principalmente. [...] Jornais...principalmente sites de jornais. Globo.com, O Globo sempre li muito O Globo, na internet”, assim como Valentina que, apesar que buscava informação via internet nos principais jornais do Brasil e afirma “o que eu mais lia era Folha de São Paulo, Estadão” e a “revista Veja”. Enzo diz que “eu utilizava sempre os sites de notícias, UOL, Folha, Estado de São Paulo...utilizava mais a internet. [...] A rede social eu nunca acreditei muito nas notícias, eu sempre tive um pé atrás”.

Pinho (2003, p.9) afirma que “o jornalismo marca sua presença na Internet por meio das versões online de jornais e jornais impressos, de agência de notícias, de serviços de distribuição de notícias e de sites noticiosos especializados”. Para o autor, o trabalho do jornalista é facilitado pela internet, pois possibilita uma comunicação mais rápida entre quem escreve e quem lê, a possibilidade de se monitorar o que está sendo discutido, acesso a uma infinidade de conteúdos e a possibilidade de se consultar grandes bases de dados mundiais.

A Internet é uma ferramenta de comunicação bastante distinta dos meios de comunicação tradicionais - televisão, rádio, cinema, jornal e revista. Cada um dos aspectos críticos que diferenciam a rede mundial dessas mídias - não-linearidade, fisiologia, instantaneidade, dirigibilidade, qualificação, custos de produção e de veiculação, interatividade, pessoalidade, acessibilidade e receptor ativo - deve ser mais bem conhecido e corretamente considerado para o uso adequado da Internet como instrumento de informação (Pinho, 2003, p.49).

Ainda para Pinho (2003), uma das coisas que tornam a internet uma poderosa ferramenta de comunicação e muito atraente para seus usuários, é a questão da velocidade da informação. O autor coloca que a televisão, quando está fazendo uma cobertura ao vivo, consegue rivalizar com a internet na questão da transmissão da notícia de maneira instantânea, porém por vezes é preciso esperar que os telejornais entrem no ar em seus determinados horários, coisa que na internet inexistente. Nesse contexto o jornal impresso fica ainda mais atrasado em relação a internet e para o autor, até o inédito do jornalismo, o tal “furo de reportagem” se alterou com o advento das mídias online. Claro que, como salienta o autor, a internet chegou depois de grandes transmissões e informação em tempo real que já eram possíveis graças à televisão e ao rádio.

Portanto, o jornalismo digital diferencia-se do jornalismo praticado nos meios de comunicação tradicionais pela forma de tratamento dos dados e pelas relações que são articuladas com os usuários. Por sua vez, sendo a Internet uma mídia bastante distinta dos meios de comunicação tradicionais - televisão, rádio, cinema, jornal e revista -, o jornalismo digital deve considerar e explorar a seu favor cada uma das características que diferenciam a rede mundial desses veículos (Pinho, 2003, p.58).

Ainda na seara para se buscar o entendimento de como os brasileiros acessavam a informação, no guião de entrevistas, foi questionado a todos os participantes como eles se informavam sobre Portugal. A entrevistada Alice afirmou que “eu já conhecia um pouco, e às vezes a gente busca por algum blog, alguma informação”, já para Miguel a busca pela informação foi mais pessoal do que através da internet e ele coloca que “nossa fonte de informação sobre o país foi exclusivamente ele [...]. Meu cunhado que, passou pra gente a experiência dele, e inclusive foi um dos grandes incentivos, uma das pessoas que nos incentivaram a vir” e continua ao afirmar que “a gente tava (sic) colhendo informação com ele (cunhado) a, mais ou menos, dois anos antes de vir pra cá. Mantendo contato com ele, conversando, sabendo como que tava (sic) o mercado” e ainda para Miguel, era importante saber de informações locais, da cidade onde ele pretendia viver e com isso ele diz que “não queria uma informação muito global. [...] Como é que a cidade que ele vivia? [...] Detalhes locais, daqui de Braga especificamente. E foi a nossa, a nossa principal fonte de informação sobre o país foi justamente ele”.

Arthur porém se informou de maneira semelhante à de Miguel, porém não foi com parentes e sim com uma vizinha e assim ele diz que “o que eu busquei de informação é que uma amiga minha já tinha morado aqui, minha vizinha. E eu descobri, mas assim foi uma coisa, as informações que eu obtive dela foi uma coisa muito sem intenção”. Para Arthur a internet se mostrou uma ferramenta útil na busca pela informação por Portugal e ele admite que foi “buscar fóruns e essas coisas assim no Facebook, não obtive muito sucesso não. [...] minha fonte de pesquisa de informação era mais no Facebook, era procurando fóruns em grupo de estudantes brasileiros que estavam por aqui”.

Pedro também alega que a internet foi um diferencial na busca pela informação ao dizer que “rede social, Facebook né claro. A gente sempre dá uma olhada”. Laura não se mostra direta e específica na busca

por informação sobre Portugal, mas foi através da internet, e diz: “eu não ia em algum portal específico pra isso. Eu ia Google, tipo, amigo Google”. Isabela também usou a internet para se informar sobre Portugal “Também na internet, obviamente”, afirma que fez “busca básica no Google e aí comecei a ler blogs” e que também buscava sites de instituições do governo do país dizendo “muitos sites institucionais do governo eu... e vou te dizer, bem informados, eu gostei”.

Já Gabriel, que é filho de português, o pai foi a grande fonte de informação e ele diz “então, meu pai é português. Então eu tenho um conhecimento prévio e básico sobre Portugal, [...] da vivência que ele teve”. Já para Helena a informação “foi no Facebook do Consulado”, diferente de Lucas que falou: “eu tenho um amigo que ele é português. Estudou no Brasil. Na verdade ele que me indicou Portugal. Ele estudou dois anos no Brasil, fez também uma pós graduação lá. [...] Depois eu fui pesquisando em blogs [...]”. Valentina também se apoiou na internet para descobrir informações e detalhes sobre Portugal, ela afirma que leu “muitos sites. [...] A maioria era (sic) blogs e sites de notícia...e Wikipédia. [...] Eu busquei saber número de habitantes, como era o clima é...como era Braga né?! Quantos habitantes tinha, qual o tamanho da cidade. Vi bastante no Google Street View, tipo caminhei pela cidade online né, na forma online. Antes de vir, isso eu pesquisei bastante.”

A tecnologia apresenta uma alteração na vida urbana propiciando a utilização de ferramentas que possibilitam uma independência dos cidadãos na busca e compreensão de um espaço novo, como no caso dos turistas, por exemplo.

Pero no lo hace con los argumentos históricos y filosóficos de Foucault, Barthes o Derrida, sino prestando atención al creciente papel de los sonidos, del habla y de la música en la vida urbana. Desde el *walkman* hasta el móvil, habitamos la ciudad con los oídos. Este giro está influyendo sobre el turismo. A diferencia de las épocas que nos entrenaban como turistas con mapas, fotos e indicaciones de lo que hay que ver, el *sound seeing podcast* transmite relatos de los usuarios de las ciudades que proponen alternativas orales para emplear otros sentidos: saborear, tocar, beber, escuchar. Hace décadas que las audioguías o los *audiotours* fomentan la conexión sonora con los lugares que visitamos, pero las recientes tecnologías de la información propician una mayor libertad de los usuarios que descargan *blogs*, participan en redes, diseñan su propio itinerario en intercambio con experiencias y comentarios de muchos otros. El turista como agencia de viajes, los microrrelatos de muchas voces que permiten ‘ver’ de otros modos la ciudad al hacer que la visión se nutra de los sonidos y las demás formas de sensibilizarnos con el entorno (Canclini, 2012, p.49).

Corroborando com o que a entrevistada Valentina disse durante sua entrevista, Caclini (2012) afirma que o cidadão que vive em uma sociedade que conta com o aparato tecnológico da internet, realiza tarefas de maneira diferente, como no caso dos turistas. Bem informados, não dependem de outras pessoas ou empresas e fazem com que suas viagens sejam baseadas na informação de outros viajantes que relatam seus feitos através de blogs e etc.

Garcia (2015, p. 140) afirma que “as interações entre os sujeitos sociais se (re)configuraram com o advento da internet”. Para a autora, é por isso que existe um “acelerado desenvolvimento e disseminação de tecnologias de informação e comunicação – que estabeleceram novas configurações de relação, comunicação e organização das práticas sociais”. Ainda para a autora, “as redes sociais digitais representam

uma nova tendência para partilhar contatos, informações e conhecimentos”, o que significa que o usuário moderno se enquadra no contexto dos entrevistados neste estudo que, quase que em sua totalidade, referem a internet como sendo uma ferramenta de auxílio no processo de sair do Brasil e se estabelecer em Portugal.

A sociedade contemporânea é atravessada pelas mídias, pela tecnologia, fundada no consumo. Apresenta uma cultura com características de fragmentação, aceleração, hibridismo, formação em redes, percepção de encurtamento de distâncias, possibilitada pelo acesso a uma rede de informação global sem precedentes, povoada e repovoada por bens simbólicos da cultura midiática, que transforma o modo de produzir e consumir produtos culturais.

O comércio de bens simbólicos, aderentes ou não aos de bens duráveis, é difundido pela cultura midiática, por meio de filmes, seriados, games, novelas, publicidade, noticiário e tantos outros produtos culturais, que ofertam aos indivíduos, entre outras coisas, múltiplas possibilidades de ser, de maneira a vincular a identidade e o consumo ou promover o consumo de identidades (Portela & Marques, 2015, p.2).

Para Marcon, Machado e Carvalho (2014), a sociedade moderna não pode ser apartada da relação exagerada entre os cidadãos e a tecnologia. Para as autoras o que a Web fez foi aproximar pessoas e uni-las, mesmo que cada uma esteja em um ponto longínquo do globo terrestre. A tecnologia quase que extinguiu as distâncias e as redes sociais ainda conseguem segmentar seus usuários através de pontos de interesse comuns, o que foi referenciado por alguns entrevistados durante a coleta de dados. Ainda para as autoras, a conexão de pessoas possibilita que informações de diversos tipos e origens possam ser distribuídas de maneira rápida e eficaz, dando aos cidadãos uma ideia de participação. Pensamento que vai de encontro ao que outros autores citados no trabalho dizem e apresenta os contornos desse cidadão moderno encontrado na pesquisa, aquele que busca informação, partilha e utiliza a internet como meio de aprendizado e informação.

Outro questionamento colocado para os participantes da pesquisa foi de que eles apontassem um ou mais critérios que fizeram a diferença no momento de escolher e optar por Portugal quando da saída do Brasil. Alice disse mais de um fundamento que a fez decidir pela escolha de Portugal, ela afirma que “vivo melhor com menos”, que o “custo de vida...na comparação qualidade *versus* custo, custo *versus* qualidade”. A entrevistada ainda afirma que “com dois filhos o gasto é muito grande no Brasil...é supermercado, é farmácia enfim essas coisas...tã (sic) muito caro” e ainda faz questão de lembrar da “segurança”. Já para Miguel, a questão familiar ajudou e ele diz que “justamente o fato de termos um apoio familiar. [...] Ela (esposa) tem um irmão que mora aqui, tem uma irmã que mora aqui também há muitos anos e foi o que nos incentivou a vir pra cá foi justamente isso. O relato deles e incentivo deles e o apoio que nos seria dado ao chegar aqui”. Para Miguel “a questão da violência urbana foi um incentivo a sair do Brasil, independente de pra onde eu iria. Ter o apoio e ter as informações dos familiares aqui, nos fez escolher o destino” e continua afirmando “[...] que a cidade é uma cidade muito segura, o país em si (Portugal) é um país muito seguro, principalmente comparado ao Brasil é indiscutível”. Sophia afirma que dois fatores foram essenciais na decisão de vir para Portugal, a “segurança e apoio”.

Para ajudar na compreensão do que os entrevistados afirmam, Jorge e Martins (2013) colocam que a crise econômica, iniciada em 2008 quando o banco Lehman Brothers faliu nos Estados Unidos da América, teve um impacto violento em todas as economias mundiais e no Brasil não foi diferente. Mesmo com a negativa por parte do governo da época, que afirmava que o Brasil era imune e blindado, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve uma retração forte. Para os autores, depois do começo da crise, as nações começaram a adotar políticas de austeridade determinadas por bancos centrais, porém no Brasil isso não aconteceu e contrariando decisões mundiais, o país optou por flexibilizar ainda mais a política da área fiscal.

Do ponto de vista da gestão fiscal “cotidiana”, o governo postergou o recolhimento de impostos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/COFINS e imposto de renda retido na fonte, e acelerou o processo de devolução de créditos tributários para as empresas. Os gastos com o PAC e programas sociais foram mantidos e reforçados e se capitalizaram de forma significativa, através de empréstimos do Tesouro, dos bancos públicos (em especial, BB e Caixa) e do BNDES (Jorge & Martins, 2013, p.10).

Apesar das medidas econômicas serem contrárias ao encaminhamento mundial, os resultados positivos foram logo sentidos no Brasil e a crise chegou a ser considerada apenas “uma marolinha” pelo ex-presidente Lula. Porém, como afirmam Jorge e Martins (2013), a crise na Europa era mais grave do que se pensava inicialmente e o clima de incertezas no âmbito internacional, levou o Brasil a ver diminuído o consumo interno, resultado da falta de investimentos e baixa nos resultados fiscais da nação. Para os autores, o governo brasileiro parece ignorar que são necessários ajustes fiscais urgentes para travar a recessão da economia do Brasil e continua com seus gastos muito elevados, gerando inflação. A consequência disso é o aumento do custo de vida para os cidadãos brasileiros ao longo dos últimos 6 anos.

É necessário lembrar que se atravessa, neste momento, não apenas mais uma crise, mas sim, a continuidade de uma crise muito longa que vem desde o final da década de 1970. É um processo cumulativo nefasto, que não apenas destruiu instituições de desenvolvimento, mas debilitou o próprio Estado além de desvirtuar o caminho do empresariado produtivo e progressista [...].

Economistas precisam aprender que a economia vai além das premissas teóricas de que os neoclássicos tanto gostam. A economia é política! A economia como ciência é muito limitada. Economia é fruto de decisões sociais tomadas por homens que têm poder. Sejam empresários tomando decisões de investir ou não, de comprar ou vender, seja o Estado em adotar e tentar fazer cumprir certas metas e objetivos econômicos. Essas tomadas de decisões são sempre conflituosas. Sempre se defrontam com interesses diversos ou mesmo contraditórios.

Não adianta pensar em Economia apenas por um prisma técnico de formular uma determinada receita quando o problema é político. Se os governos, depois de 1990, “venderam a alma ao diabo”, ou seja, ao sistema financeiro; precisamos romper esse acordo. É, todavia, uma atitude muito complicada, pois quando se faz acordo com o diabo, ele vai exigir a alma, depois de levar o fígado, o pâncreas. De todo modo, os atuais horizontes políticos internacionais são pelo menos imprecisos e imprevisíveis. Há, portanto, a “meu” juízo, uma janela aberta para uma reflexão sobre o futuro (Cano, 2015, pp.848-849).

Crise econômica resulta em aumento do índice de desemprego. Sendo assim, com o aumento na quantidade de cidadãos sem oportunidade de trabalho e conquista de renda, há uma tendência em que a violência cresça. Dando continuidade ao que é afirmado pelos entrevistados, Adorno (2002, pp.87-88) coloca que a sociedade brasileira é muito mais densa e complexa atualmente e com isso tem seus conflitos sociais

mais aflorados e “neste contexto, a sociedade brasileira vem conhecendo crescimento das taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações de direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas”. Para o autor, o aumento de crimes relacionados ao narcotráfico ajudam a aumentar o degrau “entre as classes populares urbanas, estimulando o medo das classes médias e altas e enfraquecendo a capacidade do poder público em aplicar lei e ordem, tem grande parte de sua responsabilidade na construção do cenário de insegurança coletiva”.

Importante colocar que esse sentimento e insatisfação por conta da crise e da inflação não é recente e tão pouco foi supervalorizado nesse momento de pedido de impedimento da presidente brasileira. Ele começou a ser refletido muito antes, ainda em 2013 quando ocorreram os protestos de junho em todo o Brasil e Singer (2013, p.34) afirma que “o instituto Vox Populi [...], indicava que metade da amostra se dizia muito preocupada com a inflação”, bem como a rejeição da Presidente Dilma Rousseff, pois também de acordo com o autor uma “pesquisa realizada pelo Datafolha quando começavam os protestos (6 e 7 de junho) já detectara que entre os eleitores com renda mais alta a avaliação positiva do governo Dilma Rousseff caíra de maneira acentuada”, ou seja, foi “de 67% em março para 43% três meses depois”.

Embora diverjam em quase tudo, economistas de diversas tendências estavam de acordo em que tinha havido um fenômeno, talvez tópico, mas de alguma relevância, no campo do aumento de preços nos meses anteriores. Para o ex-ministro tucano Luiz Carlos Mendonça de Barros, as majorações no varejo, ou seja, aquelas que efetivamente impactam o bolso do consumidor chegaram a rodar em torno de 10% nos primeiros meses de 2013. No outro canto do ringue, o economista Marcio Pochmann, do PT, afirmava que, para os de renda superior, a carestia seria ainda maior, pois a sua cesta de consumo seria dominada pelos serviços, que subiram mais. Assim, a aceleração do custo de vida para os setores médios nos meses que precederam as manifestações poderia explicar, em parte, a insatisfação que acabou por se expressar nas ruas em junho. Sozinha a inflação não teria, a meu ver, potencial para fornecer o combustível dos protestos, mas ela pode ter potencializado as inúmeras críticas que os setores médios, tanto à esquerda quanto à direita, faziam ao lulismo, já aguçadas pelas difíceis condições de vida urbana, em particular nos quesitos mobilidade e segurança (Singer, 2013, p.34).

Júlia diz que não pretende voltar para o Brasil e diz: “hoje não, agora aquilo está um caos [...]. Lá, uma pessoa no Brasil com um salário mínimo não consegue viver. Aqui (Portugal) a gente consegue viver. Pagar um aluguel, ter um carro e coisas assim”. A entrevistada fala de forma empírica e não se apoia em dados oficiais ou autores, mas afirma que “acho que aqui a população é mais poupada, digamos assim. Primeiro as coisas são mais baratas, não é? Eu acho que também há uma desigualdade muito grande, nota-se. E em nível social mesmo assim...só que eu acho que as pessoas aqui são mais organizadas financeiramente”. Para Júlia, em Portugal existe uma preocupação maior das pessoas com o dinheiro e com a necessidade de poupar, ela afirma que “o brasileiro tem a mania de comprar tudo e mais alguma coisa e chega o terceiro dia do mês e já estouraram o salário inteiro. E aqui eu noto que as pessoas não são assim [...]”. Ela acredita que a crise tenha forte influência nesse estilo de vida e afirma: “eu não sei se é por causa

da crise, acabaram por ser um pouquinho mais, menos consumista. [...] Mas também tem o fator de que as coisas aqui são bem mais baratas”.

Sobre o custo de vida no Brasil ser elevado em relação a Portugal, Júlia diz:

“Tudo. Eu acho tudo: roupa, sapatos, carro...carro, sem dúvida nenhuma, carro. Acho que carro é bem, bem, bem, bem mais barato que no Brasil. Alimentação, imagina no Brasil você vai...o menu para duas pessoas no Mc Donald 's você não paga menos que cinquenta reais, ou sei lá, assim. Aqui o menu tu paga doze euros, treze, quinze euros já...Big Mac para duas pessoas, batatas e mais um monte de coisa. [...] Para uma pessoa que ganha 600 euros pagar 15 euros num menu e uma pessoa que ganha 600 reais pagar 60, 50 num menu. [...] É muita coisa. Ou seja, dá pra pessoa sair uma vez no mês e olhe lá.”

Sophia, outra entrevistada, também fala do custo de vida, da crise financeira e diz que “a situação do país atual, do Brasil em si. Vê-se que não adianta nada, não adianta nada juntar dinheiro pra voltar pra lá. Pelo menos não por agora”. Fala da crise e se mostra preocupada: “[...] por conta da crise econômica que atingiu o Brasil e já está sendo prevista há uns dois, três anos por aí, na minha opinião. [...] Dois, três anos que se é falado da, da bolha, bolha imobiliária, econômica e “blá blá blá” que ia explodir e eu acho que já eclodiu [...]”. Para Sophia, a inflação, o alto custo de vida e a incerteza no futuro econômico do Brasil “faz com que as pessoas não tenham mais segurança, não digo agora só...segurança de vida mesmo”. Questionada sobre a possibilidade e intenção de voltar para o Brasil ela afirma:

“[...] mesmo que eu volte pra lá agora, sei lá vai que eu trabalhe que nem uma condenada aqui e em alguns meses eu junto 10 mil euros e volto pra lá. Não dá pra muita coisa [...], então não faz mais diferença eu tar num outro lugar, vou gastar 5 ou 10 anos da minha vida, só trabalhando e...quando voltar pra lá? Vai ser só trabalhar na mesma, vai ser... então acho que mudou essa realidade de tentar compreender onde você está, tentar interagir com o meio e tentar se adaptar. Não tô (sic) a dizer que todo mundo que sai nunca mais quer voltar.”

Já para Lucas, que estava em Portugal há dois meses quando foi entrevistado, a economia do Brasil não estava indo bem. Trabalhando com finanças, o entrevistado afirmou: “eu já sai do Brasil com, com uma questão econômica muito, muito turbulenta, uma questão de emprego também”, ou seja, percebe-se que a preocupação em torno da economia era latente em alguns entrevistados e procurar alternativas se fazia importante e necessário.

Para Arthur, outros quesitos foram relevantes no momento de decidir por sair do Brasil em direção a Portugal, ele cita “a língua” e continua: “sei que foi um facilitador, porque fazia muito tempo que eu estava afastado da academia. Para falar a verdade eu tinha interesse, interesses pessoais de morar, eu preferia morar em outros lugares, em outros países”. Ainda para Arthur ele diz que queria morar “na Europa, mas eu preferia [...], eu tinha muito interesse em morar na França ou um país de língua inglesa, no Reino Unido”, porém a barreira do idioma foi um fator muito importante e o entrevistado diz “que eu vinha estudar e aí eu já estava afastado da universidade um tempo, para voltar estudar um mestrado em uma língua que eu não dominava eu disse: não, tem que ser o português. Então vai ser lá pelo lado de Portugal. [...] foi um critério

muito importante, foi determinante”. Júlia também tem uma opinião sobre os fatores que afetaram a decisão por Portugal parecida com a de Arthur e diz que “por ser na Europa e ser fácil, tipo por exemplo: “ai eu quero fazer uma...sei lá um Erasmus na Inglaterra ou um país assim de outra língua para poder aprender outra aqui é muito mais fácil””.

Para Laura o idioma foi essencial e diz que a “primeira coisa foi a língua”, depois aponta para o “quesito segurança aqui eu acho sensacional”, porém se fosse por conta das oportunidades de trabalho Portugal não estaria em sua preferência e a entrevistada diz que “oferta de emprego não tem, tá (sic) difícil mesmo”. Manuela diz que o valor do curso que ela optou por fazer em Portugal era acessível, “ser um curso profissionalizante oferecido por uma universidade pública, até então, mesmo que seja pago, mas o valor ser acessível e ser uma universidade fora do...bem reconhecida dentro da Europa”.

Quando os inquiridos afirmam que a língua é um fator relevante na escolha por Portugal, Coutinho e Parreira (2011) explicam como que a dificuldade de se comunicar pode ser um muro alto na tentativa de aproximação entre as pessoas. Para os autores, quando há uma diferença muito acentuada entre os idiomas falados, o processo de convivência se torna mais difícil e causa, muitas vezes, isolamento e casos de depressão.

A língua e a segurança foram fatores importantes para que Bernardo optasse por Portugal, ele afirma que “língua com certeza e segurança também. Porque eu acho que aqui você tem uma segurança que você não tem no Brasil”. Para ele, um jovem que gosta de frequentar a vida noturna da cidade, ele diz “eu acho que, porque acho que assim...acho que aqui você anda com uma maior segurança, por exemplo: de madrugada você anda aqui numa boa. [...] Acho que aqui tipo, acontecem coisas, mas é muito mais raro” e continua, ao comparar sua cidade no Brasil com a cidade do Porto, onde vive: “lá em Curitiba [cidade que é capital do estado do Paraná], se você sair duas da manhã a pé...é perigoso. [...] e não só à noite, acho que de dia também assim”.

Isabela também aponta o idioma como fator determinante e coloca que “primeiro: a língua. Me pesou bastante porque o meu marido não fala inglês. Então, como eu vinha para estudar [...], ele teria que entrar no mercado de trabalho. [...] segunda coisa que pesou pra Portugal, custo de vida. O custo de vida, realmente, perante toda a Europa é mais baixo né?”. A entrevistada também lembra que poder estudar em Portugal e ter facilidade na obtenção do visto foram causas de influência: “é uma maneira de tu conseguir o visto? Sim, porque a história de visto pesa também na escolha do país. [...] é língua e visto. Porque querendo ou não tu começa a ver maneiras do visto, quais são as exigências do país”.

Já para a entrevistada Luiza foram três fatores decisivos: “segurança, língua, custo de vida. [...] aí eu pesquisei bastante assim em relação salário *versus* a quantidade que você gasta aqui. Entendeu? E relacionado aos outros lugares da Europa é, ridículo. Dá pra morar aqui fácil”. Lucas diz que um fator que ajudou na escolha foi o fato de “a cultura ser parecida com a nossa. Eu digo em questão de receptividade.

Né? Apesar de ser diferente, mas ao mesmo tempo tem uma coisa parecida. E a facilidade, na verdade desse intercâmbio dos governos né, de Portugal e do Brasil, ter um acordo de amizade então facilita ainda mais”.

Para Mateus um elemento que colocou Portugal como destino foi “a universidade, o curso”. Ele ainda aponta “o fato da língua ajuda bastante, até na questão da burocracia. O fato de você precisa de um TOEFL [teste internacional de avaliação de proficiência na língua inglesa], algo do tipo, pra você fazer um curso de doutorado em outro país que não lusófono. Então a língua, de certa forma, também cooperou”. Heitor coloca outros fatores e diz que “a sociedade. A sociedade como um todo. Englobando a educação do povo né? essa questão da cultura”. Ele tece elogios ao país e complementa dizendo: “eu percebo que o país é muito melhor do que eu tinha visto” e termina informando que “é um local que eu olho assim e sim, é um local que eu quero morar”. Valentina coloca que a escolha por Portugal se deu “por estar na Europa, pela língua”. Diz também “que a cultura também é muito parecida né? então isso é muito fácil adaptação” e que “aqui em Portugal um mestrado é 1000 euros, é bem mais barato do que fazer um curso de inglês na Irlanda”.

O amor por Portugal é exaltado pelo entrevistado Enzo que diz: “Nós gostamos muito do país, nós amamos Portugal”. Para ele são diversos fatores que colocam o país em primeiro lugar no momento de decidir sair do Brasil: “gostamos de como as coisas funcionam, tem coisas ruins e boas, mas nós gostamos de como tudo funciona. [...] Digo educação, digo saúde. [...] A violência é um fator. [...] Custo de vida é muito mais baixo, custo de vida é um fator determinante. [...] Comparei com a França, Inglaterra e EUA.”

Sarriera, Oliveira, Hofstaetter, & Hermel (2005) afirmam que o idioma, a língua, pode ser uma barreira, um problema para os imigrantes. O que muitos entrevistados colocam é justamente o peso que o idioma teve no processo de escolha por Portugal no momento de migrar. Os autores corroboram para o que os entrevistados dizem, pois o idioma é um fator de estresse durante o processo de aculturação e de criação de novos relacionamentos. Além de vários problemas que surgem no processo de adaptação, dominar o idioma, de acordo com os autores, pode diminuir as possibilidades de apertamento e marginalização dos imigrantes.

Falar o idioma de nossa origem e descendência é antes de mais nada aproveitar-se de uma riqueza natural que é a afinidade ao próprio idioma que conseqüentemente será uma relação linguística a mais para a aprendizagem de outros idiomas.

Os imigrantes trouxeram sua herança cultural — a língua falada no seu território natal (Callegari, 2015, p.30).

Quando questionados sobre terem tido experiências fora do Brasil, apenas quatro dos entrevistados já tiveram vivência em outro país além do Brasil. Alice afirma “já morei na Romênia, na Arabia Saudita, Coréia do Sul e Chipre...só coisa legal”, Isabela diz que já teve a experiência e que “sim, morei em Londres. 2 anos”. Para Luiza a oportunidade foi “na Irlanda” e Enzo já tinha vivido em Portugal, porém retornou ao Brasil e hoje vive, novamente, em Portugal. Portanto, percebe-se que, dentro da amostra, a maioria tem em Portugal o

primeiro contato com a cultura, organização social e identidades que ultrapassam sua experiência prévia, vivida no país de origem.

Dando continuidade no guião formulado para as entrevistas, os participantes foram inquiridos sobre os conflitos que encontraram vivendo em Portugal, em relação aos dados e informações que haviam buscado antes de tomarem a decisão de começar a vida fora do Brasil. A intenção desse questionamento se dá com o propósito de perceber se, no dia a dia, aquilo que está representado se confirma ou não. Alice diz que “não... na verdade as pessoas...pelo menos o blog que eu vi avaliou bem” e continua “[...] já aconteceu uma grande mudança desde que eu vim aqui (Portugal) a primeira vez em 2006 até agora, já está mais fácil para nós brasileiros pra viver aqui [...]”. A entrevistada entende e associa que “antes ainda era...tinha mais preconceito com brasileiro aqui...eu sentia [...], no restaurante” e que isso diminuiu. Para ela “tem um motivo lógico e óbvio: eles tiveram uma crise grande enquanto o Brasil teve uma ascensão. Muita gente foi pra lá e muita também viajou mais...eu acho que abriu um pouco mais a cabeça quanto a isso. Totalmente isso.”.

Ainda para Alice, é fácil fazer amizade em Portugal mesmo sendo brasileira “[...] eu tenho uma amiga portuguesa, que até tá me acompanhando. Eu faço muitos amigos portugueses...tem muita gente boa aqui”. Ela relembra que “[...] as pessoas me falaram que era difícil fazer amizade aqui, mas eu não acho. Porque acaba que a gente tem uma identificação...de passar por “perrengue” [gíria brasileira que significa aperto, dificuldade], de ver escola...e tem uma identificação que vai além...além da nacionalidade...além disso”. Totalmente ambientada e falando de maneira convicta e confortável, Alice não se constrangia em apontar e dizer qualidades, defeitos, medos, alegrias e ansiedades.

Com a entrevista fluindo, quando Alice é questionada se gosta de Portugal, responde “gosto...gosto principalmente por causa dessa tranquilidade” e continua “a preocupação de uma mãe sempre é com a segurança dos filhos, é a maior. Então lá (Brasil) o que mais me preocupou agora foi que aumentou muito próximo de mim a insegurança”. Quando disse isso, o entrevistador perguntou se Alice tinha vivido alguma situação perigosa e de violência, a resposta foi “eu fui assaltada uma vez...mas eu tava (sic) sem os meus filhos em Porto Alegre (capital do Rio Grande do Sul). E aí o meu pai foi duas vezes, uma vez a minha filha mais velha tava (sic) no carro com ele...e foi coisas muito seguidas e me apavorou. [...] e aí o meu marido pôde escolher eu falei: vamos para Portugal”.

A entrevistada se mostra indignada e propensa a falar, a contar mais sobre a sua decisão em sair do Brasil e viver em Portugal, a apresentar os fatos que a colocaram nessa situação. É, então, indagada sobre como consegue tomar uma decisão tão importante em um momento complicado, a resposta:

“porque a crise econômica aumentou[...]. Porque as pessoas...né...eu acho que as pessoas...eu não sei...eu vi essa questão da Copa...esse 7 a 1...eu vi como uma coisa positiva para o povo dar uma acordada. [...] eu acho que assustou, eu acho que eles acordaram um pouco, mas deu aquela assustada...eles estavam vivendo muito naquela questão da [...], deu aquela inflacionada, o povo achou que tinha dinheiro de repente...né? Não, não acho que não tinham...eu acho que se vendeu uma ideia de que se tinha [...], o governo, eu acho que o governo vendeu essa ideia pro povo de que ele tinha mais poder e a própria mídia comprou isso. O Brasil hoje ele tá (sic) muito, também é uma coisa que me preocupa pela educação do meus filhos, é ter visto que o Brasil ao tu ligar a TV...ele banalizou...ele banalizou tudo. No sentido da família tradicional, no sentido o que se coloca na mídia é uma coisa baixa, eu acho baixo...e tá lá. A TV aberta, a qualidade dos programas da TV aberta, a música...”

Alice se refere, em sua fala, ao jogo na Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil. Na ocasião em que a seleção de futebol do Brasil enfrentou a da Alemanha e foi goleada por 7 a 1. Para contextualizar, é importante referir que desde junho de 2013, quando os protestos foram generalizados no Brasil contra a realização do mundial de futebol, por conta de escândalos de corrupção e do alto custo na construção de estádios, os cidadãos brasileiros estavam céticos quanto à capacidade do país na realização do evento de proporções internacionais. Depois de ser eliminado do campeonato, o time de futebol do Brasil foi comparado ao todo, aos problemas estruturais, aos problemas sociais, aos casos de corrupção e por isso a expressão “7 x 1” no país significa que há uma grande degrau entre países de primeiro mundo e o Brasil.

O momento é ainda o das “preliminares” da Copa de 2014, junho de 2013, a Copa das Confederações é iniciada em um fim de semana que sucede uma série de protestos contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro, em que a polícia e os governos estaduais e municipais deram mostras de total intolerância e despreparo diante de manifestações políticas, consideradas de imediato pela mídia como baderna e vandalismo. O início da Copa das Confederações, a presença da mídia internacional e a atenção mundial voltada ao evento-teste para a Copa do Mundo Fifa 2014 no Brasil são os fomentadores de um contexto excepcional para que um outro enredo se escreva e surpreenda as expectativas da população, do governo, da Fifa e do mundo: como no supostamente “país do futebol”, no espaço-tempo mais propício para o brasileiro reacender a chama sazonal do nacionalismo, inflada pelas numerosas propagandas do governo e das grandes marcas convocando o país a vestir os símbolos do país e vir para a festa, resulta num outro sentimento (de indignação), num modo imprevisto de ocupação das ruas (das grandes manifestações), numa outra discursividade (dos milhares de cartazes em protesto), numa ampla reinvenção dos sentidos que se quer para o país (que mostraremos aqui), numa nova possibilidade de mobilização e exercício da cidadania (via redes sociais, sem aparelhos políticos prévios, apartidário) (Almeida, 2015, p.114).

Para Almeida (2015), a Copa do Mundo que se realizou no Brasil expôs as feridas sociais do país que são proporcionais ao seu tamanho continental. A insatisfação popular tomou as ruas e, para a autora, o elevado custo financeiro do evento entrava em contradição com a realidade das pessoas. O “padrão FIFA”, em referência à exigência de qualidade na execução das obras para o mundial por parte da instituição que organiza o evento, não caminha com a realidade dos hospitais, escolas e a precária condição dos órgãos de segurança pública do Brasil.

Já para Araújo (2016, p.148), desde a escolha do Brasil em 2007 para sediar o Mundial, as preocupações ocorriam em relação aos altos custos envolvidos. Um evento caro, bancado pela população em um país que necessita de medidas sociais urgentes não parecia coerente, e o autor coloca que “afinal, trata-se de um evento de sucesso mundial indiscutível, além de algo que custará em torno de R\$ 33 bilhões de reais ao país, segundo anunciado pela presidenta Dilma Rousseff em 15 de março de 2012”. Porém,

posteriormente “estimativas da Consultoria Legislativa do Senado Federal alertam que o custo total pode ser ainda mais alto, atingindo a cifra de R\$ 65 bilhões”. Em se tratando de uma nação que conta com a falta de recursos em áreas cruciais, “é realmente um megaevento muito caro, bem diferente da Copa anterior, pois a penúltima Copa do Mundo, realizada em 2010 na África do Sul, custou cerca de U\$ 3,5 bilhões”.

É possível perceber que o discurso da entrevistada Alice encontra sustentação no que referem os autores. Há um sentimento antagônico, ao mesmo tempo em que o esporte (futebol) é apreciado e adorado pelos brasileiros, suportar o peso de organizar e bancar um evento de proporções internacionais custa caro, então começou o debate em torno do legado da Copa, o que dela ficaria de aprendizado, investimento e melhoria na vida do cidadão.

O discurso oficial atrela o esforço para a realização dos megaeventos esportivos globais, notadamente a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, a possibilidades de com estes grandes eventos a sociedade brasileira se beneficiar com o que ficou convencionado de impactos e legados diversos. Associada à nova remodelação do espaço urbano, a realização dos megaeventos transforma a cidade segundo a lógica do gerenciamento empresarial. No Brasil, que realizou a copa de 2014 e realizará as olimpíadas de 2016, a administração federal modificou as normativas nacionais e instituiu novas legislações específicas como a Lei Geral da Copa, como uma forma de adequar o aparato institucional nacional as leis de mercado internacional. Ou seja, os espaços urbanos se privatizam e o estado saiu de cena e deixa a cargo das promotoras dos megaeventos a gestão dos espaços públicos necessários à realização destes eventos (Araújo, 2016, p.249).

Alice, a entrevistada, afirma que se ventilou e houve muita publicidade que apontava o Brasil como um país excelente para investimentos, de economia forte e com excelentes encaminhamentos para o futuro. Ela diz: “[...] eu percebi pior, por incrível que pareça. E mesmo as pessoas todas me falando onde eu estava: “nossa o Brasil tá ótimo, vou investir no Brasil”. Aquilo me preocupava porque parecia um *boom* falso, eu sempre achava isso. E agora se confirmou”.

Após vitória apertada na última eleição presidencial, o governo da Presidente Dilma Rousseff passa por momentos difíceis que se iniciaram antes do fim de seu primeiro mandato, quando já sofria pressão por renúncia. No campo econômico, os indicadores deterioraram-se, com desaceleração no crescimento e inflação em alta, somados a uma forte tensão no campo político (de Bem, 2015, p.9).

Ainda falando sobre política e sobre suas impressões, Alice afirma que “se tu vai no Brasil mesmo, a fundo, não tem um investimento em educação, em segurança e saúde pública”. Para ela, “é uma questão mesmo de governo, nós somos um povo maravilhoso [...]” e a entrevistada coloca suas experiências vividas em outros países afirmando que “não tem uma pessoa que tenha ido morar no Brasil aonde eu encontrei, ou que conheceu o Brasil, que não me fale que as pessoas são incríveis”. Ela faz questão de ressaltar qualidades relacionadas a identidade cultural dizendo “nós somos um povo assim, acolhedor, incrível...criativo, pra frente, batalhador. É engraçado e isso não existe em todo o mundo. Eu vou nos lugares eu vejo, uma característica nossa incrível que é o nosso poder humano”.

Em uma conjuntura pouco positiva, o Governo leva a cabo uma série de medidas pouco populares que fazem parte do plano de ajuste fiscal, seu novo foco de política econômica e necessário para, segundo a Presidente, “recolocar a economia nos trilhos”, recuperando a credibilidade da política econômica para voltar a crescer. Essas afirmações causaram estranheza pelo que havia sido dito na campanha presidencial, quando os principais adversários da então candidata Dilma Rousseff afirmavam a necessidade de, se eleitos, pôr em prática o ajuste fiscal, o que era rechaçado pela candidata da situação (de Bem, 2015, pp.9-10).

Ainda para Alice, um dos maiores problemas do Brasil diz respeito “à política. Eu acho que deveria existir uma reforma política melhor, porque a política do jeito que ela está hoje, por mais que eu tenha uma boa intenção e eu decida ‘ah eu sou uma boa cidadã, eu tenho três filhos, eu vou entrar na política porque eu quero fazer a diferença’, tu é impedida porque tu precisa de aliança partidária pra chegar aqui ou chegar ali”. Dentro desse contexto, de Brito Alves e de Oliveira (2016) colocam algumas indagações interessantes posteriores aos protestos de 2013 em todo o Brasil e questionam se a forma de democracia brasileira, que é representativa, teria entrado em colapso ou se a justiça teria que se impôr sobre a política para representar aqueles que teriam perdido suas vozes nesse cenário de crise e possível degradação do sistema.

Tais indagações importam na medida em que desde a ocorrência das manifestações populares no Brasil de 2013, têm-se observado discussões renitentes sobre uma suposta crise da democracia representativa, cujo fundamento consistiria basicamente no embate entre a atuação dos representantes do povo e a vontade do povo de atuar por si (participação popular) (de Brito Alves & de Oliveira, 2016, p.166).

É possível, ao ouvir o que Alice coloca, que o que ela diz faça sentido. Principalmente se o discurso dela se confrontar com o que os autores que estudam os temas com profundidade e, de formas diferentes, dizem a mesma coisa. A entrevistada afirma que “o sistema político não te permite, não te permite. Tu não vai conseguir...o sistema político não te dá chance” e ela se refere a muitos problemas que o sistema político brasileiro atual impõem como: financiamento privado de campanha (grandes empresas investem milhões de reais para eleger o seu candidato), a compra de votos e os altos custos de campanhas políticas em todos os âmbitos (municipal, estadual e federal).

A atual crise política e econômica no Brasil tem alguns elementos-chave:

Para o novo mandato, Dilma Rousseff anuncia um ministro da Fazenda de perfil ortodoxo. E logo no início do novo mandato, são propostos reestabelecimentos de alíquotas de tributos, pacote de corte de gastos públicos, enrijecimento para a cedência de transferências e benefícios sociais e a liberação de preços administrados. Como resultado, a aprovação do Governo cai a níveis historicamente baixos.

Cabe frisar que, para grande parte dos analistas, no atual momento da economia brasileira o ajuste fiscal é uma política necessária, sendo que até mesmo economistas com viés político próximo ao do atual governo enxergavam certo descontrole no gasto público. Entre os opositores, o tom era mais pesado, afirmando que o Governo Dilma aumentou os “tentáculos do Estado sobre a economia”, inchando a máquina pública e ampliando fortemente os gastos públicos, sendo esta a explicação para a piora nos indicadores fiscais. Segundo tais críticos, essa forma de atuação estatal gerou uma espiral intervencionista que depreciou nossos fundamentos econômicos e estariam no cerne do mau momento o qual vivemos (de Bem, 2015, p.10).

Quando Alice refere-se à crise, ela diz: “eu acho que precisava chegar no fundo do poço, porque o povo precisava acordar” e faz uma relação direta com a Operação Lava Jato e a atuação do Ministério Público

Federal (MPF) no caso sob a batuta do Juiz Sérgio Moro. A entrevistada afirma: “acho que as pessoas estão se indignando, já está no fundo do poço, as coisas tão vindo à tona de uma maneira diferente”. Aqui há uma relação com o que afirmam de Brito Alves e de Oliveira (2016), sobre a sobreposição da justiça sobre a política e Alice continua: “até uma geração mais velha como a desse juiz Sérgio Moro. Ele e aquelas pessoas de volta dele parecem uma geração de pessoas incorruptíveis ou que querem uma melhora de algum jeito, eu creio que as pessoas já tão cansadas dessa velha política”.

Por essas razões não é razoável derivar das manifestações populares na história recente do Brasil a crise da democracia representativa. Isto porque, diga-se, participação popular e representatividade não são excludentes entre si, mas complementares.

As manifestações populares indicam que talvez a solidariedade não tenha desaparecido por completo e que, apesar do individualismo e do desmembramento das formas de vida correntes na sociedade industrial (como classe, gênero, status, família, etc.), relações orgânicas decorrentes das demandas concretas do povo são possíveis com o auxílio das novas tecnologias (de Brito Alves & de Oliveira, 2016, p.169).

Para a entrevistada Alice, as lutas por liberdade travadas durante a ditadura militar no Brasil (período entre 1964 e 1985) foram importantes, mas ela coloca que “aquelas pessoas que foram pra rua lá atrás [tempo da ditadura militar] para conseguir a liberdade que a gente tem hoje se arrependem porque eu acho que a gente foi uma geração que não aproveitou a liberdade. Foi muito livre e esqueceu da política, esqueceu da base”. Para ela, a geração posterior ao fim da ditadura não soube aproveitar a conquista de liberdade e diz que eles “viveram de uma maneira mais livre porque conseguiram muitas coisas. A outra geração [da época da ditadura] conseguiu muita coisa, muita liberdade política e a gente [geração pós-ditadura militar] viveu de uma maneira despreziosa, sem acompanhar tanto, sem compromisso e deu no que deu”. Porém Alice não se mostra totalmente desesperançosa em relação ao futuro do Brasil, pois para ela “a geração que vem aí vem mais politizada porque tem uma preocupação com o Brasil num todo. Que eu acho que até os nosso pais não tiveram, viveram assim mais ‘ah’, sabe aquela questão, não precisava se preocupar tanto”.

Ela complementa o seu raciocínio dizendo que “eu acho que agora, eu creio, porque eu tenho uma filha adolescente...eu vejo ali por eles que eles tem uma preocupação política” e que são “mais ‘informadinhos’ assim [...], tem uns meio perdidosinhos. Eu fazia parte da UNE (União Nacional dos Estudantes), aquela coisa do estudante, mas eu nem sabia pelo que eu estava lutando”. Pensamento que para de Brito Alves e de Oliveira (2016, p. 170), quando relacionado aos atuais protestos no Brasil, pode ser explicado e entendido como um “tipo de movimento social é como a rebeldia adolescente: é contestadora, mas não apresenta qualquer alternativa concreta, completa ou estruturada. É o romantismo político”. Os autores referem isso em análise à atual situação do Brasil. Ainda para Alice, os jovens estão se informados e possuem mais ferramentas para isso, dessa forma ela afirma que: “eu acho que estão se informando mais (jovens), acho que a internet ajuda nisso. Também acho que como eles são muito jovens, às vezes eles são influenciados [...]”. A entrevistada corrobora para o capítulo desta dissertação que coloca a suposição de que

há influência dos meios de comunicação na sociedade e encerra dizendo que tal influência vem “por alguém na internet [...], acaba que eles vão criando ícones, mas depois eles aprendem a pensar por eles”.

Fazendo o mesmo questionamento para diferentes entrevistados, as respostas variam. Para Miguel, quando perguntado sobre a quebra em alguma expectativa em relação ao que ele tinha pesquisado ou se informado e a realidade quando chegou em Portugal, ele diz:

“Pessoas diferentes tem visões de mundo diferentes. Uma das coisas que mais me impactou foi a dificuldade de recolocação no mercado de trabalho. Questão de trabalho e emprego...está muito aquém daquilo que esperava, daquilo que me foi passado. Um exemplo prático: fomos informados que não teríamos dificuldade, por exemplo, em conseguir emprego e se estabelecer aqui financeiramente por conta do grau de instrução que a gente já havia trazido do Brasil. Nós já saímos de lá formado e tudo mais. E quando cheguei aqui vi que não é bem assim.”

De acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatística), com dados disponibilizados no Portal Pordata (2016), o índice de desempregados em Portugal é de 12,4%, em dados relativos ao ano de 2015. O número diminuiu em relação a 2014, quando Portugal tinha 13,9% de desempregados e era o quinto colocado entre os países da Europa. Ainda de acordo com os dados disponibilizados no Portal Pordata, a Grécia lidera esse ranking negativo de desemprego com 26,5% de sua população entre os 15 e os 74 anos de idade, seguido pela Espanha com 24,4%, Croácia (17,3%) e Chipre (16,1%). São dados relativos ao ano de 2014 bem como a média nos países da União Européia é de 10,1% e tal média é puxada para baixo por conta da Alemanha que tem apenas 5% da população desempregada, Áustria (5,6%) e Luxemburgo (5,9%).

A frustração de Miguel, o entrevistado, é em função de ele ter a ideia de que por ter uma qualificação acadêmica superior encontraria em Portugal uma colocação no mercado mais facilmente, porém a realidade se apresentou de maneira diferente para ele. Um aspecto positivo lembrado por Miguel diz respeito ao comportamento dos cidadãos portugueses em relação aos brasileiros e ele diz: “uma coisa que me causou uma surpresa positiva foi o comportamento do português. A gente saiu do Brasil com aquela ideia né “ah o português é um povo meio frio, não gosta de imigrante brasileiro” então a gente chegou aqui com um pouco de receio na recepção e foi totalmente o oposto”. Ele afirma que não teve problemas por estar longe do seu país e que “fomos muito bem recebidos, hoje nós temos amigos portugueses enfim, não sentimos esse tipo de impacto. Foi uma grata surpresa nesse sentido”.

Diferentemente de Miguel, Enzo pensa de maneira diferente e afirma que tinha recebido “informações de emprego era muito difícil, conseguir uma entrevista era muito difícil. Mesmo por você não tendo uma residência ou algo nesse sentido. E isso pra mim foi contraditório numa maneira positiva”, ou seja, não é possível estabelecer entre certo ou errado, até porque seria necessário saber a profissão e área de formação dos entrevistados para poder traçar um paralelo e não era a intenção, por isso essas questões não foram abordadas, deixando espaço para que seja, em um próximo estudo, relacionada a profissão com a facilidade ou não de colocação no mercado de trabalho por parte de brasileiros em Portugal.

Para Arthur, outro entrevistado na pesquisa, as contradições em relação às informações prévias que ele tinha em relação a Portugal foram positivas. Ele se mostra surpreso com o baixo custo de vida e que “[...] que dava para viver com 700 euros, aí eu vim, mas eu descobri que dá pra viver com uma certa qualidade de vida com menos”. Sobre a questão cultural e o choque que, por vezes, pode ocorrer, Arthur havia sido informado “[...] sobre a população daqui (Portugal), que eu não criasse muita antipatia com a maneira direta e as vezes grossa da população aqui porque era outra cultura. [...] mas no final das contas, se eu passei eu não passei por nada de tão grosseiro que eu não passei no Brasil”. Para o entrevistado “tem gente que é grossa com você no Brasil, tem gente que é grossa com você aqui, mas em geral as pessoas são muito receptivas e solícitas. Não achei, não vi grandes diferenças nesse sentido não”.

Já para Pedro, as surpresas foram relativas a outros aspectos. Para o entrevistado, há diferença entre o que ele tinha idealizado e a realidade encontrada e diz que “quando eu cheguei aqui (Braga), eu achei que era um pouco mais moderno. Eu achei que era tipo o Porto sabe, uma cidade maior, mais prédios”, mas ressalta que a valorização da cultura em Portugal o impressiona e coloca que: “achei legal essa questão cultural que eles preservam bastante, existe muita comunicação de evento cultural”. Ele continua e afirma que “não esperava que fosse tão organizado, que houvesse tanto evento assim. Todo o dia tem coisa para fazer”. Para além desse apontamentos, Pedro diz:

“As pessoas foi positivo também, porque eu esperava que elas fossem mais secas. [...] Por causa daquele tratamento no Facebook. [...] Não foi ruim, mas foi fria, foi distante assim e aí quando eu cheguei aqui e comecei a conversar com as pessoas e...elas são secas assim, não são brasileiras né? Mas elas não são grossas assim, a gente percebe que é o jeito delas e as vezes elas tão até preocupadas conosco, mas a expressão é diferente, a comunicação delas é diferente conosco.”

Franklin (2016) afirma que a decisão do cidadão em emigrar passa por diversos aspectos e, para o autor, é carregada de sentimentos, medos e curiosidades. O receio de lhe ser negado algum direito, de como ele será aceito e do choque cultural que poderá existir e, porventura sentir, é uma angústia presente nos cidadãos que estão fora do seu país de origem. Nos inquiridos, durante a realização deste trabalho, este sentimento receoso é citado várias vezes e está fortemente embasado na questão do preconceito que é disseminado. Lucas, por exemplo, diz que “falaram que aqui (Portugal) tem muito preconceito contra brasileiro, preconceito com pessoas mais escuras, uma coisa que eu não vi aqui, pelo menos até agora. Não senti até agora, pelo contrário, fui muito bem recebido pelo portugueses”. O entrevistado abrange para além de Portugal e dos portugueses e continua dizendo que “verdade não só pelos portugueses, por várias pessoas de várias culturas, de vários países também, mas mais pelos portugueses assim. Tive um receio no início, mas foi pelo contrário. [...] Pelo que fui lendo de informação e as pessoas foram falando. [...] Histórias em sites, rede social. [...] Poucas vezes eu vi falando sobre coisa boa”. Ele se refere ao tipo de informação encontrada em blogs e redes sociais, porém diz que no caso dele isso ainda não aconteceu e que não sentiu preconceito.

Mateus também segue a linha de pensamento dos outros entrevistados e afirma que “acho que é uma surpresa boa, no sentido de que a receptividade para brasileiros especificamente é maior do que eu imaginava. [...] Mas em Braga, especificamente, eu senti uma receptividade bem grande com brasileiros. E isso foi uma surpresa boa” e complementa afirmando que “por essa questão de receptividade assim eu acho que eu me surpreendi no bom sentido. Eu, até agora, por mais que seja pouco tempo, eu não tive nada, nem próximo disso de: “ah brasileiro...” e meio olho torto sabe? Eu acho que foi bem ao contrário: “tipo...ah brasileiro!” e o pessoal se anima pelo fato de ser brasileiro”.

Bem como Mateus, Lucas e Pedro, o entrevistado Rafael também coloca que “eu acho que exageraram muito a postura dura dos portugueses. [...] Era uma fama que, já passei por isso, mas assim longe disso. Acho que foi, acho que eu vim mais preparado do que eu precisava tar em relação a isso” e que por ter encontrado informações negativas em relação ao tratamento dos cidadãos portugueses com os brasileiros, ele teria se preparado para o pior e na realidade não enfrentou isso. Ainda diz: “realmente acho que...eles foram muito mais receptivos do que eu esperava” e pode ser complementado com o que diz Valentina, ao afirmar que “não sabia que o povo português era tão querido, tão simpático, tão receptivo. Todo mundo ajuda, dá informações, ninguém tem desconfiança de ninguém. Eu já ajudei a carregar bolsas de mercado, já me ajudaram a carregar bolsas de mercado, né? E pessoas que eu nunca vi na vida, então as pessoas são muito queridas”. Para ela, existe uma fama de que o só os brasileiros são carismáticos e diz: “porque a gente, no Brasil, a gente acha que só o povo brasileiro é querido, só o povo brasileiro é carismático, é simpático e o resto do mundo inteiro é sério, um povo sério e fechado” e aponta de onde tirou essa informação dizendo que “na verdade eu já li que os europeus são frios, isso eu já li em vários sites, em vários livros inclusive. [...] De um modo geral, o europeu é bem mais frio que o brasileiro então, eu esperava que o povo também fosse “mais europeu” e na verdade não. O povo português está mais para o lado carismático, simpático e querido”. Cabecinhas e Lázaro (1997, p.3) afirmam que “segundo a teoria da identidade social, quando os indivíduos se percebem como membros de um grupo, sendo essa pertença importante no contexto da relação com outro grupo, são levados a favorecer os membros do seu grupo, a fim de manter e reforçar a sua identidade social positiva”.

Já para Enzo essa tendência não se confirma e ele afirma que dizem que em Portugal as pessoas são queridas, porém para ele isso não aconteceu. Ele coloca que lhe foi posto: “que é um povo acolhedor, e na verdade não é. Não. Na verdade eu não acho a partir de uma faixa etária” e tenta argumentar explicando que na “zona norte de Portugal eu acho que é muito mais acolhedora. Porque as pessoas migram mais e tem sempre um parente fora e isso acaba tendo um sentimento diferente. [...] Parente sabe que quando passa algumas situações de dificuldade no país que você vai migrar e não é fácil”.

Em alguns casos, os entrevistados referiram-se sobre o preconceito que encontraram em Portugal, como no caso de Júlia que diz que “o fato de ser brasileiro, de ser brasileira principalmente mulher. É um pouco mais complicado”. Ela faz referência ao fato de ter ouvido falar, antes de chegar em Portugal, que os

cidadãos portugueses eram receptivos em relação aos brasileiros e coloca “que eles gostavam dos brasileiros por exemplo. Mas uma pessoa chega aqui e vê que os brasileiros acabam por ter, sofrer preconceito, principalmente as mulheres”. Gomes (2013, p.867) coloca que a mulher que migrou enfrenta diversas situações como “o racismo, o sexismo, a colonialidade, as desigualdades de classe e a condição de migrante marcam suas vidas”. A autora também afirma que “as mulheres migrantes são, por vezes, menosprezadas pelo país de destino e esquecidas pelo país de origem. No que diz respeito à ciência, as mulheres migrantes foram negligenciadas por algum tempo”.

O imaginário <Mulher Brasileira> em si mesmo representa relações de poder que inferiorizam e essencializam as brasileiras; além disso, transforma-se em diferentes situações de preconceito e discriminação [...]. Preconceito e discriminação que parece atingir todos os brasileiros (como se compusessem uma raça) e, especialmente, as mulheres brasileiras a partir do imaginário de hipersexualidade (independente de posições diferenciadas de classe) [...]. No entanto, em Portugal, a situação parece ser mais cruel e com maior inferiorização das brasileiras – o que se acredita estar relacionado com a colonialidade mais presente nesse imaginário em Portugal (Gomes, 2013, p.879).

Ainda para Gomes (2013, p.879), que realizou uma pesquisa de campo, “foram presenciados e relatados (e vividos) casos de assédio moral e sexual, de dificuldade de alugar apartamento (explicitamente não alugam para mulheres brasileiras)”. A autora coloca também que registrou “ofensas verbalizadas como “volta para tua terra”, “as brasileiras trazem doenças para os portugueses”, “as brasileiras querem roubar os maridos às portuguesas” (em ônibus, taxis, em redes sociais virtuais). E, ainda, casos de violência física e sexual”. Corroborando para o que a autora coloca, Júlia diz que sofreu muito com o preconceito:

“Preconceito, por exemplo, na hora de fazer entrevistas eu tive. Eu vi, na hora. Sim. [...] Tipo a mulher viu o meu currículo, mas de repente olhou para a minha formação e disse...era para servir mesas, só de eu começar a falar ela viu que eu era brasileira, eu acho que ela não tinha observado isso no currículo. E eu sei que foi só o fator de eu ser brasileira que ela me excluiu, porque aquilo não precisava de um mestrado ou qualquer coisa pra ser. Era para servir mesas, ponto.”

A entrevistada continua e lembra de outras situações em que o “ser brasileira” interferiu e foi uma barreira em Portugal. Ela diz que após consolidar sua mudança do Brasil, precisou equivaler seus estudos - décimo segundo ano (Portugal) e ensino médio (Brasil) e teve problemas. Sentiu e ainda sente mudanças na fala de cidadãos portugueses em relação aos cidadãos brasileiros: “quando uma pessoa começa a falar, eu sinto na hora. Porque assim, uma pessoa vai e...está tudo bem, tudo tranquilo. De repente ela começa a falar pra você assim, já muda completamente a forma de falar que ela estava falando com a pessoa que estava antes de você. Entendeu?! Nisso, na escola, no SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)”.

Júlia continua e, visivelmente indignada, conta que “no começo foi complicado. No começo foi bastante complicado. Porque era tipo: aí é brasileira isso, aí é brasileira aquilo. Tinha sempre o fator brasileiro”. Ela ainda coloca que havia um sentimento perene de inferioridade no trato social entre ela (brasileira) e seus colegas, empregadores e clientes e diz: “eram coisas pequenas, sabe?! Tipo, imagina a

pessoa falava alguma coisa e eu não entendia. Sei lá. [...] “Ai ela não entende porque é brasileira” e tipo, a outra que entrou junto comigo ela já entende porque não é brasileira. [...] Exatamente, “a ignorante, ela é burra e não sabe porque é brasileira”. Para a entrevistada, as brasileiras carregam um estigma relacionado à prostituição e outros fatores de colonialidade e dá outro exemplo: “principalmente na loja, em atendimento ao público. Uma altura eu atendia um senhor e eu tive que deixá-lo de atender porque...ele realmente estava a exceder as coisas que estava a me falar só porque eu era brasileira”. Como colocam Oliveira, Cabecinhas e Ferin (2011, p.10): “a sociedade portuguesa há muito que recebe, percebe e cria imagens estereotipadas das mulheres brasileiras. Isto claramente pode ter influenciado na forma de lidar com polémicas que envolveram algumas brasileiras em Portugal”.

A discriminação que sofrem as brasileiras vai além de serem consideradas prostitutas, pois está no fato de serem consideradas como um corpo disponível. O estigma em torno da prostituição, assim como o estigma em torno da brasileira, relaciona-se com as construções históricas de determinadas mulheres como corpo disponível. O enfoque aqui é no desvelamento desse estigma, independente da discussão feminista atual em torno da prostituição. Sobre esse aspecto, uma investigação sobre as prostitutas brasileiras em Portugal é elucidativa [...]. Neste sentido, não basta perceber que todas as brasileiras carregam o estigma de prostituta em Portugal. O problema está na própria existência do estigma de prostituta, o qual, relacionado com a colonialidade, o sexismo e o racismo, cria papéis e imaginários para as mulheres, sendo as brasileiras consideradas as “pecadoras, Evas, prostitutas, disponíveis, inferiores, hipersexualizadas”. O problema está, portanto, no estigma de “corpo colonial”, corpo disponível, que atinge todas as brasileiras (Gomes, 2013, p.880).

Ainda para Gomes (2013), brasileiras que residem em Portugal e atuam em diversas profissões passam por situações de preconceito. No caso de Júlia, que trabalha em uma loja de shopping, isso fica claro e evidenciado na fala da entrevistada, indo ao encontro do que a autora explorou em sua pesquisa, bem como em outros aspectos. Júlia coloca que “depois a pessoa vai se adaptando. Vai usando a forma que eles falam, vai mudando o jeito mesmo de ser, tipo a gente vai se adaptando à realidade do país” o que, para Gomes (2013, p. 881) é entendido como uma perda de identidade em prol da tentativa de não sofrer mais com casos de preconceito e discriminação, colocando que “as mulheres brasileiras imigrantes buscam se aproximar da portugalidade, afastando-se do que seria a brasilidade”.

Algumas práticas são comuns nessa estratégia de “aportuguesação” [...], como camuflar o sotaque, mudar sua forma de vestir, o corte de cabelo e de se comportar, buscar amigos portugueses e, ainda, construir um discurso – ou compartilhar o discurso dos seus amigos portugueses – de que são brasileiras diferentes das outras. As mulheres brasileiras quando adotam a estratégia de “aportuguesação” parecem estar resignadas ao imaginário hegemônico sobre a <Mulher Brasileira> em Portugal; ou seja, já que não podem alterá-lo, afastam-se dele individualmente, aproximando-se da portugalidade e, assim, resistem de forma passiva. Resistência, porque sobrevivem ao preconceito e à discriminação; passiva, porque se resignam, compartilham a ordem discursiva hegemônica (Gomes, 2013, pp.881-882).

No caso de Júlia nota-se exatamente isso que a autora colocou, ela usa palavras do português de Portugal que, claramente, foram adaptadas ao seu discurso para que aportuguesar, como bem coloca Gomes (2013) em sua publicação e entende isso como uma estratégia de resistir passivamente e se integrar ao contexto do novo país, evitando assim, enfrentamentos e distinção, preconceito em relação aos demais.

Já Laura, outra entrevistada na pesquisa, entende que “existe assim, uma resistência, um pouco de discriminação até com relação a brasileiros”. Para ela, é latente a existência de uma comparação entre os dois países e nisso, o Brasil fica e é sempre pior. Já Valentina acredita que o que ela passa em Portugal poderia acontecer em qualquer lugar e a entrevistada diz: “eu já fui cantada na rua, eu já fui cantada durante entrevista de emprego, mas isso eu acho que isso poderia acontecer em qualquer lugar”. Por ser de origem europeia, Valentina não acredita que traz consigo características e atribuições físicas que denotariam o estereótipo da brasileira, e afirma que “me vendo na rua eu passo por portuguesa também né? Pelos meus traços então eu não, não acredito que a pessoa saiba na rua que eu sou brasileira. Então eu acho que não tem preconceito não”. Encerrando sua fala em relação ao preconceito, Valentina afirma: “eu acho que o português gosta também de outras culturas e acho que não é xenofóbico não”.

Mateus refere que não sentiu preconceito em seu local de trabalho por ser brasileiro, mas fez um relato interessante:

“Eu, por exemplo, agora eu estou trabalhando tal e etc e é, eu vejo, claramente, uma...um tratamento em relação, não só com os consumidores, mas mesmo as pessoas que trabalham lá, gerente e etc, diferenciado com por exemplo: africanos, cabo verdianos que trabalham lá. E é um negócio meio assim, bem estranho sabe?. [...] Ah, umas piadas que pra gente parece, não sei se é uma questão cultural né? Que pra eles é possível esse tipo de piada, mas pra brasileiro parece um negócio bem preconceituoso sabe? A forma de chamamento: “ahh...não sei o que...preto etc” - é um negócio que pra gente choca. Você fala: “nossa...isso é possível?”. E eu não me sentiria bem ser chamado assim, na questão de cor.”

Júlia também expõe sua opinião sobre como os portugueses se referem aos negros e diz: “senti isso. Sobre as pessoas serem gays ou serem negros. Ao invés de falar “ah o fulano é negro...ah o fulano é preto”. Eu acho que isso não existe”. Porém para outro entrevistado, Lucas, coloca que “falaram que aqui tem muito preconceito contra brasileiro, preconceito com pessoas mais escuras, uma coisa que eu não vi aqui, pelo menos até agora. Não senti até agora, pelo contrário, fui muito bem recebido pelo portugueses.”

Theodoro (2014, p.206) afirma que “o Brasil presenciou na primeira década do século XXI uma expressiva mudança no debate público sobre as relações raciais, assim como no formato e abrangência das políticas públicas voltadas para a população negra”. Para o autor, “no que tange ao debate público, o tema ganhou destaque inédito, mobilizando movimentos sociais, intelectuais, imprensa, partidos políticos [...]”.

O racismo transforma diversidade em desigualdade. Operando a partir de uma escala de valores que torna socialmente aceitável, e mesmo justificável, a distribuição desigual das posições sociais privilegiadas, o racismo reafirma e consolida a subalternidade da população negra. Reproduzido histórica e estruturalmente, este mecanismo perpassa as relações sociais e inscreve no país uma forma particular de convivência entre desiguais. Sua vigência naturaliza a desigualdade e reforça o processo de legitimação e de engessamento da hierarquia social, contribuindo para a escassa mobilidade racial que ainda caracteriza o país. Assim, o racismo constitui-se em um importante obstáculo ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade social (Theodoro, 2014, p.207).

Quando questionada se ela acreditava que havia um motivo para que os portugueses, mesmo no século XXI, continuem com esse estigma em relação aos brasileiros, especialmente às mulheres, Júlia diz que

“acho que aqui só passa as coisas do Brasil quando é carnaval ou quando aquilo está na corrupção. Tipo, o que mostra agora por exemplo: o *impeachment* da Dilma e o Brasil só tem ladrões”. Ela imputa culpa aos meios de comunicação, especialmente a televisão, e continua “[...] ou então depois quando mostra aquelas coisas na televisão, numa cidade aqui perto*, em que só tinha prostitutas, em que as mulheres fizeram protesto porque tinha muitas prostitutas e eram todas brasileiras”. Para Júlia a TV tem um papel negativo como agente de informação ao explorar somente um lado da realidade e termina dizendo: “principalmente as mulheres, eu acho que as mulheres acabam por sofrer mais que os homens por causa disso”.

* referindo-se ao Caso de Bragança, para melhor análise crítica ver, por exemplo, o artigo: Mulheres brasileiras na mídia portuguesa de Luciana Pontes (2004).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No começo desta pesquisa lançou-se duas questões que norteariam o trabalho:

Por que estes brasileiros deixaram o Brasil e escolheram Portugal como país de destino? Em que medida as diferentes fontes de informação auxiliaram ou não nessa decisão? Alguma informação antes da vinda se mostrou conflituosa com o dia a dia vivendo em Portugal?

Após realizar a pesquisa baseada no guião previamente desenvolvido, ir a campo em busca de respostas, encontrar pesquisadores e autores que embasaram e norteariam a pesquisa, têm-se a indicação em relação ao que os entrevistados buscam em Portugal, se concordam com a política do atual governo brasileiro, a formatação da economia e o modelo social aplicado. Durante as entrevistas percebeu-se a frequência do uso das palavras violência e insegurança, por exemplo, que surgem em diferentes contextos após o questionamento sobre a saída do Brasil ter sido uma opção. A grande maioria comenta que foi uma opção deixar o país e todos os entrevistados, em algum momento da explanação, fazem questão de contar ou lembrar que a violência está presente na vida de praticamente todos os brasileiros atualmente. A proximidade entre as culturas portuguesa e brasileira é enfatizada pelos entrevistados, fazendo aplicação do conceito de “países irmãos”, nomenclatura adotada inclusive por órgãos oficiais de ambos os governos. A língua, o acesso a uma educação de vanguarda, a cultura, a proximidade com outros países da Europa e as oportunidades que podem surgir de uma vida em Portugal também são pontos de referência na pesquisa, bem como o sossego, a tranquilidade e a educação dos cidadãos portugueses no dia a dia. Para além de fatores positivos, encontraram-se reclamações, relatos e casos de preconceito, xenofobia entre as populações do Brasil e de Portugal.

Estes relatos, dados e resultados só puderam ser alcançados graças ao desdobramento que o guião permitiu fazer. Com os desdobramentos que ocorrem durante as entrevistas, é possível adentrar e abordar assuntos entendidos como tabu, temas difíceis como no caso do preconceito e até do racismo que por vezes é mencionado no trabalho. Ainda que haja uma mudança em relação à visão e imagem dos brasileiros, principalmente as mulheres brasileiras, em Portugal aos olhos da população portuguesa, ainda percebe-se que há um estigma, uma marca no sentido negativo e que é frequentemente relacionada à prostituição. Com isso, é possível perceber também a utilização de estratégias que são colocadas em prática no dia a dia dos cidadãos brasileiros que vivem em Portugal para diminuir os embates no processo de aculturação.

A velocidade do processo de globalização e a possibilidade de um mundo com distâncias minimizadas graças aos aparatos tecnológicos também aparecem na pesquisa, quando os entrevistados de maneira geral, não relatam a saudade em seus discursos. Na amostra, todos os entrevistados têm ensino

médio completo, estão cursando ou já cursaram uma graduação, alguns estão no mestrado e outros no doutorado. Algo tido como novo e relevante, que apresentavam uma população com baixa escolaridade e sem muitas opções de trabalho em empresas, serviços e áreas que buscam pessoas qualificadas. Em relação aos meios de comunicação, que também foram abordados na pesquisa, percebe-se que todos os entrevistados se informam através da internet e, em geral, acessam as mesmas fontes de informação citando os mesmos portais e jornais do Brasil.

Para conseguir alcançar as respostas, que foram lançadas como as questões principais e que nem sempre são fáceis e lembradas num primeiro momento, desenhou-se um caminho através de uma conversa quase que informal, em ambientes descontraídos e movimentados e apesar de ter sido registrada em áudio, os resultados alcançados foram satisfatórios. Após perguntar os motivos que fizeram os entrevistados deixarem o Brasil, era perguntado se esperavam de Portugal alguma coisa e as respostas variavam entre tranquilidade, cultura, oportunidade e experiência. Necessário salientar o caráter exploratório da pesquisa, realizada com amostra de conveniência, não representativa da população brasileira em Portugal.

Propostas de investigação: abordagem para o futuro

A investigação proposta tinha como objetivo ouvir, traçar motivos e buscar entender quais os motivadores na tomada de uma decisão tão séria e relevante na vida dos cidadãos brasileiros que residem em Portugal, e foi bem sucedida no que se propôs. Porém sem a pretensão de desenhar e adivinhar o futuro, mas com a certeza e humildade de que existem lacunas e outras oportunidades neste ramo de pesquisa tão rico e vasto na área da intercultural e da imigração, surgem algumas dicas e notas que podem ser levadas em consideração:

- Peso da Família - com uma ligação quase umbilical entre o Brasil e Portugal, uma pesquisa que estude o papel das redes familiares em Portugal no momento de decidir pela imigração;
- Ser ou não cidadão - não foi abordada nesta pesquisa, mas certamente uma investigação relacionada aos cidadãos brasileiros que possuem dupla nacionalidade seria de extremo interesse, principalmente para saber se possuindo dupla cidadania, os cidadãos brasileiros optariam por Portugal, mesmo assim, em detrimento de outro país europeu, por exemplo;
- Relação no trabalho - uma pesquisa que focasse no ambiente de trabalho dos brasileiros que vivem em Portugal, como se relacionam com os colegas portugueses, quais as implicações da língua no mercado de trabalho, como os outros portugueses aceitam ou não o fato de um brasileiro estar empregado entre outras implicações;

Além destas questões que podem ser exploradas numa pesquisa futura, é necessário refletir de maneira sucinta sobre as limitações deste trabalho. A quantidade de participantes da pesquisa ser limitada é, sem dúvida, uma barreira importante a ser citada. Se mais participantes, de outras regiões de Portugal além do norte (Braga e Porto), tivessem a oportunidade de participar da pesquisa, poderia haver uma ideia diferente da que foi encontrada. A expansão para outros países da Europa (Espanha, França, Alemanha e Itália) também traria uma outra dimensão para a pesquisa e, quem sabe, outras visões e respostas em relação ao que foi questionado.

Entende-se também como oportuna uma amplificação do estudo que leve em consideração, por exemplo, o nível social atrelado à renda. Nesta pesquisa a renda não foi perguntada, porém pode ser um fator diferenciador nos resultados. Ferramentas de comunicação, dificuldades de entendimento, refúgios culturais entre outros questionamentos também podem constar em uma pesquisa futura.

Por fim, volta-se aos antagonismos e perguntas que motivaram esta pesquisa e percebe-se que o fato de estar na mesma condição dos entrevistados, de imigrante, desperta um sentimento diferente, quase que inexplicável. Há uma identificação, existe empatia e a cada questionamento e resposta nasce a certeza de que a academia é fantástica ao proporcionar a oportunidade, na área de comunicação, quão importante é falar a mesma língua, entender se fazer entendido. Chega-se ao fim nesta pesquisa, mas a certeza de que é necessário continuar é presente, é latente e direciona o pensamento em busca de novas perguntas, afinal de contas, são as perguntas que movem os cientistas e não as respostas.

BIBLIOGRAFIA

Adorno, S. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, 4(8), 84-135. doi: 10.1590/S1517-45222002000200005

Agier, M. (2001). Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, 7(2), 7-33. doi: 10.1590/S0104-93132001000200001

Alexandre, M. (2001). O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Comum*, 6(17), 111-125. Recuperado de: <http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/opapel.pdf>

Almeida, J. (2015). A pátria (s) em chuteiras: reescritas do Brasil na Copa das Confederações. *RUA*, 20(2), 114-128. Recuperado de: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638923>

Alves, T. (2015). Migrações sonoras em Português: representações culturais da diáspora portuguesa na rádio brasileira. *Comunicação e Sociedade*, 28, 109-128. doi: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.28\(2015\).2273](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.28(2015).2273)

André, J. M. (2012). Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: O diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião. *Educação, Sociedade & Culturas*, 38, 203-208. Recuperado de: <http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/13.Recensoes.pdf>

Araújo, A. C. D. (2016). *Copa do Mundo 2014: debates sobre mídia e cultura* [versão eletrônica PDF]. Natal: EDUFRN.

Araújo, E. D. S., & Santos, J. A. P. (2013). O desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar no Brasil e sua relevância na economia nacional. *FACIDER-Revista Científica*, 4(4). Recuperado de: <http://seicesucol.edu.br/revista/index.php/facider/article/viewFile/37/87>

Baganha, M. I. (2001). A cada sul o seu norte: dinâmicas migratórias. Em Portugal em B. S. Santos (ed.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* (pp. 135-159). Porto: Afrontamento.

Baptista, M. M. (2008). Símbolo, metáfora e mito na comunicação intercultural. Em R. Cabecinhas e L. Cunha (eds.), *Comunicação intercultural*, (pp. 171-177). Porto: Campo das Letras.

- Bastos, J. G. P., & Bastos, S. P. (1999). *Portugal multicultural*. Lisboa: Fim de Século.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Blay, E. A. (2003). Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos avançados*, 17(49), 87-98. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>
- Brito, F. (2000). Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório. *Anais do XII Encontro nacional de estudos populacionais*, (pp. 1-44). Caxambu, Minas Gerais.
- Cabecinhas, R., & Cunha, L. (2008). *Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios*. Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R. & Lázaro, A. (1997). Identidade Social e Estereótipos Sociais de Grupos em Conflito. *Um Estudo numa Organização Universitária' in Cadernos do Noroeste*, 10(1), pp.411-426. Obtido em 09 de maio de 2016. Recuperado de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4504/1/Cabecinhas_Lazaro_identisocial_97.pdf
- Callegari, A. B. C. (2015). A educação dos imigrantes italianos. *Ideas*, 1, (2), pp.25-38. Obtido em 10 de janeiro de 2016. Recuperado de <http://ci.usal.edu.ar/archivos/lenguas/imagenes/ideas2.pdf#page=26>
- Canclini, N. G. (2002). Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, 8(1), 40-53. doi: 10.1590/S0104-62762002000100003
- Canclini, N. G. (2003). *A globalização imaginada* [versão eletrônica pdf]. ISBN: 8573211970, 9788573211979.
- Canclini, N. G. (2012). Ciudades y redes: transformaciones recíprocas (pp.47-50). *TELOS 93: Espacios urbanos y TIC: transformaciones recíprocas*, 93.
- Candaten, L., & Veloso, M. T. (2015). O show de Truman e o ator: uma vida manipulada pela mídia. *Revista Crioula*, (16). doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2016.97187>

Cano, W. (2015). A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, 21(4), pp.831-851. Obtido em 25 de fevereiro de 2016. Recuperado de <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642273>

Cardoso, G. C. (2015). Diferenças e semelhanças entre Português Brasileiro (PB) e Português Europeu (PE) – visão panorâmica entre a sociohistória e a estrutura dessas línguas [versão eletrônica pdf]. *Monografia (Licenciatura em Letras Português)-Universidade de Brasília*. Obtido em 09 de maio de 2016. Recuperado de <http://bdm.unb.br/handle/10483/11924>

Castells, M. (2002). Globalización y antiglobalización. *JE Stiglitz y M. Barlow, Pánico en la globalización. Bogotá, Colombia: Fica*. Recuperado de http://rededucativa.pbworks.com/f/MCastells_Globalizaci%C3%B3n+y+antiglobalizaci%C3%B3n.pdf

Castells, M. (2013). Redes de indignação e esperança. *Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar*.

Cavalcanti, J. R. (2011). A construção discursiva da identidade. *Signo*, 35(59), 1313-325. doi: <http://dx.doi.org/10.17058/signo.v35i59.1417>

Cerqueira, D. R. D. C. (2014). Causas e consequências do crime no Brasil. Recuperado de: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Concurso0212_33_premiobndes_Doutorado.pdf

Chauí, M. (1995). Cultura política e política cultural. *Estudos avançados*, 9(23), 71-84. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000100006>

Cogo, D., & Badet, M. (2013). De braços abertos. A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração. *CECS-Publicações/eBooks*, 32.

Conrado Filho, F., & Santos, L. A. (2015). O segundo ecrã e a informação: história, definição e pistas para um futuro. *Comunicação e Sociedade*, 28, 191-210. doi: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.28\(2015\).2277](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.28(2015).2277)

Costa, A. M., & Carvalho, M. L. (2015). Territórios, Interculturalidade e Mediação: entre "redes" e "nós". *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, (08), 48-52. doi: <http://dx.doi.org/10.17979/reipe.2015.0.08.262>

Coutinho, E., & Parreira, M. V. (2011). Outra forma de olhar a mãe imigrante numa situação de transição. *Millenium*, 83-97. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/10400.19/1219>

Cunha, L. (2008). Configurações espaciais e regimes de pertença em R. Cabecinhas e L. Cunha (eds.). *Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios*, (pp. 147-167). Porto: Campo das Letras.

Da Costa, A. F. (2002). Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48). doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000100003>

Daure, I., & Reveyrand-Coulon, O. (2009). Transmissão cultural entre pais e filhos: uma das chaves do processo de imigração. *Psicol. clín*, 21(2), 415-429. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652009000200011>

de Bártolo, D. L. R. (2007). Sociedade Ética para o Século XXI. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, (4). ISSN: 1646-0502. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/10284/442>

de Bem, A. P. (2015). Despesa, Receita e Endividamento Público: Análise do comportamento brasileiro recente. *Indicadores Econômicos FEE*, 43(1), 9-26. ISSN: 0103-3905

de Brito Alves, F., & de Oliveira, G. F. (2016). "CRISE" DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E A FUNÇÃO POLÍTICA DO JUDICIÁRIO: É O JUDICIÁRIO A "TÁBUA DE SALVAÇÃO" DA DEMOCRACIA?. *Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará*, 35(2). Recuperado de: <http://200.129.29.202/index.php/nomos/article/view/1903>

do Carmo, R. M., Melo, D., & Blanes, R. L. (2008). *A globalização no divã* (1ª ed.). Lisboa: Tinta-da-China.

Dornelles, J. R. W. (2014). O desafio da violência, a questão democrática e os direitos humanos no Brasil. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, (29). doi: <http://dx.doi.org/10.17808/des.29.293>

Elias, N. (2003). Ensayo acerca de las relaciones entre establecidos y forasteros. *Reis*, (104), 219-251. doi: 10.2307/40184576

Esteves, L. R. (2009). Da tradução como amortecimento. *Tradução em Revista*, 7, 01-18. Recuperado de: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=14732@1

Featherstone, M. (1990). *Cultura global nacionalismo, globalização e modernidade* (3ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Fernandes, D., & de Castro, M. C. G. (2013). Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(41). Recuperado de: <http://www.oplop.uff.br/conteudo/migracao-crise-retorno-dos-imigrantes-brasileiros-em-portugal>

Figueiredo, J. M. (2005). *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento: realidades compatíveis no contexto europeu?*. ACIDI, IP. ISBN: 989800018X, 9789898000187.

Fort, M. C. (2007). Medo e horror na cobertura jornalística dos ataques do PCC em São Paulo. *Logos*, 14(1), 133-145. Recuperado de: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/logos/article/view/15236>

Franco, M. E. S. (2014). Os meios de comunicação em massa e o sistema jurídico: a mídia como um instrumento de controle social/Mass media and the legal system: the media as an instrument of social control. *REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO-UFU*, 42(2). doi: <http://dx.doi.org/10.14393/RFADIR-v42n2a2014-3>

Franklin, R. M. (2016). Imigração, fronteiras culturais e identidades étnicas: um debate interdisciplinar. *Revista Outras Fronteiras*, 2(2), 160-178. ISSN: 2318-5503.

Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A. Z., & Moscarola, J. (2000). O método de pesquisa survey. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, 35(3). Obtido em 27 de janeiro. Recuperado de: http://200.232.30.99/busca/artigo.asp?num_artigo=269

Garcia, R. S. (2015). Rede social na internet como espaço da nova cultura de aprendizagem. *Revista Trilha Digital*, 2(1). Obtido em 10 de fevereiro de 2016. Recuperado de: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/TDig/article/view/8212>

Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização* (1ª edição). Lisboa: Presença.

Gomes, M. S. (2013). O imaginário social< Mulher Brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *Dados*, 56(4), 867-900. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582013000400005>

Gonzalez, R. S., & Silva, C. A. S. D. (2015). Os “boat people” do século XXI e a atual política brasileira para refugiados. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 4(8), pp.39-62. Obtido em 20 de abril de 2016. Recuperado de: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/viewArticle/4596>

Gustsack, F., & de Castro Rocha, S. M. (2015). Linguagem e sentidos da subjetividade humana em narrativas da cultura urbana: uma análise aos autocolantes usados nos carros. *Comunicação e Sociedade*, 28, 149-167. doi: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.28\(2015\).2275](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.28(2015).2275)

Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & realidade*, 22(2), pp.15-46. Obtido em 12 de janeiro de 2016. Recuperado de http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf

Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; tradução Adelaine La Guardia Resende...[et. al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. TupyKurumin. ISBN: 8574904023, 9788574904023.

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. *As representações sociais*, pp.17-44. Obtido em 24 de janeiro de 2016. Recuperado de: <http://portaladm.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>

Jorge, C. T., & Martins, N. M. (2013). Política fiscal e a desaceleração da economia brasileira no governo Dilma (2010-2012). Obtido em 14 de abril de 2016. Recuperado de: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/2013/TD_IE_013_2013.pdf

Júnior, A. S. (2015, 30 de dezembro). 'The Economist' prevê desastres econômico e político para o Brasil. *Estadão*. Recuperado de <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,the-economist-preve-desastres-economico-e-politico-para-o-brasil-em-2016,1816657>

Kaplan, C. V. (2013). Os jovens e seus medos sociais: da morte e de serem excluídos. *Revista Teias*, 14(32), pp.251-264. Obtido em 10 de março de 2016. Recuperado de <http://periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/1405>

Leister, M. (2013). Aculturação e identidade cultural: uma revisão do Direito Internacional dos Direitos Humanos. *Revista Derecho y Cambio Social*, 31, pp.1-23. Obtido em 20 de fevereiro de 2016. Recuperado de <http://www.derechocambiosocial.com/revista031/Acultura%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Lévy, P. (2000). A revolução contemporânea em matéria de comunicação. *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*, 2, pp.37-49. Obtido em 23 de fevereiro de 2016. Recuperado de <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/09/LEVY-PIERRE-Revolu%C3%A7%C3%A3o-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Lima, R. S. D., Sinhoretto, J., & Bueno, S. (2015). A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. *Sociedade e Estado*, 30(1), 123-144. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922015000100008>

Lipovetsky, G., & Charles, S. (2011). *Os tempos hipermodernos*. Lisboa: Edições, 70.

Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2010). *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Lisboa: Edições, 70, 85-107.

López, A. M. M., Cunha, J. R. D., & Arruda, R. A. D. (2012). O multiculturalismo e a globalização. *Eventos Pedagógicos*, 3(2), pp.301-307. Obtido em 11 de março de 2016. Recuperado de <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/678>

Luchiari, M. T. D. (1998). Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Orgs. Serrano, Célia; Bruhns, Heloísa Turini, pp.105-130. Obtido em 17 de fevereiro de 2016. Recuperado de <http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/fortcon.pdf>

Machado, J. V., & Cardoso, J. (2016). Das perspectivas locais às relações internacionais: representações múltiplas sobre a Europa. *Revista Continentes*, 1(7), pp.166-169. Obtido em 21 de fevereiro de 2016. Recuperado de <http://r1.ufrj.br/revistaconti/index.php/continentes/article/view/109>

Mancebo, D. (2002). Globalização, cultura e subjetividade: discussão a partir dos meios de comunicação de massa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(3), 289-295. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722002000300008>

Maffesoli, M. (2007). Tribalismo pós-moderno: da identidade às identificações. *Ciências Sociais Unisinos*, 43(1), pp.97-102. Obtido em 3 de março de 2016. Recuperado de http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5652

Malheiros, J. M. (2007). *Imigração brasileira em Portugal*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: Lisboa.

Marcon, K., Machado, J. B., & Carvalho, M. J. S. (2014). Arquiteturas pedagógicas e redes sociais: uma experiência no Facebook. *Revista de Informática Aplicada*, 9(2), pp.14-20. Obtido em 8 de março de 2016. Recuperado de <http://ria.net.br/index.php/ria/article/view/104>

Marín, J. (2014). Globalização, educação e diversidade cultural. *Tellus*, (11), pp.35-60. Obtido em 21 de março de 2016. Recuperado de <http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/104>

Matos, C. (1993). Migrações: decisões individuais e estruturas sociais. *SOCIUS Working Papers*, 5, pp.1-22. Obtido em 17 de março de 2016. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.5/1599>

Mello-Silva, A. C. C., Brasil, V. V., Minamisava, R., Oliveira, L. M. A. C., Cordeiro, J. A. B. L., & Barbosa, M. A. (2012). Qualidade de vida e trauma psíquico em vítimas da violência por arma de fogo. *Texto Contexto-Enferm*, 21, 558-65. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072012000300010>

Mesquita, N. C., Moisés, J. A., & Rico, B. (2014). As Diferentes Dinâmicas da Corrupção: Mídia, Percepção e Instituições no Contexto Brasileiro. Cunha, IF & Serrano, E.(coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política*, pp.1-26. Obtido em 17 de abril de 2016. Recuperado de http://nupps.usp.br/downloads/relatorio2013/Anexo_31_Mesquita.pdf

Miguel, L. F. (2000). Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. *Revista Brasileira de História*, 20(39), 191-199. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882000000100008>

Miguel, L. F. (2002). Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, 6(55), 155-184. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452002000100007>

Miranda, A. (2000). Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. *Ciência da Informação*, 29(2), 78-88. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652000000200010>

Modood, T. (2013). "Diferença" e integração pós-imigração. *Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC*, 8(1), pp.417-450. Obtido em 10 de abril de 2016. Recuperado de <http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/view/1792>

Moreira, C. D. (2007). *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Mountian, I., & Rosa, M. D. (2015). O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero. *Psicologia USP*, 26(2), 152-160. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20150001>.

Muchembled, R. (2014). *Uma História da Violência* [versão eletrônica pdf]. ISBN 9724418189, 9789724418186

Negrini, M. (2012). A produção de sentidos sobre morte no telejornalismo. *Comunicação & Inovação*, 12(23), 79-86. doi: 10.13037/ci.vol12n23.1356

Oliveira F., Cabecinhas R. & Ferin I.(2011). Retratos da mulher brasileira nas revistas portuguesas". Anais do VII ENECULT - *Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Universidade Federal da Bahia, Salvador. ISBN 85-60186-00-X. Obtido em 09 de maio de 2016. Recuperado de <http://hdl.handle.net/1822/19851>

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE]. (2002). *A sociedade criativa do século XXI*. Lisboa: GEPE.

Ortega, M. M. (2007). A Europa Face aos Novos Fluxos Migratórios. *Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*. Obtido em 21 de março de 2016. Recuperado de http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/ortega.pdf

Ortiz, R. (1999). Diversidade cultural e cosmopolitismo. *Lua nova*, (47), pp.73-89. Obtido em 12 de março de 2016. Recuperado de https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=eOw17YIMkPMC&oi=fnd&pg=PA73&dq=Diversidade+cultural+e+cosmopolitismo&ots=HJYPOIRxJe&sig=rjM2_KQ6MCSBkIf39InXYrdhsWw&redir_esc=y#v=onepage&q=Diversidade%20cultural%20e%20cosmopolitismo&f=false

Patarra, N. L. (2005). Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em perspectiva*, 19(3), 23-33. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000300002>

Patarra, N. L. (2006). Migrações internacionais: teorias, políticas. *Estudos avançados*, 20(57), 7-24. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200002>

Patrício, M. (2002). Globalização e diversidade: a escola cultural, uma resposta. Porto: *Porto Editora*.

Perrone, T., & Azevedo, A. (2015, 23 de agosto). Retratos da crise: Frustrados, brasileiros voltam a deixar o país. *Correio Braziliense*. Recuperado de: http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2015/08/23/internas_economia,495708/retratos-da-crise-frustrados-brasileiros-voltam-a-deixar-o-pais.shtml

Penna, R. S. (2007). Forasteiros: experiências de migrantes no contexto de uma cidade industrial. Em Associação Nacional de História – ANPUH. *XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* (pp.1-9). São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Pinho, J. B. (2003). *Journalism na internet* [versão eletrônica pdf]. ISBN: 8532308414, 9788532308412

Pinsky, C. B., & Pinsky, J. (2007). *História da cidadania* [versão eletrônica pdf]. ISBN: 8572445854, 9788572445856

Pontes, L. (2004). Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos pagu*, 23, 229-256. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000200008>

Pordata (2016). *Taxa de desemprego: total e por sexo (%) - Portugal*. Pordata. Recuperado de [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550)

Pordata (2016). *Taxa de desemprego, dos 15 aos 74 anos na Europa*. Recuperado de <http://www.pordata.pt/Europa/Taxa+de+desemprego++dos+15+aos+74+anos-1779>

Portela, K. G. B., & Marques, M. G. (2015). Produção cultural na internet: colaboração, consumo e interação comunicativa. In *Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste* (pp. 1-12). Campo Grande, Mato Grosso do Sul: UFMS.

Porto, T. M. E. (2006). As tecnologias de comunicação e informação na escola; relações possíveis... relações construídas. *Revista Brasileira de Educação*, 11(31), 43-57. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000100005>

Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Ramos, N. (2009). Diversidade cultural, educação e comunicação intercultural– políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural. *Revista Educação em Questão*, 34(20), pp.9-32. Obtido em 13 de março de 2016. Recuperado de <http://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3941>

Ramos, N. (2013). Interculturalidade (s) e mobilidade (s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. *Grandes problemáticas do espaço europeu: Estratégias de (re) ordenamento territorial no quadro de inovação, sustentabilidade e mudança*, pp.343-360. Obtido em 07 de fevereiro de 2016. Recuperado de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12349.pdf>

Reis, J. C. (2007). *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC* [versão eletrônica pdf]. ISBN: 8522505969, 9788522505968.

Reis, R. R. (2006). Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 19(55), 149-164. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000200009>

Relatório Anual de Segurança Interna - RASI (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna - RASI* . Recuperado de <http://www.portugal.gov.pt/media/18859123/20160331-rasi-2015.pdf>

Requejo, F. (1999). Pluralismo cultural e cidadania democrática. *Lua Nova*, (47), 91-120. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451999000200006>

Resende, P. E., Dowbor, L., & Ianni, O. (1997). Desafios da globalização. *Petrópolis: Vozes*, 17-27.

Sacramento, I., & Machado, I. B. (2015). A imigração como risco para a saúde: uma análise das representações do imigrante africano na cobertura da Folha de S. Paulo sobre o ébola. *Comunicação e Sociedade*, 28, 25-47. doi: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.28\(2015\).2269](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.28(2015).2269)

Sales, T. (2014). Novos fluxos migratórios da população brasileira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 8(1/2), pp.21-32. Obtido em 13 de janeiro de 2016. Recuperado de <http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/view/521>

Sampaio, A. A. S., & Andery, M. A. P. A. (2010). Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma análise comportamental de fenômenos sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 183-192. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000100020>

Samways, J. (2015). Crítica aos Abusos da Mídia. *UNOPAR Científica Ciências Humanas e Educação= Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, 3(1), 25-27. doi: <http://dx.doi.org/10.17921/2447-8733.2002v3n1p%25p>

Sá, T. (2014). Lugares e não lugares em Marc Augé. *Tempo Social*, 26(2), 209-229. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000200012>

Sánchez-Montijano, E., & Ayuso, A. (2012). *Migrações entre Brasil e Europa. Oportunidades para uma agenda renovada* [versão eletrônica pdf]. Economia, parlamentos, desenvolvimento e migrações, 151-174. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/233391669_Migracoes_entre_Brasil_e_Europa_Oportunidades_para_uma_agenda_renovada

Santomé, J. T. (2008). *Multiculturalismo anti-racista*. Porto: Profedições.

Santos, A. L. (2013). Antes, de lá pra cá. Agora, daqui pra lá: fluxos migratórios do Brasil para Portugal a partir de 1980. *GEOUSP: espaço e tempo*, (34), pp.195-210. Obtido em 11 de abril de 2016. Recuperado de <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewArticle/794>

Santos, B. D. S. (1993). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (38), pp.11-39. Obtido em 10 de janeiro de 2016. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10316/11597>

Saquet, M. A., & Gallo, A. (2015). Fronteira, território e formação do Sul do Brasil. *Terra Livre*, 2(35), pp. 89-102. Obtido em 14 de abril de 2016. Recuperado de <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/419>

Sarriera, J. C., Oliveira, A. P. S., Hofstaetter, C. H., & Hermel, J. S. (2005). O processo de integração de imigrantes hispano-americanos: análises e perspectivas. *Psico*, 36(1), pp.73-80. Obtido em 26 de março de 2016. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161547>

Sawaia, B. B., & Sawaia, B. (2001). *Identidade-uma ideologia separatista?* [versão eletrônica pdf]. As artimanhas da exclusão, pp.119-127. Obtido em 11 de janeiro de 2016. Recuperado de xa.yimg.com

Schwartzman, S., & Brock, C. (2005). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 9-51. Obtido em 13 de fevereiro de 2016. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Simon_Schwartzman/publication/225088749_Os_desafios_da_educacao_no_Brasil/links/0fcfd50c5eb1e36e17000000.pdf

Sebastiao, S., & Fernandes, T. (2015). A Comunicação Intercultural nas Organizações: exemplos dinamarqueses. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, 5(9), pp.27-46. Obtido em 3 de março de 2016. Recuperado de <http://revistarelacionespublicas.uma.es/index.php/revrrpp/article/view/311>

Silva, J. R. (2000). O factor linguístico na economia global. *Revista de Gestão e Economia*, (0), pp.10-17. Obtido em 10 de abril de 2016. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Joaquim_Silva4/publication/262560802_O_factor_lingustico_na_economia_global/links/0f3175381211fef80f000000.pdf

Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos-CEBRAP*, (97), 23-40. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>

Soliz, M. A., & Serrato, F. R. (2015). As expectativas dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo: reflexões sobre a comunicação intercultural. *Revista Organicom*, 11(21), pp.66-76. Obtido em 23 de abril de 2016. Recuperado de <http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/777>

Stochero, T. (2015, 27 de julho). Brasil teve em média 143 assassinatos por dia em 2014. *G1*. Recuperado de <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/brasil-teve-em-media-143-assassinatos-por-dia-em-2014.html>

Theodoro, M. (2014). Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 8(1), 205-219. doi: <http://dx.doi.org/10.21057%2Frepam.v8i1.11461>

Tostes, A. P. B. (2004). Identidades Transnacionais e o Estado. Viço e teimosia?. *Lua Nova*, (63), 39-63. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452004000300003>

Trindade, M. B. R. (1995). *Sociologia das migrações*. Lisboa : Universidade Aberta.

Truzzi, O. (2008). Redes em processos migratórios. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 20(1), 199-218. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702008000100010>

Truzzi, O., & Matos, M. I. (2015). Saudades: sensibilidades no epistolário de e/imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930). *Revista Brasileira de História*, 35(70), 257-277. Epub 08 de dezembro de 2015. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70011>

Velho, G. (1987). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea* [versão eletrônica pdf]. ISBN: 8571100101, 9788571100107

Vieira, R., & Vieira, A. (2015). Identidades, aprendizagem e mediação intercultural: uma análise antropológica. *Linhas Críticas*, 21(44), pp.95-115. Obtido em 14 de janeiro de 2016. Recuperado de <http://www.gestoesaude.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/15194>

Venturini, E. (2009). A cidade dos outros. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), pp.203-222. Obtido em 23 de janeiro de 2016. Recuperado de <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/viewArticle/267>

Wainberg, J. A. (2006). Comunicação internacional e intercultural: a luta pelo imaginário social, o temor à segregação e o caso do terrorismo. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 5(2), 275-295. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2005.2.4>

Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa da violência*. Recuperado de <http://www.mapadaviolencia.org.br>.

World Health Organization, [OMC], (2014). *Global status report on violence prevention 2014*.

Zamberlam, J. (2004). *O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização* [versão eletrônica pdf]. Recuperado de http://www.cibaimigracoes.com.br/arquivos/o_processo_migratorio_no_brasil.pdf

Zlobina, A., & Páez, D. (2008). Aculturación y comunicación intercultural: El caso de inmigración en España. Em R. Cabecinhas e L. Cunha (eds.). *Comunicação intercultural*, (pp. 37-59). Porto: Campo das Letras.

Zuin, A. Á. S. (2001). Sobre a atualidade do conceito de indústria cultural. *Cad. CEDES*, 21(54), 9-18. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000200002>

ANEXOS

Guião da Entrevista

Guião para Entrevistas - Cláudio Abdo

- 1) De qual região do Brasil você é?
- 2) Há quanto tempo está em Portugal?
- 3) Por que optou (se foi uma opção) por sair do Brasil?
- busca aqui em Portugal algo que não encontra(ou) no Brasil?
- espera alguma coisa daqui? se sim...o que?
- 4) Que jornais ou revistas costumava ler? Assistia a algum programa de televisão?
Prefere novela ou jornalismo...?
- 5) Onde buscou informações sobre Portugal?
- Redes sociais, blogs, sites ou através de amigos?
- 6) Qual critério fez a diferença na hora da escolha por Portugal?
- segurança | saúde | educação | trabalho...
- 7) Já teve outras experiências no exterior? (imigração para outro país, intercâmbio, parentes já moraram fora do Brasil)
- 8) Até agora, alguma expectativa ou informação sobre Portugal se revelou conflituosa no dia a dia?
- leu uma coisa e viu que aqui não é bem assim?
- 9) Nome:
- 10) Idade:
- 11) Estado Civil:
- 12) Grau de Escolaridade:
- 13) Filhos: